

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: O DESAFIO DA ECONOMIA VERDE

GIANCARLO RODRIGUES MINO

**MEIO AMBIENTE E COMPORTAMENTO HUMANO: PERSPECTIVAS PARA UM
CONSTITUCIONALISMO AMBIENTAL**

CURITIBA

2017

GIANCARLO RODRIGUES MINO

**MEIO AMBIENTE E COMPORTAMENTO HUMANO: PERSPECTIVAS PARA UM
CONSTITUCIONALISMO AMBIENTAL**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Economia e Meio Ambiente no curso de Pós-Graduação em Economia e Meio Ambiente: O Desafio da Economia Verde. Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. PHD. Anadalvo Juazeiro dos Santos

Co-Orientadora: Prof^a. Ma. Isabele Sena

CURITIBA

2017

GIANCARLO RODRIGUES MINO

**MEIO AMBIENTE E COMPORTAMENTO HUMANO: PERSPECTIVAS PARA UM
CONSTITUCIONALISMO AMBIENTAL**

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Economia e Meio Ambiente no curso de Pós-Graduação em Economia e Meio Ambiente: O Desafio da Economia Verde, pela Universidade Federal do Paraná, defendido e aprovado em 08 de abril de 2017 pela banca examinadora constituída pelos professores:

Orientador:

Prof. PHD.: Anadalvo Juazeiro dos Santos

Co-Orientadora:

Prof^a. Ma.: Isabele Sena

Membro:

Prof^a.: Dra.: Adriana da Silva Santos

Membro:

Prof.: Dr.: Leandro Duarte Dos Santos

“Com cientistas a pregar que a ciência pode eliminar todas as limitações que pesam sobre o homem, e com economistas a seguir-lhes as pegadas, deixando de ligar a análise do processo econômico às limitações do ambiente material do homem, não é de admirar que ninguém tenha se dado conta de que não podemos produzir refrigeradores, automóveis ou aviões “melhores e maiores” sem produzir também resíduos “melhores e maiores”.

(Nicholas Georgescu-
Roegen)

RESUMO

A insuficiente preservação, a má conservação e a exponencial degradação do meio ambiente, combinadas com a exploração predatória dos recursos naturais, são fatores que vêm colocando a humanidade diante de um período singular na história: risco à manutenção da vida em razão do colapso da biocapacidade do planeta. Tal comportamento autodestrutivo ocorre porque a civilização incorporou em sua essência hábitos capitalistas ao propor desenvolvimento a partir do crescimento ilimitado num mundo de recursos escassos. O individualismo, a desigualdade, a acumulação de riqueza, a luta pelo poder, o domínio ideológico, as atividades antrópicas, são alguns dos elementos que devem sofrer drásticas mudanças, não de se conformar com a quebra de paradigma do próprio comportamento da humanidade. A proposta de 'decrescimento' transpõe ser o veículo de maior razoabilidade teórica e aptidão instrumental a concretizar o giro ético e moral entre as relações antrópicas e a biocapacidade do planeta, agente transformador capaz de realizar a transição entre o modelo economicista (capitalista) para o bioeconomicista (pós-capitalista). Incapaz de fazer as transformações por *motu próprio*, a mudança da forma social da civilização capitalista em sua relação de mutualismo com a forma política e jurídica do Estado somente pode ser posta em perspectiva a partir da criação de um ambiente de soberania ambiental que envolva a recodificação dos atuais modelos econômicos, políticos, jurídicos e sociais. Desde o fim da década de 60, há a tentativa internacional de criar uma linguagem jurídica sobre a temática ambiental, mas a governança global ainda é um horizonte muito distante. O poder dominante combate qualquer medida que vá contra seus interesses, sempre que possível usa as ciências jurídicas para conformar o sistema normativo como superestrutura de dominação ideológica, valendo-se da legalidade impõe a desinformação, o senso comum, aprofunda o individualismo, a desigualdade, a acumulação, tudo em detrimento da cooperação, da solidariedade, do respeito à simbiose entre o homem e a natureza e da alta densidade democrática, os quais são elementos-chave para estabelecer um constitucionalismo verdadeiramente ambiental. O trabalho foi construído observando-se o limite exposto no objetivo geral que é a explanação sobre interações do comportamento humano e meio ambiente, tomados numa perspectiva geopolítica e nacional, caminho estruturado através da subdivisão dos objetivos específicos em 6 itens que se estendem ao longo da divisão sistemática deste trabalho. Para tanto, buscou-se supedâneo em fontes materiais mais diversificadas possíveis, como jornais, revistas, obras científicas, recursos audiovisuais, matérias disponíveis na internet, estudos de centros de pesquisa, organismos internacionais e entidades governamentais. Ao fim, com todo material disponibilizado, foi possível a construção analítica de estrutura de informações que levam a entender parte do atual estado de coisas ambiental, as relações entre os ciclos sociais e os ciclos naturais e alternativa sistêmica à existência da humanidade.

Palavras-chave: bioeconomia; constitucionalismo; decrescimento; capitalismo; meio ambiente; entropia.

ABSTRACT

The inadequate preservation, the poor conservation and the exponential degradation of the environment, combined with the predatory exploitation of natural resources, are factors that come with humanity in the face of a unique in history: risk to the maintenance of life due to the collapse of the biocapacity of the planet. Such self-destructive behavior occurs because the civilization has incorporated in its essence capitalist habits to propose the development from the unlimited growth in a world of scarce resources. The individualism, the inequality, the accumulation of wealth, the power struggle, the domain ideological, the anthropic activities, are some of the factors that should suffer drastic changes, will conform with the breaking of paradigm of own behavior of mankind. The proposal of 'degrowth' appears to be the vehicle of greater reasonableness of theoretical and instrumental ability to achieve the swing of and morale among the anthropic relations and the biocapacity of the planet, transforming agent able to transition between the model economist (capitalist) for bioeconomist (post-capitalist). Unable to make the transformations by engine own, the change of the social form of capitalist civilization in its relation of mutualism with the political form and the legal status can only be put into perspective from the creation of an environment of sovereignty, which involves the recoding of current economic models, political, legal and social. Since the end of the 1960s, there is an attempt of creating a legal language on environmental issues, but global governance is still a long way off. The dominant power fight any measure that go against their interests, whenever possible uses the legal science to conform the normative system as a superstructure of ideological domination, drawing on the legality requires the misinformation, the common sense, deepens the individualism, the inequality, the accumulation, all at the expense of cooperation, solidarity, respect for the symbiosis between man and nature and of the high density of democracy, which are key elements to establish a constitutionalism environmental truly. The work was built by observing the limit set out in the general objective that is the explanation about interactions of human behavior and environment, taken from a geopolitics and national, structured path through the subdivision of the specific goals in 6 items that extend along the systematic division of this work. To this end, we sought support in material sources more diverse potential, such as newspapers, magazines, scientific works, audiovisual resources, materials available on the internet, studies of research centers, international organizations and governmental entities. At the end, with all the material available, it was possible to build analytics on information structure that lead to understand part of the current state of things, the relations between the social cycles and the natural cycles and systemic alternative to the existence of mankind.

Key Words: bioeconomy; constitutionalism; degrowth; capitalism; environment; entropy

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	6
2.1	OBJETIVO GERAL	6
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
3	REFERENCIAL TEÓRICO	7
3.1	INTERAÇÕES ENTRE ESTRUTURAS DO PODER, COMPORTAMENTO HUMANO E OS REFLEXOS CONSTATADOS NO MEIO AMBIENTE	7
3.1.1	Ciclos sócio-políticos e civilização dominante	8
3.1.2	Formas social, política e jurídica de Estado	19
3.1.3	Ideologia	31
4	METODOLOGIA	38
4.1	MATERIAL	38
4.2	MÉTODOS	38
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
5.1	PANORAMA GERAL SOBRE A ASCENDÊNCIA DO TEMA AMBIENTAL NA ORDEM MUNDIAL – PLANOS DE ABRANGÊNCIA	40
5.1.1	Plano Internacional	41
5.1.2	Plano Sistema ONU	42
5.1.3	Plano Nacional: Brasil	45
5.2	MEIO AMBIENTE: MODIFICAÇÕES DECORRENTES DE AÇÕES ANTRÓPICAS E PERSPECTIVAS ATÉ 2050	53
5.3	O QUE ESPERAR DO SISTEMA LEGAL DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE?	67
6	CONCLUSÕES	81
	REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

Foram necessários aproximadamente 200 anos de antropocentrismo para que o modelo econômico capitalista se transmutasse para uma civilização capitalista¹, cujos hábitos transbordam as relações econômicas e impõem interações ideológicas que perpassam por todos os ambientes em que a atividade humana se faz presente.

O sistema de engrenagens do *modus operandi* capitalista apresenta melhor rendimento na medida em que a civilização é mantida em letargia através da alienação sobre os reais limites biofísicos do planeta, esta distorção entre signos e significantes ocorre basicamente com o uso de mecanismos de dominação e controle, como a incessante troca de trabalho por capital, de capital por bens, pela obsolescência planejada, pela disposição de bens na natureza, pela formação de uma cultura consumista, pela concessão de crédito, pela ideologia, pela apropriação do tempo das pessoas, pelo comportamento massificado que permite a estabilização do sistema, pelos meios institucionais de controle, pelos sonhos, sim, pelos sonhos, pois, para aqueles que estão à margem deste mercado, o 'direito' de sonhar não lhes foi ceifado, muito pelo contrário, é permanentemente retroalimentado por um discurso muitas vezes retórico que se disfarça em supostas competências e capacidades do indivíduo.

Os interesses econômicos, os meios de poder, o uso inadequado do capital e a excessiva exploração do trabalho, têm prevalecido em detrimento das reais necessidades da sociedade e da biocapacidade do planeta. Desafiam, muitas vezes, a igualdade, a justiça e obstruem a realização da dignidade da pessoa humana, além disso, costumam se impor através do Direito e se disseminar por técnicas de marketing que exaltam práticas consumeristas como as únicas capazes de proporcionar o crescimento, a inclusão social e garantir uma realização hedonista do ser, enquanto que para a maioria esmagadora da população mundial não passa de um horizonte inatingível.

No Brasil, como em muitos outros países, especialmente aqueles considerados “periféricos” da geopolítica e geoeconomia, citados aspectos foram e ainda são agravados também por fatores como as grandes concentrações urbanas, o crescimento desordenado das cidades, as graves distorções na distribuição de

renda, a deficiência da prestação de serviços pelo Estado, a estrutura inadequada para moradia e trabalho, os problemas de mobilidade, as endemias, as desigualdades econômica e social, a degradação ambiental, etc.

O crescimento como fim em si mesmo é a cara metade do modelo capitalista, um não coexiste sem o outro, e ambos se superpõem tanto a regimes de governo quanto às formas de Estado, pois o que lhes sustentam é a apropriação desmedida dos recursos naturais e da força de trabalho. Este é o ponto nodal em que o Direito será avaliado seja como força contramajoritária seja como instrumento de dominação a serviço das estruturas de poder.

Para o Brasil, a história retratada nos séculos XIX, XX e XXI, demonstra recorrentes instabilidades política, institucional e econômica. O País viveu a transição de Colônia para Monarquia, posteriormente desta para a República. Sofreu com revoltas e revoluções, dentre as mais notórias estão canudos, tenentismo e federalista. Passou e ainda enfrenta diversos golpes de Estado², como os de 1937 (pelo executivo), 1964 (civil-militar), 2016^{3,4} (midiático-parlamentar-jurídico), através dos quais ficou evidente a fragilidade cultural e identitária da população, essenciais para a defesa de interesses nacionais. Impera a lógica da força-motriz econômica que se situa na apropriação irrestrita dos recursos naturais em subserviência aos interesses do livre mercado, com consequente submissão do meio ambiente à vontade de poucos, em que grandes corporações e a mídia dominante cooperam para manter o *establishment*, relegando à sociedade perene estado de letargia ao fortalecer meios necessários para alienação dos reais impactos da atividade humana. Para engrossar este caldo, nossa cultura é patrimonialista, patriarcal, machista, racista, homofóbica, com uma casta arraigada em privilégios odiosos. Este é o nosso ambiente de elaboração legislativa, marcado por ser de baixa densidade democrática e representatividade da sociedade, cujo reflexo direto é a falta de vinculação entre o império das leis e o 'consenso de bem comum' através do respeito e proteção dos interesses de maior vulnerabilidade. Portanto, é um cenário impróprio à pretensão de aperfeiçoamento real dos instrumentos de controle do uso de meio ambiente.

Neste contexto é imprescindível investigar como o Direito e, em especial, a legislação ambiental, se encaixam no emaranhado de relações sociais e nas estruturas de poder. Identificar qual o papel, presente e futuro, do constitucionalismo. Se este tem ou deve vir a ter viés ambientalista. Avaliar e questionar se os

instrumentos legais ambientais são adequados diante das ações antrópicas e se a Constituição despende uma visão holística coordenada ou não com sistemas internacionais de proteção ao meio ambiente, já que a grande questão é saber se a legislação ambiental, como meio necessário à regulação e contenção da atividade humana, produz efeitos suficientes de uma verdadeira força contramajoritária à sanha predatória da sociedade brasileira.

Apesar de a Assembleia Nacional Constituinte instaurada em 01 de fevereiro de 1987 produzir a Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988, instrumento político-normativo que restabeleceu no Brasil o regime democrático, submetendo todos, presumivelmente, ao Império das Leis, a apreensão da realidade exposta no plano fático está longe de indicar o uso exclusivo de critérios pautados em *razões públicas* no interesse do e para o povo, como primado da democracia de alta densidade e da justiça.

Neste sentido, o tema aborda o inter-relacionamento entre o comportamento humano e seus efeitos no meio ambiente, sob uma perspectiva de autorreflexão a respeito das medidas adotadas no âmbito legal, ou seja, busca-se estabelecer contraponto crítico entre nossas próprias ações e o que temos feito para contê-las através do sistema normativo.

Evitou-se adentrar em detalhes do ordenamento jurídico nacional por entender que a análise de dispositivos constitucionais seria suficiente para se alcançar a finalidade proposta no trabalho. A opção foi por uma avaliação propositiva a respeito de como a legislação ambiental, em sua natureza institucional fundada a partir do núcleo constitucional, tem se portado face aos conflitos entre interesses da humanidade e o uso do meio ambiente.

A realidade em que a humanidade se encontra, diante dos graves problemas ambientais que ressoam em todos os cantos, especialmente quanto às mudanças climáticas, ao uso de recursos naturais e à geração de resíduos, justifica, *de per si*, qualquer estudo sobre a matéria. A escolha por uma avaliação da interação homem e meio ambiente sob a perspectiva legal é interessante por permitir refletir se nossa postura de autocontenção por imposição normativa, ou seja, de frear o querer impositivamente pelo poder de império, tem sido adequada e suficiente à proteção e defesa do meio ambiente. Este enfoque ganha maior destaque pelo fato de a própria civilização se orientar pelo crescimento e desenvolvimento num mundo de recursos limitados, sendo que na grande maioria das vezes discussões desta natureza

ocorrem superficialmente e apenas dentro da seara econômica ou ambiental, como se estas perfizessem realidades distintas, ao invés de considerá-las faces da mesma moeda⁵, e é neste afastamento artificial amplificado pelo capitalismo que a legislação pode atuar como força de atração, de superposição de interesses em via de induzir a formação de uma civilização bioeconomicista, ecossocialista ou de outra matiz que impeça o anunciado biocídio.

Não se tem a pretensão de certificar a legislação ambiental como uma força suprema e absoluta de mudança do comportamento, mas apresentá-la e qualificá-la como uma das forças motrizes imprescindíveis para a guinada de postura da humanidade.

Também não perfaz o objeto deste trabalho questionar dados científicos relativos aos impactos do homem sobre o meio ambiente, cuidou-se apenas de reproduzir as informações divulgadas por agências oficiais, governos e organismos internacionais, especialmente aquelas apresentadas pelo Sistema ONU e pelo Governo Brasileiro, sabendo-se de antemão que não podem ser tratadas como verdades absolutas, pois, ainda que em representação de corrente minoritária, alguns cientistas questionam a veracidade científica de alguns dados, como no próprio caso das mudanças climáticas e suas causas. Enfim, o próprio conhecimento científico não pode ser tratado como um *locus* irretocável e inquestionável, mas como um caminho de perene pavimentação.

Na premissa de que há veracidade científica-factual dos dados ambientais indicados, além de observações empíricas da realidade, adotou-se como objetivo geral a busca da instigação crítica que leve a uma autorreflexão sobre nosso comportamento e o que temos feito no âmbito normativo para evitar um possível colapso da biocapacidade do Planeta. Assim, não há qualquer pretensão em dizer qual é a solução adequada, muito menos única, para repelir o discurso do crescimento pelo crescimento, mas reconhecer e identificar caminhos nos quais a legislação ambiental possa se apresentar como um fator de efetiva sustentabilidade por superposição do meio ambiente à economia, até mesmo porque irreais são as soluções que se baseiam em fórmulas mágicas e prontas que prometem reconduzir a biocapacidade do Planeta à condição de Jardim do Éden.

Como sustentáculo ao núcleo do trabalho formou-se uma rede de informações e análises críticas que se iniciam com sinopse histórica do tema ambiental na ordem mundial, para que o leitor possa ter uma dimensão mais clara

sobre os principais aspectos normativos ambientais que formam a rede de proteção hoje existente; são indicados dados sobre alguns aspectos ambientais, com retrato comparativo entre passado, presente e perspectivas até o ano 2050; há ainda o viés constitucionalista da legislação ambiental como fonte inafastável para estruturação do sistema normativo e que foi dimensionado perante a ordem internacional para se obter visão holística e enfoque sistêmico da matéria, evitando-se incorrer no erro da visão funil, unidimensional e hiperbólica, pela qual se fragmentam questões de abrangência global. Esta trilha é seguida para identificar qual visão ambiental pode ser extraída à luz da Constituição Federal. Por fim, constituído todo o arcabouço fático-científico dos efeitos antrópicos no meio ambiente, identificado o trato normativo despendido pelo Brasil, há que se fazer uma última reflexão sobre a proposta de defesa e proteção do meio ambiente apresentada pelo sistema legal. Cada objetivo específico constitui suporte e fonte de irrigação ao objetivo geral que é causar no leitor uma autorreflexão de como temos nos comportado normativamente para proteger a única fonte de recursos para a vida que está ao nosso alcance, ao menos conhecida até o momento.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Apreciar as interações no meio ambiente e na biocapacidade do planeta decorrentes do comportamento humano, na perspectiva das formas social, política, jurídica e econômica, representativas do modelo de civilização contemporânea, sob duas conjunturas: geopolítica e nacional.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar como as manifestações ideológicas e de poder podem interagir na estruturação do ambiente normativo e regulatório das práticas ambientais.

Identificar no comportamento humano formas social, política, econômica e jurídica diante de um quadro de esgotabilidade de recursos naturais.

Descrever a evolução ocorrida nos séculos XX e XXI do trato normativo e regulatório das questões ambientais nos planos de abrangência internacional e nacional.

Relacionar os cenários ambientais atribuíveis à civilização contemporânea diante de uma visão que parte do século XX e se estende até 2050.

Questionar a eficácia do sistema normativo como mecanismo de solução para problemas ambientais pela concepção como forma integrante do sistema capitalista.

Sugerir um modelo de comportamento em que a civilização possa vir a encontrar as soluções necessárias para a vida minimamente saudável diante dos limites biofísicos do planeta.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 INTERAÇÕES ENTRE ESTRUTURAS DO PODER, COMPORTAMENTO HUMANO E OS REFLEXOS CONSTATADOS NO MEIO AMBIENTE

O *modus operandi* de estamentos de poder nas estruturas institucionais, não permite identificar claramente um sujeito a quem possa ser substantivado como vetor ideológico-comportamental, isto porque o poder, apesar de se concentrar nas mãos de poucos, difunde-se entre as castas, famílias e grupos que ocupam este *topos*, diga-se, na visão exposta neste trabalho, poderia ser identificado como a plutocracia⁶, ou seja, governo da riqueza, do capital, que é na verdade um poder informal que domina os escaninhos dos poderes formais.

O fato de ser impossível identificar um único sujeito detentor de poder, não significa que o grupo dominante, a plutocracia, os donos do poder⁷, não deixem marcadas pegadas ideológicas de suas ações, ainda que tarefa das mais complexas seguir a trilha, em razão de muitos atos estarem acobertados sob o manto da legalidade e legitimidade numa estrutura (formal) de Estado constituída para atender primordialmente seus interesses.

O despertar do interesse da sociedade para as consequências desta estratificação, pressupõe uma educação política mais profunda, uma proximidade da sociedade civil com o pensamento crítico, com a realidade das condições ambientais, com as decisões políticas e jurídicas, a fim de se municiar com subsídios argumentativos consistentes, fundamentais para contrapor o senso comum, o discurso único, a desinformação, a manipulação, o *status quo*, todos imbricados em relações de orientação e controle da retórica atuação pró meio ambiente, cujo verdadeiro interesse é o de servir aos interesses do capital, ao preço da destruição de ecossistemas, da piora da qualidade de vida, da falta de respeito à vida inumana, de deploráveis marginalizações e imposição de condições de subsistência subumanas, além da extinção de espécies.

A sociedade como um todo deve assumir a total responsabilidade pelas consequências das atividades antrópicas sobre o meio ambiente, não uma *mea-culpa* como se percebe em alguns segmentos sociais. Os encargos deverão ser distribuídos de forma equitativa, mas assimétricos. Instrumentos de controle social, como direito, economia e política não poderão continuar a agir em função da espera

da prévia escassez de recursos, sob pena de jamais existir força suficiente para concretização da justiça ambiental. Por isso cabe a todos contrapor a difusão de fundamentos óbvios, da visão antropocêntrica, egoística e materialista de bem-estar. Indagar em cada ato se está presente a vontade humana pela criação de instrumentos eficazes no combate às práticas que verdadeiramente põem em risco a vida em escala global.

Tendo em vista que as interações comportamentais no meio ambiente têm por característica a hipercomplexidade, quadro que se torna ainda mais revoltado quando apreciado a partir da perspectiva da dominação e penetração exercidas pelos mecanismos de poder, a compreensão do tópico se faz melhor com a subdivisão em três segmentos: a) ciclos do sistema e civilização dominante; b) formas social, política e jurídica de Estado; c) ideologia.

Essas três perspectivas separadas didaticamente, mas integradas na substância, buscam tirar o véu que esconde as reais intenções e consequências das práticas antrópicas da civilização contemporânea sobre / no meio ambiente.

3.1.1. Ciclos do sistema e civilização dominante

Um dos primeiros caminhos para desvendar os verdadeiros interesses na narrativa ambientalista corrente na civilização dominante é buscar conhecer um pouco mais sobre a relação entre ciclos sócio-políticos e ciclos da natureza, a partir de uma visão geral de sistemas, com isso adentrar nas subespécies civilização dominante, economia e meio ambiente.

A natureza possui ciclos que de tempos em tempos se repetem, os mais perceptíveis pelas pessoas são as alternâncias de curto e médio prazo como entre dias e noites, decorrentes de ciclos lunares, períodos de chuvas e secas, as estações, os quais são possivelmente observáveis dentro do ciclo geracional humano. Outros ciclos de duração longa, denominadas eras, civilizações, idades, não são se restringem a uma geração, ao contrário, diversas gerações é que estão compreendidas neles, pois perfazem milhões, milhares ou, no mínimo, centenas de anos e dependem de apurados estudos transdisciplinares (científicos, geológicos, históricos, sociológicos) para conhecimento.

Tudo compõe um sistema, cujo funcionamento ocorre de acordo com suas próprias leis, provavelmente, nem todas ao alcance do conhecimento humano ou de

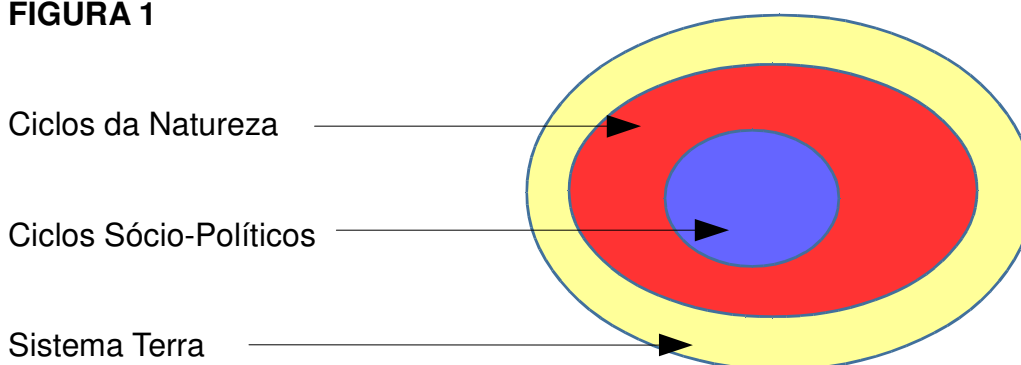
incidência explicável a partir exclusivamente do uso da razão.

O comportamento humano, dada a capacidade de modificação do meio em que vive e da relativa autodeterminação em relação à condicionalidade e ao determinismo dos eventos da natureza, pode ser vislumbrado a partir de ciclos sociais e políticos projetados, mas não independentes dos ciclos da natureza.

Se fosse realizada a representação gráfica, o ciclo da natureza seria o círculo maior e o ciclo sócio-político seria o círculo menor contido integralmente naquele.

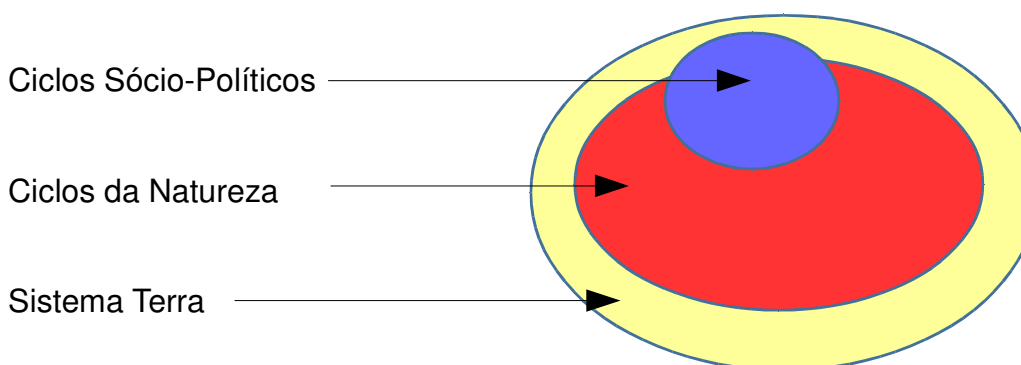
Essa relação entre ciclos foi observada durante toda a existência do homem, não havia qualquer descolamento dos ciclos sociais em relação aos ciclos naturais, todo o movimento daquele se continha neste. Contudo, pensando em termos de civilização capitalista e da profunda interação entre as atividades antrópicas e o meio ambiente, ao que parece, a representação gráfica sofreu alteração diante de um pequeno descolamento do ciclo sócio-político do ciclo da natureza. Estaria o ciclo sócio-político ainda contido dentro de um sistema maior, mas com uma pequena seção independente do ciclo da natureza. Vejam como seriam estas representações:

FIGURA 1



TÍTULO: Influência dependente dos Ciclos Sócio-Políticos no sistema terra

FIGURA 2



TÍTULO: Influência independente dos ciclos Sócio-Políticos no sistema Terra

Tomando-se em conta o perfil sistêmico da representação gráfica, ter-se-ia que os ciclos sócio-políticos seriam um subsistema do sistema ciclos da natureza, que também seria um subsistema de um sistema maior (Terra). Ambos pertenceriam ao mesmo sistema. A diferença entre a primeira e a segunda está na capacidade de produzir efeitos de impacto substanciais no sistema Terra de forma independente. Na primeira figura não há esta possibilidade, sendo que todas as atividades humanas acabam sendo absorvidas e contidas pelo / no ciclo da natureza. Diferentemente é o caso da figura 2. Aqui as atividades antrópicas são praticadas de tal forma que têm aptidão para produção de efeitos de forma independente no sistema terra. Este último exemplo representa a civilização capitalista.

Da análise sistêmica⁸ pode-se inferir que as curvas da natureza são replicadas pelo homem, o padrão de repetição também pode ser encontrado em fatores sócio-políticos (regimes de governo, formas de estado, migrações, guerras, acordos, etc.). A superposição entre os ciclos naturais e sociais quando demonstram curvas coincidentes podem representar a condicionalidade do homem ao meio ambiente, quando distintas podem indicar descolamento do comportamento do homem ao seu meio natural. Neste caso há autogoverno relativamente independente do meio natural e é nesta secção que não acompanha os ciclos naturais que a interferência humana se torna mais perceptível, não que ela não exista nos ciclos coincidentes, mas aqui ela começa a ir preponderantemente de acordo com os interesses da humanidade, não propriamente com os limites da natureza.

A secção da faixa de autogoverno de maior destaque e profunda interferência no meio ambiente em toda a existência do homem sobre a terra é a contemporânea, identificada por ser uma civilização capitalista. Civilização que resulta de uma fecundação entre o modelo econômico capitalista e todas as práticas comportamentais do homem, gestada a partir da revolução industrial e desenvolvida com a reificação do homem e reprodução ideológica dos valores capitalistas.

Dentre as infindáveis conclusões que esta nova perspectiva pode trazer ao conhecimento humano, a de interesse para este trabalho é de que o descolamento permite um cenário jamais observado em toda a existência da humanidade, qual

seja: criação de ambiente propício à extinção da vida a partir de eventos não contidos apenas no ciclo da natureza, ou seja, o próprio homem demonstra possuir força suficiente para condicionar a viabilidade da vida no planeta.

A relação que deve ser estabelecida, portanto, é de recursos naturais que estão sendo utilizados, a poluição e a degradação ambiental geradas, todos em razão da biocapacidade. Lógico que o número de pessoas tem influência nesta relação, mas o peso maior está no fator consumo e geração de resíduos *per capita*. A realidade impõe uma redução global dos impactos através de um sistema progressivo, pelo qual quanto maior for o impacto *per capita*, maior deverá ser o nível de modificação comportamental, quanto menor for o impacto *per capita*, menor deverá ser o nível de modificação comportamental, até se chegar ao parâmetro que permita uma distribuição equilibrada de vida saudável entre os povos e respeito à biocapacidade do planeta.

Marco histórico ocorrido no século XX e de significativa importância para entendimento de qual deve ser o adequado trato institucional a ser despendido ao meio ambiente, foi a segunda guerra mundial (1939-1945). Este triste evento demonstrou a capacidade humana em se autodestruir, como se isto não bastasse, os meios utilizados foram os mais insidiosos, brutais e selvagens, resultando num saldo de aproximadamente 60 milhões de mortos, em sua maioria civis, além de uma permanente cicatriz na humanidade que foi o holocausto⁹. Se esta barbárie deixou algum legado positivo, somente pode ter sido o sentimento de que aquilo jamais poderia tornar a acontecer e que era necessário constituir uma rede de proteção ao indivíduo. Aprendizado que também deve ser aproveitado para constituição e ramificação de instrumentos de proteção ambiental.

Essa força humanitária, solidária, de autopreservação e de repúdio a práticas hodiernas, culminou numa rede internacional de proteção dos direitos humanos, cujo marco de expansão se deu com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), reconhecida em sua essência no direito das pessoas a ter direitos. As pessoas passaram a ser consideradas sujeitos de direito internacional, razão de a maioria dos ordenamentos jurídicos nos regimes 'democráticos' ter como núcleo o princípio da dignidade da pessoa humana.

O período pós-segunda guerra mundial, apesar de e em razão da bipolarização entre EUA e URSS, foi propício ao desenvolvimento e supremacia do capitalismo no 'mundo ocidental', sem desconfiguração da assimetria existente entre

Nações do norte e as do sul e das políticas imperialistas sobre os diversos governos na África, o Oriente Médio, a Ásia e América Latina que culminaram nas diversas ditaduras nesta última região.

A reconstrução da Europa, do Japão e da Rússia, associados ao intenso crescimento dos EUA foram fatores que impulsionaram sobremaneira o uso de recursos naturais, destacando-se dentre estes pela relevante importância econômica, política e ambiental, os combustíveis fósseis. Não é à toa que somente a partir da década de 60 é que começaram a surgir os primeiros questionamentos sobre os efeitos das atividades antrópicas no meio ambiente, tendo como marco o livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1962)¹⁰.

Os ciclos que a humanidade vivenciou e ainda experimenta com tensões geopolíticas, conflitos não declarados e guerras, vêm gerando enorme ônus aos Estados e suas populações, seja pela dominação, pela destruição, pelo extermínio populacional, pela miserabilidade, etc. Porém, se este ambiente de 'terra arrasada' é desfavorável à maioria das pessoas, também serve como elemento de propulsão seja para ascensão, seja para hegemonia de determinado(s) país(es). Ao cabo e ao fim, friamente, a desgraça de muitos representa a supremacia de poucos.

Quando esses ciclos de instabilidade geopolítica são observados mais de perto é possível notar que para setores estratégicos, especialmente os militares e de tecnologia, há um movimento de alta penetração, mas, também, de profunda concentração para um seleto clube de Empresas e países, de conhecimento de técnicas e de desenvolvimento de novas tecnologias, exponencialmente superiores aos demais períodos de existência da humanidade. Os párias desta história, como sempre, são especialmente os países Latino-Americanos, os Africanos, os do Oriente Médio, além de parte da Ásia. Todos continuaram a ser espoliados, entretanto, numa versão remodelada de colonialismo, ou seja, a capitalista, pela qual há inserção e subjugo no mercado sem fronteiras.

Sob o ponto de vista das mudanças ambientais, a civilização capitalista vem sendo o principal fator não natural de afetação. Empiricamente, o aperfeiçoamento do estado das técnicas e a incorporação de novas tecnologias aos processos produtivos não estão sendo suficientes ao encontro de um ponto ótimo de equilíbrio entre as necessidades humanas e os limites biofísicos do planeta. Esta observação é tranquilamente verificável numa secção espaço-tempo compreendida entre 1950 e 2000 conforme dados apresentados por Anne Leonard¹¹, abaixo reproduzidos:

Indicador/ano*	1950	2000
Consumo de água	1000KM3/ano	6000Km3/ano
Consumo de papel	25 Ton(milhões)	250 Ton(milhões)
População	2,5 Bilhões	6 bilhões
PIB real	5 Trilhões US\$	37,5 Trilhões US\$
Transporte de veículos motorizados	0	700 milhões
Perda em biodiversidade global	5 mil espécies extintas	25 mil espécies extintas
Ecosistemas terrestres: perda de floresta e floresta tropical	10% do valor de em 1700	35% do valor em 1700
Clima: temperatura média no hemisfério norte	2°C anomalia	8°C anomalia

* Valores aproximados, pois a representação feita pela autora está na forma de gráficos, não tabelas.

Percebe-se que houve descontrole na proporção entre o crescimento da população e o crescimento do consumo, que já é um indicativo da existência da sociedade consumista¹², pois, enquanto a população cresceu pouco menos que 3 vezes, o consumo de água aumentou 6 vezes, o consumo de papel 10 vezes, o PIB 7,5 vezes, o número de veículos 700 vezes, a perda da biodiversidade 5 vezes, a anomalia de temperatura 4 vezes e a perda de florestas e florestas tropicais aumentou 3,5 vezes. Se a amostra de 1950 já retratava um desequilíbrio na relação população x consumo, os 50 anos que sucederam foram utilizados pelo homem de modo a aprofundar ainda mais o fosso entre a biocapacidade do planeta e o *modus vivendi* de boa parte da humanidade. É possível presumir que neste período não houve conscientização adequada, eventuais medidas adotadas não foram suficientes, o modelo de crescimento pelo crescimento em detrimento do meio ambiente foi mantido e a legislação não exerceu papel de superposição do meio ambiente à economia, ao contrário, o direito continuou a se mostrar como mero instrumento a serviço do poder econômico.

Historicamente um fator foi preponderante para as alterações ambientais ora percebidas: Os EUA terem saído da 2ª Guerra Mundial com status de superpotência,

credor de diversos países da Europa, com supremacia sobre o Pacífico a ponto de impor ao Japão uma Constituição¹³. Esta condição lhe garantiu a segurança para impor e difundir no mundo sua vontade, seus costumes, sua cultura, o liberalismo econômico e o livre mercado, lógico que com maior penetração em alguns países do que em outros. Na década de 70, por medida unilateral dos EUA que, detentores das reservas mundiais de ouro de vários países, passaram a 'afiançá-las' através do dólar, que encontrou ambiente propício para se tornar a moeda mundial, hegemônica, a balizar as relações comerciais internacionais. Havia muita liquidez na economia norte americana, o consumo sempre muito estimulado, eventos que propiciaram o desenvolvimento de ambiente perfeito para formar um exército de pessoas prontas para consumir tudo a qualquer hora e em qualquer lugar. Consequência: Total desequilíbrio na pegada ecológica do mundo. A fatura foi emitida e teria que ser paga. A conta sobrou para a biocapacidade do planeta, altamente comprometida por necessidades humanas que se mostravam cada dia mais vorazes.

O estilo de vida dos Norte Americanos foi disseminado a partir de um modelo econômico pautado pelo crescimento ilimitado com fortíssimos instrumentos de indução ao consumo, dentre os principais estão o *marketing*, o *crédito* e a *obsolescência programada de produtos*¹⁴. Além de ser um fator de atração para o uso de recursos naturais, também foi um modelo de civilização exportado para praticamente todo o ocidente. Influência esta enraizada na cultura brasileira e observada em larga escala tanto no comportamento das pessoas, quanto em políticas de Estado de estímulo à economia sedimentada na premissa do consumo para o crescimento.

Os EUA foram tomados como exemplo por ser a superpotência mundial com hábitos de hiperconsumo a lhe garantir, com sobras, a liderança na pegada ecológica mundial. Mas não foram eles a dar início a este processo de degradação, nem são os únicos responsáveis pela atual situação ambiental, faça-se justiça a estes aspectos. Servem, também, como bom exemplo de como os instrumentos normativos não atuaram como fatores de desestímulo ao consumo excessivo, ao contrário, foram condicionados a partir do jogo do livre mercado, não se admitindo intervenções do Estado na Economia que desnaturasse a estrutura capitalista, mas se admitindo a opressão àqueles que se opunham a este modelo sistêmico. Parte deste retrato se apresenta no sistema penitenciário.

Assim como os EUA ascenderam ao posto de superpotência mundial de forma meteórica, talvez a falta de uma legislação ambiental de cunho contramajoritário possa lhe custar uma queda nas mesmas intensidade e velocidade. Como expoentes do capitalismo, se dito fato vier a ocorrer, provavelmente o próprio sistema capitalista ruirá na mesma razão.

No caso do Brasil, sua história está associada como grande provedor de recursos naturais, primeiro como colônia portuguesa, depois como país soberano, outrora subdesenvolvido, mas prisioneiro de suas relações internacionais num cenário com *players* cujo gigantismo vem ditando as regras do jogo. Dentre os principais recursos naturais fornecidos pelo Brasil, destacam-se os seguintes: minérios, madeira, açúcar, ouro, água, terras, biodiversidade e a força de trabalho.

Esta relação de exploração e espoliação perpassa a história não apenas do Brasil, mas de toda a América Latina, como foi magistralmente exposto pelo saudoso Eduardo Galeano¹⁵.

Além disso, o País sempre esteve sujeito a diversos interesses econômicos externos, e, enquanto tal, a prevalência sobre o direito ambiental foi evidente, tanto que somente a partir da década de 80 do século XX é que se pode falar de um processo de normatização ambiental, ainda muito incipiente, encorpado a partir da Constituição de 1988, mas que também perde muito de seu valor por não ter a efetividade necessária, cenário que reflete uma absoluta predominância das forças majoritárias de poder e capital, as quais estão sedimentadas no modelo econômico de pensamento único, hegemônico quanto ao uso, ao descarte e à valoração dos recursos naturais. Por isso que, quando não inexistente, a legislação até o momento não mostrou força normativa suficiente para fazer frente aos interesses do capital.

Também deve ser observado que se até a década de 60 o conhecimento incipiente sobre os impactos das atividades antrópicas pode ser considerado o grande fator de inexistência de tomada de posturas condizentes com a busca de equilíbrio ambiental, imperando a ideia de inesgotabilidade de recursos naturais, a partir de então, com a maior intercambialidade de informações entre países, desenvolvimento tecnológico e estudos científicos que permitiram aferir mais precisamente o estoque de recursos naturais e as consequências da atividade humana no meio ambiente, a ausência de mudanças substanciais no comportamento pode ser atribuído a uma falta de vontade política decorrente da imposição dos interesses do capitalismo. Neste cenário não importava o espectro

político presente, fosse ele de esquerda ou direita, democrático ou autoritário, república ou monarquia, o alinhamento ao capitalismo é que era a pedra de toque.

O Brasil não fugiu à regra. Para agravar este quadro, a partir da década de 60 o país viveu sob domínio do regime militar (1964 -1985), no qual não havia liberdade suficiente para uma discussão mais ampla na sociedade, dada a repressão a fóruns, associações, sindicatos, docentes e discentes, intelectuais, numa grave limitação aos direitos civis e políticos, situação que teve claro reflexo na propagação do mote ambientalista, quando sequer direitos fundamentais considerados de 1ª dimensão eram respeitados, impossível exigir uma postura pró-ativa para direitos de 3ª dimensão de uma sociedade que não podia criticar as políticas de governo, nelas incluídas a proteção do meio ambiente, sob pena de prisão, tortura, banimento ou morte.

Nesse cenário, salta em perspectiva como a inexistência ou mesmo a baixa densidade democrática na sociedade é perniciosa para a propagação de pensamento crítico, consequentemente, desenvolvimento de políticas públicas em prol de *outsiders*. A cooptação do Estado por interesses particulares, independente do viés político-ideológico, torna-se ainda mais acentuada com o aprofundamento da seletividade de participação na formação de decisões políticas, sempre reservada às castas dominantes. À constituição resta uma qualificação semântica¹⁶, por não ser capaz de impor a força necessária à existência e garantia de uma ordem jurídica, com isso as decisões políticas ficam sob critério e arbítrio exclusivo daqueles que detêm o poder. Se os governantes de ocasião não forem “ambientalistas de carteirinha”, fato que talvez não encontre registro na história, nada ou muito pouco será feito em termos de políticas ambientais. Marcelo Neves¹⁷ retrata muito bem esta última circunstância no Brasil das décadas de 60 e 70, quando sob domínio do regime militar e o vácuo normativo ambiental foi notório.

É importante esclarecer que a associação entre fragilidade de trato normativo ambiental e regimes ditatoriais, autoritários ou totalitários não é de exclusividade, já que também é possível uma relação desigual quando na presença de regimes democráticos, aliás, nestes também se tornou a regra, a diferença é que aqui, em tese, a discussão pode ser feita abertamente pela sociedade. A consideração a ser feita (para encontro do desequilíbrio) é de deficiência no desenvolvimento do ambiente normativo pela supressão de mecanismos de controle e de exercício da cidadania pela sociedade civil. Por essas razões é que a

redemocratização no Brasil trouxe consigo outra perspectiva para a seara ambiental.

Empiricamente, constata-se, assim, que as práticas capitalistas são os principais elementos de conexão que desencadeiam o desequilíbrio entre as atividades antrópicas e o meio ambiente. Mas não só. Sua cegueira pela busca ininterrupta pelo crescimento como fim em si mesmo produz resultados na razão inversamente proporcional da biocapacidade do planeta, quanto maior é o crescimento, menor se torna a capacidade da terra em absorver os impactos gerados.

Por mais que o homem tergiversasse sobre as consequências de suas atividades no meio natural, manipulando e controlando seu próprio comportamento através de signos de legalidade e legitimidade sobre as práticas que são ou não permitidas ou aceitas em função dos interesses necessários a uma pauta de crescimento, não pode fugir à incidência das leis da natureza. Está é, pelo menos por enquanto, uma consequência inafastável do pertencimento ao sistema.

Contudo, se é impossível à humanidade escapar dos efeitos das leis da natureza, não é inviável influenciar na potencialização dos efeitos. Nesta situação, o comportamento humano funciona como um catalizador, através do qual a essência das Leis da Natureza são mantidas íntegras na essência, mas os resultados podem ser acelerados. Isto é o que vem sendo observado na interação homem com a 2ª da Lei da Termodinâmica.

Para melhor compreensão do que dispõe a 2ª Lei da Termodinâmica – Entropia –, que está ilustrada pelos enunciados de *Clausius* e *Kelvin-Planck*¹⁸ e pela associação destes com a definição apresentada por *Nicholas Léonard Sadi Carnot*¹⁹, ela estabelece que há irreversibilidade no processo de transformação da matéria em energia e na perda desta pela sua dissipação no sistema. Figurativamente, é como se o meio ambiente possuísse um arsenal de recursos naturais – elementos bióticos e abióticos – que, no seu pertencimento aos ciclos da natureza – existência, transformação e extinção –, integrariam um processo de baixa entropia. Assim, o quantitativo de recursos naturais em relação a todos os processos de interações bióticas e abióticas ocorridos na terra representariam o nível de energia disponível.

Como a transformação da matéria em energia sempre seria acompanhada de uma perda de parte desta no sistema, a entropia, basicamente, seria o quantitativo de energia dissipada no sistema.

Considerando que o abastecimento para a manutenção da vida depende da

existência de fonte de energia, a entropia seria fator a influenciar no tempo de sobrevivência dos seres vivos. Quanto maior a Entropia, menor a sobrevivência, quanto menor aquela, maior esta.

Grosso modo, por esta constatação, há uma faixa de biotempo disposto a todos, cujo preenchimento normal ocorre conforme os ciclos da natureza. Entretanto, este cenário é alterado a partir da interferência de ciclos sócio-políticos da civilização capitalista nos ciclos da natureza, na medida em que estão agindo como catalizadores da 2ª Lei da termodinâmica, alterando substancialmente o número de processos de baixa para alta entropia. A conclusão diante deste quadro está se mostrando óbvia: a civilização capitalista está gastando a carga de biotempo como jamais visto.

Na década de 70, Nicholas Georgescu-Roegen, magistralmente, identificou a relação da entropia com os processos econômicos, ao considerar “*o processo econômico como um todo e do ponto de vista estritamente físico*”^{20,21}, mas que por um sistemático processo de desinformação foi dolosamente deturpada para não suscitar quaisquer questionamentos sobre a lógica pregada pela economia ortodoxa e que se estende desde então até o presente momento.

Georgescu-Roegen faz ainda uma observação da influência da física no processo econômico, quando deixa evidente a natureza entrópica deste, isto porque suas relações dependem, inexoravelmente, do proveito da baixa entropia disponível nos recursos naturais, que são limitados e escassos, inserindo-os em processo de transformação que implica a passagem de baixa para alta entropia e consequente geração de resíduos, como se lê:

Como economista não ortodoxo que sou, eu acrescentaria que aquilo que entra no processo econômico consiste em *recursos naturais de valor* e o que é rejeitado consiste em *resíduos sem valor*. Essa diferença qualitativa está confirmada, embora em outros termos, por uma divisão particular e até mesmo singular da física conhecida pelo nome de termodinâmica. Do ponto de vista da termodinâmica, a matéria-energia absorvida pelo processo econômico o é num estado de *baixa entropia* e sai num estado de *alta entropia*.²²

Este conceito é de integral proveito para entendimento de como, aonde e em que momento, instrumentos de defesa do meio ambiente devem atuar para regular os processos econômicos.

No cenário posto está claro que a visão antropocêntrica tem que ceder diante de aspectos que estão colocando em risco a própria manutenção da vida. Na

mesma medida em que o homem é um fim em si mesmo, o meio ambiente necessariamente deve receber este status normativo, superar o preconceito de mero provedor de recursos naturais e ter reconhecida a *conditio sine qua non* para a própria existência humana e de toda a vida no planeta.

Hoje existem dois caminhos bem claros pela frente: 1º) continuidade do que se apresenta, com todos os vícios do comportamento, na crença irrefutável da pregação capitalista e de que soluções milagrosas virão no momento certo; 2º) descolonização do mundo do capitalismo, refundação das relações de poder e redirecionamento teleológico dos instrumentos de dominação à garantia da defesa, conservação e preservação do meio ambiente.

3.1.2. Formas social, política e jurídica de Estado

Contemporaneamente, busca-se justificar a existência de todo e qualquer ato a partir da racionalidade. Este é um critério que em relação ao meio ambiente é legitimado pela atual civilização somente através do filtro econômico, de mercado, de interesses capitalistas. É a associação que a razão humana faz para os atos praticados em relação ao meio ambiente, ou seja, primeiramente de supressão de necessidades econômicas, mostrando-se míope e unidirecional quanto a muitas das medidas para conter os impactos das atividades antrópicas sobre a biocapacidade do planeta. Como também alerta Annie Leonard²³:

Muitos ambientalistas evitam lidar com economia. Os tradicionais se concentram na busca da preservação daquele urso fofinho à beira da extinção, ou na defesa dos majestosos bosques de sequoias. Mas, por acaso, espécies ameaçadas e locais preservados têm alguma coisa a ver com estruturas de precificação, subsídios governamentais para mineração e acordos de comércio internacional? Ora, claro que sim! **Já os economistas clássicos reconhecem o meio ambiente apenas como manancial ilimitado, barato ou gratuito de matéria-prima para alimentar o crescimento econômico. No entanto, a economia é um subsistema do ecossistema da Terra. Qualquer sistema econômico é uma invenção humana. E qualquer invenção nossa é um subsistema da biosfera. Quando compreendermos isso, somos conduzidos a novas percepções.** (grifou-se)

O tom dado à legislação não foge ao relato de Annie Leonard²⁴, novas concepções devem ser absorvidas pelo ordenamento jurídico, mesmo se predicarem contra as forças dominantes calcadas nas estruturas de poder.

Duas observações principais a respeito do texto citado são importantes, sob a ótica da maneira que vimos interagindo com o meio ambiente:

1^a) Apesar de a doutrina dos economistas clássicos ceder terreno para uma chamada 'economia verde', ela ainda é a responsável por dar o tom do sistema econômico. Há uma maior conscientização dos danos provocados pelas atividades humanas, mas o 'remorso' ainda desaparece diante do interesse econômico. Isto se reflete diretamente na concepção das pessoas e, em muito maior escala, na classe política, 'representantes do povo' muitos deles presas dos interesses de seus financiadores de campanha (ruralistas, banqueiros, grandes construtoras, industriais, dentre outros). Consequência direta são os trabalhos legislativos em matéria ambiental aquém dos necessários. EUA são um caso clássico desta barreira, visto que dificilmente aderem a tratados que possam afetar seu interesse geoeconômico. O Brasil, por sua vez, é considerado um País de vanguarda em sua legislação ambiental, porém, aqui vale a máxima “vão-se os anéis, mas ficam os dedos”, isto porque não há aplicação adequada da legislação em razão do direcionamento ideológico atribuído aos instrumentos institucionais, com isso, peca-se na fase de instituição de políticas públicas, planejamento, execução, controle e fiscalização, além dos graves problemas relacionados à burocracia, ao fisiologismo, à corrupção, à falta de qualificação técnica, de fiscalização adequada, de estrutura, de verbas, etc.

2^a) Ao tomar como base empírica de estruturação valores e conceitos de uma ciência econômica cujo objeto de estudo parte da premissa da inesgotabilidade dos recursos naturais, a economia se caracteriza como universo a ter como um de seus subsistemas a biosfera. Isto tem um significado muito forte que remete à primeira observação: o meio ambiente está a serviço da economia. Toda carga de valores do meio ambiente é carregada numa avalanche da economia, tendo que ser resgatados um a um no meio dos entulhos. Esta é uma metáfora que retrata a dificuldade na elaboração da legislação ambiental, somente após muito esforço e luta é que 'avanços' ambientais são obtidos, não antes de ter de superar o estigma de ser uma causa a infligir o atraso ao desenvolvimento científico e tecnológico considerada em si mesma como prejudicial à humanidade.

Os aspectos acima retratados não se circunscrevem apenas ao Brasil, de uma forma geral, em maior ou menor escala, acompanham Estados e Governos em todo o mundo, tal como o próprio sistema capitalista.

A investigação primordial está em saber se os 'avanços' normativos na proteção do meio ambiente são qualitativamente adequados diante da realidade que se apresenta, ou seja, de necessidades humanas ilimitadas diante de um mundo de recursos finitos.

Diante da sanha da humanidade com suas necessidades ilimitadas, cabe substancialmente à legislação assegurar *standards* à biosfera, que protejam sua condição essencial de fonte limitada de recursos.

Constata-se que vem sendo utilizada em âmbito mundial uma sistemática de produção normativa fundada em relação diretamente proporcional de grandeza com a escassez de recursos, assim, o sistema tem privilegiado a função quanto mais escassez mais direito, tal como mencionado por Fábio Nusdeo²⁵, para o qual reside uma interligação muito forte entre economia e direito, dado que o sistema econômico implica num sistema de natureza jurídica cujo escopo é econômico, qual seja: equacionar a escassez. Citado autor se refere, neste caso, a ensinamento de Carnelutti que dizia “*quanto mais economia, mais direito*”²⁶.

É fundamental considerar na interpretação da assertiva acima referida que o direito não pode ficar ao aguardo de aumento de escassez para que venha a incidir de forma mais contundente, portanto, deve ser afastada como sua essência esta razão de ser e existir.

Por esse caminho, perdem-se os atributos indutivos e preventivos, enquanto o uso do atributo inibitório somente viria a ocorrer quando já em curso uma avançada degradação ambiental²⁷, e isto é tudo o que deseja o atual sistema econômico, que não haja interferência nas suas relações, pois poderia justificar sua não autorregulação por uma falsa perspectiva de abundância e inesgotabilidade de recursos, como ainda hoje é pregada ou não informada adequadamente. Adotar postura normativa desta natureza é um risco em si mesmo, pois, em muitos casos, o conhecimento sobre a avançada escassez de recursos somente vem de forma tardia, como é o caso das consequências da quantidade de partículas por milhão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera e sua inter-relação com as mudanças climáticas.

Em dito contexto haveria uma 'super-regulação' de uso de um bem próximo

da total escassez, mas esta somente demonstraria o próprio descrédito do sistema jurídico por não ter agido com a eficácia esperada no tempo certo, seja pela baixa força normativa ou por ter sido cooptado pela ideologia das estruturas de poder dominante que estão a serviço do capital.

A essência do direito deve ser a garantia ao máximo do *status quo* do meio ambiente, não apenas do máximo meio ambiente resultante após a ocorrência da atividade antrópica. Todos os recursos que possam produzir efeitos preventivos devem ser conduzidos pela força do *ius imperii*. A tributação ambiental é um dos caminhos passíveis de exploração, ideia para a qual convergem Fernando Magalhães Modé²⁸, Flávia Piovisan²⁹ e Paulo Henrique do Amaral³⁰, este último ao relacioná-la como mecanismo do Direito para concretizar políticas de proteção ambiental.

O trabalho normativo deveria primar essencialmente pela precaução e pela prevenção do uso do meio ambiente e agir de fato como instrumento conformador da atividade econômica, não a serviço desta como mecanismo de opressão.

Por tais razões é inerente à legislação ambiental dupla finalidade: **MEDIAÇÃO** entre os interesses econômicos e as limitações físicas do meio ambiente; **REGULAÇÃO** preferencialmente preventiva da economia sempre que houver risco de interferência abusiva desta no meio ambiente.

Mas há um enorme, talvez até intransponível problema que é a própria relação percebida e mantida pela humanidade com o meio ambiente, e aqui não se trata apenas de alterar estruturas de poder, o *establishment*, mas a própria concepção de bem-estar e felicidade das pessoas.

Ao considerarmos correto o ensinamento de Georgescu-Roegen de que “o verdadeiro produto do processo não é um fluxo material de resíduos, mas um fluxo imaterial: *a alegria de viver*”⁸¹, o papel do Direito como instrumento necessário a esta mudança poderia ser considerado o mais opressor e, muito provavelmente, sua legitimidade seria veementemente contestada, já que em muitas situações iria pregar contra valores que hoje são tidos como resultantes de árduas lutas e conquistas.

Não há dúvida de que todas as conquistas que representam ascensão na qualidade de vida são importantes e devem ser objeto de garantia institucional, mas isto não fornece carta branca à humanidade para impor sua vontade a qualquer custo, sempre se deve indagar quais direitos realmente integram o âmbito da

dignidade humana, permitindo-se identificar tanto as verdadeiras necessidades para o bem-estar e felicidade quanto aquelas artificialmente inseridas no imaginário como imprescindíveis a uma vida saudável.

Mas a separação entre o que vem a ser ou não fundamental para o bem-estar, felicidade e vida saudável, não se opera unicamente a partir de critérios objetivos, inclui desejos, percepções, anseios contidos em cada indivíduo, com cosmovisão muito particular sobre o ambiente que o circunda e os elementos que lhe trazem a satisfação de vida almejada. Por isso é que é um campo de observação extremamente delicado, qualquer critério utilizado como métrica de bem-estar, se é que é possível, deve ser rigorosa e metodicamente acompanhado para não incorrer nas mais variadas distorções possíveis. Uma conclusão é certa: nem toda mudança no *status* de direitos que se rogam conquistados, significam um retrocesso, muito menos uma ofensa à dignidade da pessoa humana. A repulsa tem que se dar ao discurso homogeneizante propagado na e pela civilização capitalista e aos valores atribuídos à dignidade da pessoa humana retoricamente montada para garantir a apropriação sem barreiras dos recursos naturais.

Enquanto não encontramos instrumentos satisfatórios de libertação de hábitos e costumes propagados na e pela civilização capitalista, vários países e organizações vêm apresentando estudos, relatórios, dados estatísticos, possíveis medidas de equacionamento entre o convívio nada harmonioso do homem com o meio ambiente. Destaque é feito ao estudo elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) denominado Visão 2050, através do qual são indicados caminhos prioritários para a humanidade chegar ao ano 2050 de maneira 'sustentável', conforme citação abaixo³²:

Compreender e lidar com as necessidades de bilhões de pessoas, possibilitando a elas educação e poder educação, especialmente no caso das mulheres, e desenvolver soluções ambientais e comportamentais bem mais eficientes; Incorporar os custos das externalidades, a começar pelo carbono, os serviços dos ecossistemas e a água; Dobrar a produção agrícola sem aumentar a extensão das terras agricultáveis e o consumo de água; Acabar com o desmatamento e potencializar o rendimento das florestas plantadas; Reduzir à metade as emissões de carbono no planeta, tomando como base os níveis de 2005, com as emissões de gases de efeito estufa sendo, já por volta de 2020, substituídas por modelos energéticos de baixa emissão de carbono e de maior eficiência; Possibilitar acesso universal à mobilidade de modelos energéticos com baixa emissão de carbono; Potencializar de quatro a dez vezes a utilização dos recursos e materiais renováveis.

Apesar dos aspectos positivos contidos nos caminhos indicados pelo PNUMA, não é possível o alcance deles sem considerar uma relevante mudança comportamental. Além disto, para que as alterações necessárias alcancem um resultado satisfatório, a funcionalidade dos instrumentos deverá ter em vista a busca de *decrescimento*, que, pelo atual estágio de costumes e práticas da civilização capitalista suscetíveis a rupturas estruturais que levem à humanidade a conflitos insolúveis no caso de mudanças abruptas, deverá ser feito de forma serena. Assim, transitoriamente, o fim da mudança será pelo *decrescimento sereno*³³, progressivo e com justiça ambiental, conforme categorias de consumo, geração de poluentes e degradação ambiental.

O *decrescimento* depende de um ambiente cultural e normativo previamente preparado e propício à sua implementação. As bases deste ambiente se identificam pela mudança comportamental proposta. Ela agirá como conformadora das práticas do ciclo sócio-político dominante e também como resultante da substituição do crescimento pelo *Decrescimento*. Um ciclo que deverá se retroalimentar para o bom funcionamento.

Compreender os caminhos indicados pelo PNUMA e reconhecê-los como viáveis e necessários e direcionar instrumentos institucionais ao alcance destes fins é um bom início para a busca da trilha que leve ao *decrescimento*.

A legislação ambiental deverá exercer papel fundamental neste trabalho como instrumento de indução e controle de comportamentos. Neste aspecto o Brasil tem caminhado positivamente, considerando tanto a legislação interna quanto os diversos tratados internacionais já ratificados que versam sobre meio ambiente.

No âmbito doméstico, o núcleo axiológico em matéria normativo-ambiental de nosso ordenamento está retratado através do artigo 225 e parágrafos^{34,35} da Constituição Federal. A partir desta 'espinha dorsal', desde 1988 é que está sendo constituído o arranjo legislativo em via de formar, ao menos em tese, uma rede de proteção, preservação, defesa e manutenção do meio ambiente que tem por obrigação primordial ser harmônica.

O momento histórico de sua elaboração retrata um período no mundo em que a tomada de consciência sobre as atividades antrópicas e seus efeitos no meio ambiente estavam ecoando de forma mais consistente e reiterada, apesar de ainda não consolidados. Apenas a partir de 1987 com o *relatório brundtland* de Gro Harlem Brundtland⁸⁶ denominado '*Nosso Futuro Comum*', elaborado pela Comissão Mundial

sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, é que foi cunhada a expressão *desenvolvimento sustentável* na sua clássica arquitetura estrutural, qual seja: econômica, social e ambiental.

Além do terreno pantanoso em que se encontrava e ainda se encontra o trato do meio ambiente em âmbito mundial, na época da Constituinte de 1988 o Brasil estava saindo de um longo processo de ditadura, que sangrou toda a sociedade com a mais ignomínia ofensa a inúmeros direitos humanos, especialmente aqueles tidos como de 1ª dimensão (civis e políticos), circunstância que comandou a batida de estruturação do novo topos constitucional e de certa forma relegou todas as demais questões a um 'segundo plano', dentre estas o próprio meio ambiente, apesar de seu reconhecimento como direito fundamental. Aqui o constituinte originário demonstrou sua preocupação em estabelecer um longo e amplíssimo rol de direitos fundamentais, comportamento perfeitamente compreensível dado o trauma que ainda aflorava na sociedade pós-ditadura.

Também foi um período de pré-derrocada do comunismo soviético em que havia a bipolaridade de duas superpotências, cujo marco foi a queda do muro de Berlim (1989) e com isso a inegável hegemonia mundial do capitalismo como modelo econômico. O mundo inteiro ainda se apresentava muito imaturo, bastante cético, para avaliação dos efeitos que as atividades antrópicas estavam causando no meio ambiente, mesmo assim, em nosso caso o constituinte originário adotou postura bastante avançada para sua época e pela 1ª vez uma Constituição Brasileira reservou integralmente um capítulo para disciplinar o meio ambiente.

Não há dúvida do salto qualitativo muito expressivo através dos artigos 225 e 170, inciso VI, da Constituição Federal. Mas se na forma os aplausos são merecidamente devidos, na substância, principalmente em razão do subdesenvolvimento econômico e social, é de se considerar que foi estabelecida uma pauta de desenvolvimento nos moldes capitalista, de crescimento pelo crescimento com todos os males da concentração, desigualdade e desequilíbrio, sobrepujando os interesses ambientais.

Não é demais lembrar que o capitalismo, incontestavelmente a maior fonte de irrigação do ambiente legislativo nacional, seja ideológica seja financeiramente, é reconhecidamente um modelo econômico liberal que tem repulsa à intervenção estatal nas relações de mercado; busca pelas livres e irrestritas concorrência e iniciativa; parte da premissa da prosperidade pela meritocracia; pressupõe um

ambiente que se autorregula, num contexto excessivamente minimalista para o Estado, do qual se espera uma postura de garantidor de direitos civis e políticos, ou seja, de preservação de direitos individuais, baseados no liberalismo iluminista, mas não prestacional, imprescindível à conservação, preservação e manutenção do meio ambiente, e, assim, acaba por se apresentar como um sistema perverso ao pregar o crescimento como único fim em si mesmo. São aspectos estruturais gravemente defeituosos que propiciam a concentração de poder, a desigual distribuição de riqueza, a secção em castas sociais baseadas no domínio do fluxo do capital, e fazem com que a engrenagem capitalista, especialmente representada pela apropriação da força de trabalho e dos recursos naturais num processo de mais valia, movimente-se linearmente no sentido da acumulação e da desigualdade econômica, e o que é pior, pendura nas costas da próxima geração a conta gerada com o uso irresponsável dos recursos naturais, como se ela não pudesse ser cobrada à vista ou com vencimento de curto prazo.

Neste quadrante, as formas social, política e jurídica, integram o modelo de civilização capitalista. O Estado é um terceiro na relação entre trabalho e capital, aparente e relativamente neutro a estas relações. Contudo, o Estado, na forma hoje encontrada, e capitalismo, mantêm relação de mutualismo, um sem o outro não existe³⁷.

É por esse caminho que o uso do direito se faz na proteção do *status quo* dominante, cerrando fileiras em defesa ao *establishment*.

Ademais, se no modelo de sistema atual sua fonte mais autêntica é a Lei, que, pelo menos na teoria, é uma representação político-jurídica da vontade social, e é formada a partir de um ambiente cujas características são do modelo de dominação, não se pode fugir de uma incômoda indagação: como esperar uma mudança estrutural no sistema se o próprio Estado é uma representação política do sistema capitalista?

Parece claro se a forma social de reprodução de comportamentos, se a forma política de Estado e se a forma jurídica constituem o mesmo 'corpo civilizatório' ou a mudança é de comportamento da civilização e a estrutura acompanha esta mudança ou nada muda.

A conformação do comportamento social a partir do brotar normativo contramajoritário ao próprio funcionamento sistêmico também é um fator de indução a ser explorado pela humanidade.

De qualquer forma, o movimento a ocorrer será de dentro para fora, minoritário, a contrapor todo o enraizamento social, político, jurídico e ambiental existente. Realmente uma tarefa hercúlea.

Mudanças exógenas ao corpo social, em tese alheias ao controle humano, adviriam de fenômenos da natureza, alterações climáticas, eventos astronômicos, mudanças no universo, corpos celestes ou civilizações extraterrestres, como a tanto se explora no imaginário através de filmes de ficção científica.

Também por ser um modelo de comportamento efêmero, premial àqueles que se aproveitam das oportunidades para amplificar os ganhos e acumular riquezas, os agentes que se beneficiam do sistema capitalista adotam a lógica do resultado máximo (produtividade, consumo, ganho, acúmulo, sucesso, hedonismo, prazer, etc.) no menor espaço de tempo disponível, cultura e prática que, por si sós, desmontam qualquer pretensão a uma sustentabilidade e equilíbrio reais do meio ambiente.

A disparidade econômica é o ponto em comum que se encontra na doutrina de Karl Marx³⁸ que a contesta no campo da *mercadoria*, do *trabalho* e da *alienação*, e na doutrina de Thomas Piketty que acredita que ela ocorre no campo dos *salários*, da *renda* e da *riqueza*³⁹. Esta 'interseção' conceitual é de notória relevância já que nos explica um grave defeito estrutural do capitalismo, mas nenhum deles ataca sua espinha dorsal e que tem o poder de fazer ruir toda sua estrutura, que aparenta ser seu próprio fim, ou seja, o crescimento pelo crescimento.

Em auxílio à desmistificação a essa relação entre cultura capitalista e direito, Paulo de Bessa Antunes⁴⁰ observa de forma muito pertinente o Direito Ambiental como mecanismo de interação, contenção e regulação do modelo econômico:

As ambiguidades suscitadas pelo DA como integrante do conhecimento jurídico fazem com que, mesmo timidamente, não se possa deixar de observar que faz-se necessária uma completa reformulação da maneira pela qual, majoritariamente, são observadas as complexas relações entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico e social. O ideal seria que já tivéssemos atingido um grau de maturidade política, econômica e social que nos possibilitasse fundir o Direito Econômico com o DA e instituir um Direito do Desenvolvimento Sustentável que pudesse, em um conjunto coerente e harmônico de normas jurídicas, princípios e jurisprudência, fundado essencialmente em concepção preventiva, criar mecanismos de desenvolvimento com proteção ambiental. O DA tem como alicerce o conceito de correção de impactos negativos passados; o que se necessita e de uma ação preventiva e não meramente reparadora. Por outro lado, muitas vezes, a aplicação inadequada de normas "ambientais" tem gerado situações que podem ser caracterizadas como injustiça social.

Passado é o momento de o meio ambiente ser alçado ao status de núcleo normativo, ao menos em pé de igualdade à importância reconhecida aos direitos da pessoa humana, transpondo, assim, as fronteiras do antropocentrismo, porém, sem desnaturá-lo naqueles aspectos que devem ser preservados, como as relações de respeito e equilíbrio na conduta humana e demais elementos não humanos, bióticos e abióticos. Neste trabalho cabe ao ordenamento jurídico romper as amarras que o impedem de ser um instrumento de efetiva proteção do meio ambiente, preservando-se e garantindo-se a dignidade da pessoa humana. Tarefas hercúleas devidas à humanidade como principal elemento de fiança da autopreservação, ao invés de ficarmos nos apegando à esperança, provavelmente ilusória, do desenvolvimento de tecnologias capazes de dominar a entropia.

Para se chegar a esta igualdade, o raciocínio utilizado é bem simples: Identificar se existe fator em comum que justifique a centralidade de importância normativa do meio ambiente, tal como observada na dignidade da pessoa humana.

Ele existe e se identifica com os riscos de extinção da humanidade pelo esgotamento da biocapacidade do meio ambiente.

Em ambos os casos está presente a **sensível vulnerabilidade** passível de máxima proteção normativa, ainda mais porque o meio ambiente continuará sua simbiose sem a presença da humanidade, mas a vida das pessoas é impossível sem o meio ambiente.

Em razão disso, a relação entre humanidade e meio ambiente é de afetação assimétrica. Seres vivos podem perecer, recursos podem se exaurir pelas atividades antrópicas, mas o planeta deverá continuar a existir, enquanto que a própria vida pode se tornar inviável.

A reunião de forças entre todos os agentes é fundamental para difundir por meio normativo a obrigatoriedade, a permissividade ou a faculdade dos comportamentos humanos, direcionados na busca de um ponto de equilíbrio entre as atividades antrópicas e o meio ambiente.

No âmbito doméstico, o constitucionalismo deve se repaginar diante da realidade em que se encontra a humanidade, mesmo diante de mais de duas décadas e meia após a promulgação da Constituição da República de 1988, período no qual também foram realizadas diversas conferências sobre meio ambiente, dentre as principais: Rio 92 (CMMADH), Johannesburg e Rio + 20.

Tendo em mente as mudanças realizadas pelo Homem na natureza, não pode ser outro o fim especial do papel normativo do que viabilizar uma dialética Constitucional de forma a inter-relacionar democracia, direitos humanos e meio ambiente. Estes três pilares são fundamentais para a segurança (no sentido existencial, de autopreservação) da sociedade, pensando-se a democracia no mote ambiental, em que as relações e as estruturas de poder são deslocadas dos interesses capitalistas para os bioeconomicistas. Assim, primeiro há que se reconhecer que tanto a proteção dos direitos humanos quanto a do meio ambiente hoje podem ser processos ilusórios, ideologicamente dominados e manipulados pelo conjunto hegemônico do poder econômico, para dimensionar as transformações, porque não até eventuais rupturas, imprescindíveis que deverão ser adotadas para buscar estender o tempo de existência da civilização, somente por este caminho será possível falar em justiça e igualdade, questões que se apresentam, infelizmente, sem solução sob a ótica capitalista.

Para evitar o continuísmo desastroso que a humanidade caminha a passos largos é necessário buscar, legitimar e utilizar a força normativa de instrumentos legais. A lei do mercado deve se tornar a lei para e pela natureza, neste sentido deve trazer o comportamento humano para o lado do meio ambiente, auxiliando este a se superpor à economia, sem desconsiderar, por óbvio, que se tratam de relações indissociáveis. Para eficácia deste processo de normatização é imprescindível que haja controle dos meios capazes de impor equilíbrio nos atos de apropriação com os recursos naturais, caso contrário nada adiantará instrumentos legais perfeitos na forma, mas sem qualquer correlação com a realidade.

A falta de equilíbrio das atividades antrópicas com o meio ambiente não se restringe apenas a uma postura conservadora, pode, muito bem, e não é incomum, estar incrustado em todo espectro político-ideológico, mesmo em alas progressistas que defendem rearranjos sociais. Isto ocorre porque o desequilíbrio não é apenas um problema de natureza político-ideológico, a sua existência depende, preponderantemente, de elementos de não combate ao *status quo*, que está umbilicalmente interligado com o nível de permeabilidade à cultura capitalista na sociedade. Este cenário é muito bem retratado por Alírio Caceres Aguirre⁴¹ ao ser indagado por que os Estados latino-americanos, especialmente aqueles que se consideram de esquerda, apoiam e incluem a mineração em seus projetos de desenvolvimento e como entendem as ações dos governos que são supostamente

progressistas, em entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato⁴²:

O problema ecológico não é só biológico, técnico ou político; é um assunto de cultura e, como tal, está inscrito em um paradigma de civilização. Este paradigma baseia-se na economia de materiais (extrair, transformar, comercializar, consumir, descartar). Os governos (sejam de direita, centro ou esquerda) se empoderaram no mercado com uma lógica extrativista. Quer dizer, tirando utilitariamente os “recursos” da natureza para otimizar o capital. Não há mudanças de fundo frente a um antropocentrismo depredador. Tão somente mudanças sutis sobre quem assume o controle (nacionais ou estrangeiros; o Estado ou a empresa privada) e sobre como orientar as utilidades do negócio (reinvenção social; especulação financeira; modelo de acumulação de capitais).

É preciso ter critérios para saber o que significa ser “progressista”: se se trata de um assunto mais ideológico entre humanos ou uma racionalidade diferente para compreender a trama da vida. Acontece que há um contexto histórico e um cenário real no qual os governos “progressistas” estão inscritos em uma economia de mercado que deu origem a uma sociedade de mercado. O poder é dado pela condução econômica, e tal condução hoje está concentrada na extração de materiais de hidrocarbonetos a qualquer custo.

Por isso, uma análise cultural e do paradigma da civilização é imprescindível para enxergar mais longe e desvendar as contradições da concepção dos governos da América Latina e do Caribe. Possivelmente, os governos que buscam um socialismo do século 21 melhoraram indicadores sociais e financeiros, mas perdem em relação a indicadores ambientais. Isso pode indicar que não se requer governantes apenas com capacidade gerencial e sensibilidade social, mas que reflitam uma sabedoria para liderar seus povos para o Bem-Viver, interpretando o clamor da Mãe Terra.

Michael Löwy⁴³, em entrevista concedida a Aray Nabuco para a Revista Caros Amigos⁴⁴, também compreende que a causa dos graves problemas ambientais é cultural e sistêmica ao capitalismo:

A palavra sustentabilidade, infelizmente, ficou totalmente esvaziada, porque todo mundo fala em sustentabilidade. O Banco Mundial fala em sustentabilidade; as companhias de petróleo falam em sustentabilidade etc. Deixou de ser uma palavra com conteúdo, virou uma coisa vazia. Então, a gente precisa colocar uma visão muito mais crítica, muito mais radical. Para que exista o que a gente chama de sustentabilidade, precisamos transformar radicalmente as estruturas econômicas, sociais, as fontes de energia, o modo de consumo. É uma revolução civilizacional. Não é bom dar um pouco mais de dinheiro para que as empresas fabriquem de modo menos sujo. Não, não dá pra corrigir na margem, você tem que pegar o problema pela raiz. E a raiz é o próprio sistema. O sistema capitalista não comporta a sustentabilidade. A lógica dele não comporta isso. Um capitalista que queira dar ênfase à ecologia vai à falência, porque seus concorrentes não dão. E não é por acaso que as conferências internacionais tenham fracassado. Porque cada país capitalista defende os seus produtores para ganhar mais mercado e a ecologia vai para o brejo. A única esperança que podemos ter é em coisas como essa que aconteceu ontem em Nova Iorque (**manifestação popular, no fim de setembro, durante cúpula do clima**). Saíram na rua 400 mil pessoas contra as mudanças climáticas, cobrando o governo, criticando. Formidável. É um acontecimento histórico. Nunca houve isso. É, claro, todo mundo participou. Foi meio unânime ver o Ban Ki-moon, das Nações Unidas; o prefeito de Nova Iorque, o Al-Gore (**ex-vice**

presidente dos Estados Unidos). Na cabeça da manifestação estavam os índios americanos, que estão lutando pela natureza há séculos. Mas foi um belo acontecimento. Isso dá alguma esperança, porque se for esperar os governos, francamente...

A força da participação da população demonstra que a qualidade democrática é instrumento fundamental a qualquer pretensão que se tenha para o quadro normativo-ambiental, isto somente vem num sistema representativo se a pauta legislativa for orientada por razões públicas.

Numa relação diretamente proporcional entre democracia e proteção do meio ambiente, quanto mais pura for a democracia, maiores serão as chances do atendimento das razões públicas, conseqüentemente, de satisfação de direitos coletivos e de proteção de vulneráveis, tal como o meio ambiente se caracteriza.

Via de regra, a democracia que se apresenta no capitalismo é um modelo de representatividade de poucos, qualitativamente baixa, num Estado conformado politicamente aos interesses do capital; de uma busca incessante de alienação da população; induzida a reproduzir os comportamentos daqueles que se apresentam como modelos de bem-estar e felicidade, que não tenha interesse na política; fique alheia aos graves problemas ambientais; troque seu trabalho pela acumulação e consumo. É uma representatividade que trabalha pesadamente a favor do poder, não para sua adequada contenção, mas que para se legitimar utiliza dos mais sutis e ardis instrumentos de manipulação ideológica, especialmente midiáticos, sem extrair da população, desta forma, a falsa sensação de liberdade de expressão, de autodeterminação, de livres escolha e pensamento, para que seja pressuposta uma aparente existência de regime democrático.

A cooperação entre os povos é fundamental para governança ambiental e instituição de uma rede normativa ambiental universal, reconhecendo-se os princípios da supremacia do meio ambiente e da prevalência dos direitos humanos por decorrência lógica da *sensível vulnerabilidade* destes grupos.

3.1.3. Ideologia

Ser sustentável para a cultura capitalista de uma geração é dimensionar uma faixa de tempo de seu interesse e distribuir ao longo dela como se apropriará de tudo quanto seja possível. Não é seu papel nem tem por fim perpetuar a vida na

terra, mas, apenas garantir que a sua e quem sabe, quando há muita solidariedade e apego entre familiares, as próximas duas gerações tenham uma vida sustentável (entenda-se rica e consumista).

Nesse ambiente de dominação ideológica é que são disseminadas locuções como '*economia verde*' e '*desenvolvimento sustentável*'. Ambas demonstram o contrassenso e a clara subserviência à estrutura de sobrevivência montada pelo ser humano, que precisa manter em alta a roda da produção, circulação e consumo.

Da cultura capitalista exala o *oportunismo*, mas como este termo ainda tem uma carga semântica bastante pejorativa foi necessário passá-lo pelo filtro ideológico, resultando em *diferencial de mercado*, acepção que disfarça a carga semântica negativa e, de quebra, enaltece as qualidades individuais, o mérito, legitima o *status* e a dominação. Estará (a cultura) atenta às chances criadas pela tensão entre sobrevivência e uso de recursos naturais.

Por este cenário de superestruturas, o sistema jurídico é ferramenta que pode ser utilizada tanto aos interesses da manutenção do *status quo*, quanto para confrontá-lo, razão de ser mais do que salutar investigar se as medidas que a humanidade realmente necessita para estender a existência da *vida*⁴⁵ estão sendo de fato utilizadas.

Já está ocorrendo a interseção do comportamento humano com o limite biofísico do planeta. Há uma faixa em constante aumento que retrata o colapso dos meios e recursos necessários à adequada manutenção da vida, quanto mais expressiva ela for, menores são as chances de se manter o crescimento em ambiente que não há mais espaço para crescer. Verdade inarredável que traz em seu bojo a morte anunciada, mas não acreditada.

A marcha fúnebre que se apresenta não se dá ao acaso ou por mera geração espontânea. A sociedade como um todo sofre um processo constante de alienação por um processo informacional parcial, insuficiente e incompleto sobre os reais impactos da atividade humana na natureza. Com esta barreira não se consegue formar um ciclo de conscientização educacional necessário a uma vida de práticas mais harmônicas com o meio ambiente, cenário ruim por si só, mas que se torna muito pior, diante da manipulação e desinformação que faz com que haja um processo de naturalização das consequências do crescimento, disfarçando o maior dos riscos que é tornar inviável a manutenção da vida.

Trilha-se, assim, o caminho de uma deplorável 'marcha bovina' para o

precipício.

Infelizmente é o retrato do pensamento que ocorre somente 'dentro da caixa', que no Brasil é disseminado por grandes meios de comunicação que compõem uma oligarquia midiática, conforme salienta Luiz Carlos Azenha⁴⁶.

Qualquer chance minimamente possível para sairmos do imbróglio ambiental, tem como primeiro passo o pensar além dos limites que nos são ensinados desde o berço até a morte, com uma visão 'fora da caixa', que seja holística, sistêmica e intergeracional.

O senso comum que consolida o enraizamento de vícios de comportamento na própria sociedade, incrustados em nosso DNA por décadas de intenso bombardeio de informações relacionadas com consumo, estilo de vida, hedonismo, individualismo, produção e trabalho, acumulação, é um dos grandes problemas da falta de adoção de medidas mais protetivas ao meio ambiente.

A desinformação e a manipulação constituem processo de controle social difícil de reverter, talvez até impossível, cuja resposta pertence ao futuro, apesar das causas se encontrarem tanto no passado quanto no presente.

A grande verdade é que boa parte da mídia, não por coincidência a hegemônica e dominante, é o 'braço invisível' mais importante do poder formal, responsável pela instituição, difusão e perpetuação da ideologia que melhor lhe apraz. Ela representa o Poder real ao ser capaz de conduzir comportamentos por instrumentos de manipulação, desinformação e alienação.

As pessoas, na qualidade de consumidoras de informações e tomadoras de incontáveis decisões ao longo da vida, foram e continuam a ser ideologicamente formatadas durante décadas para desempenhar o comportamento desejado pelo motor econômico e, neste aspecto, podem ser analogamente comparadas ao exemplo de quem compra um animal acreditando se tratar de uma lagartixa, alimentando-a durante anos, e, quando se dá conta tem em seu quintal um enorme crocodilo, cada vez mais perigoso e faminto.

Um aspecto segue firme neste enredo: A contínua e crescente exclusão de milhões de pessoas a bens essenciais para manutenção de um mínimo existencial de vida digna.

Parte da mídia fez este papel e hoje tem um mostro no seu quintal, esta é uma contrapartida que aceitou 'pagar' para se manter no controle do jogo do poder. Não se importou em conscientizar as pessoas ou em propagar a verdade, optou pela

desinformação e manipulação. Assim, a ideologia de poucos se tornou a de muitos, disseminou-se que o Homem detém uma potestade sobre tudo que o cerca e, conseqüentemente, a 'naturalidade' e ampla aceitabilidade dos atos da humanidade dirigidos pela eterna, mas, insaciável busca da felicidade. O máximo hedonismo se apropriou de um discurso utilitarista para justificar o uso do meio ambiente.

Em contexto que muito se assemelha à realidade brasileira, o Jornalista Aram Aharonian⁴⁷ retratou de forma emblemática no Jornal BRASIL DE FATO⁴⁸ o entendimento do Tribunal Permanente dos Povos sobre a área de comunicação no México:

Entre estes somam-se o controle dos meios de comunicação pelo capital financeiro associado ao capital internacional; o monopólio das telecomunicações; a subordinação do poder político ao poder financeiro; a redução do papel social e protetor dos direitos e das liberdades dos Estados; as políticas econômicas e sociais neoliberais; a implantação ilimitada de um pensamento hegemônico de violação das liberdades individuais e coletivas e dos valores da igualdade das pessoas; a criminalização dos movimentos sociais, a infiltração das redes mafiosas; a instrumentalização do terrorismo: a intimidação que chegou a mais de uma centena de assassinatos de comunicadores profissionais e populares.

O Tribunal ressaltou que a preeminência deste modelo econômico no México, o “semiocapitalismo” (capitalismo semiótico), expressa-se na relevância integral que o duopólio possui sobre o conjunto da economia mexicana, assim como no crescimento constante experimentado pelo setor da chamada “informação de meios de comunicação massivos” no conjunto do Produto Interno Bruto do México, que acrescenta ao impacto econômico e ao volume de negócios do conjunto das indústrias culturais do país.

Desta forma, **o México funciona como um laboratório paradigmático na configuração de um processo geral de reestruturação do modelo de acumulação do capital que não somente descansa em uma liberalização e privatização da esfera midiática, mas também põe de manifesto a tendência paulatina do capitalismo de recombinar seus núcleos de poder nas estruturas de produção de bens e serviços materiais**, com a relevância econômica cada vez maior das estruturas produtores (sic) de signos, subjetividade e sentido, sobretudo, no campo da comunicação midiática.

O tribunal assinalou que o monopólio midiático sobre a produção e circulação de informações não somente descansam em uma aliança explícita entre o poder político e o poder econômico, senão que converte a atividade midiática em um fluxo constante de legitimação do modelo econômico imperante e de estigmatização de todo sujeito ou projeto que se desvia com uma prática e uma racionalidade que difere do discurso dominante. **Esta pauta midiática deixa a sociedade indefesa frente a um único discurso de verdade que, longe de apresentar um caráter democrático, determina a existência de um ecossistema midiático de índole claramente totalitária.** (grifou-se)

Benesses do capitalismo como as facilidades tecnológicas, o comodismo, a praticidade, a imediatidade na resposta aos nossos desejos – via de regra, o atendimento destes é restrita aos detentores de capital – o hedonismo, tudo pela

'simples' troca por moeda, são alguns dos paradigmas a serem rompidos na máquina capitalista de conformação comportamental. Esta inter-relação de dependência da satisfação do indivíduo com o pertencimento de bens e serviços alimenta o senso comum de que este padrão é o que traz bem-estar. Eventuais distorções, como as graves desigualdades sócio-econômicas, sequer tangenciam o imaginário popular de que possa decorrer da própria estrutura do capitalismo, portanto, nada há que alterar nela, já que não é a responsável pela (in)felicidade. István Mészáros⁴⁹ expõe com clareza as relações entre senso comum, ideologias dominante e crítica e capitalismo:

Os grandes obstáculos que o “senso comum” coloca diante da ideologia crítica – portanto resistindo ativamente à modificação do “panorama ideológico da época” – surgem de seu relacionamento inerente com a estrutura socioeconômica capitalista. Visto que a gênese da ordem estabelecida, que se prolongou por muito tempo e foi altamente contraditória no que diz respeito à dinâmica histórica, é encoberta pelos véus do passado e das mistificações práticas do presente, os indivíduos que compartilham o “senso comum da época” só podem encontrar à mão, como sua estrutura *comum* de referência, os aspectos relativamente *estáveis* do organismo social capitalista tal como está constituído na realidade. Em geral, em face da relativa estabilidade e do funcionamento tranqüilo do sistema que “entrega os bens” para os quais ele é organicamente constituído, o senso comum “*internaliza*” as dificuldades proibitivas de se entrar no caminho de uma verdadeira mudança estrutural – mudança que apresentaria uma alternativa radical para o sistema estabelecido em sua totalidade – não apenas como dificuldades, mas como uma “*impossibilidade*” prática.

Considerando que tais paradigmas retratam aspectos dos desejos humanos incrustados e confundidos com toda a estrutura de poder existente, qualquer rompimento enseja uma guinada ético-moral muito profunda na cultura dominante, que por sua vez é extremamente mal acostumada com as 'facilidades' da vida contemporânea. Se estes desejar e ter não forem arrefecidos por um sentimento maior que é a possibilidade de convívio mais harmonioso com outros seres e com a natureza, restará claro que a natureza humana preferirá uma vida intensa e curta a uma jornada possivelmente mais prolongada, contínua, em respeito aos limites biofísicos do planeta.

É fato que uma parte da sociedade consome demais, desperdiça demais, ostenta demais, acumula demais, mas também é verdade que outra (grande maioria) vive em condições subumanas, quase sem ter o que consumir, mesmo os itens mais básicos para sobrevivência como água, alimento e moradia, por isso qualquer medida tendente a redução da população, como proposto na década de

1970 pelo ex-Secretário de Estado dos EUA Henry Kissinger, deve ser de plano repudiada por apenas atentar contra a dignidade da pessoa humana e não trazer benefícios concretos ao meio ambiente.

Na verdade, não é necessária uma profunda viagem teórica, uma infundável discussão filosófica, para entender que a pedra de toque da busca de maior equilíbrio ambiental passa por recodificar a cultura comportamental da civilização capitalista e seus hábitos de consumo. Aqui a referência é clara à biocapacidade do planeta, estrutura fundante da regulação e controle do ciclo de produção, circulação e consumo, que será um dos fatores a possibilitar a guinada comportamental, revolucionária, nas práticas ambientais.

Tal processo de construção ideológico-material cabe não apenas à comunidade internacional, seja através de organismos internacionais, como a ONU, ou por acordos bilaterais ou multilaterais, mas, também, a cada país e sua população, sempre na busca de decisões e práticas que sejam convergentes à proteção ambiental.

Mesmo diante do conhecimento adquirido pelo Homem sobre os efeitos das atividades antrópicas, a pauta de políticas públicas e o comportamento de agentes privados ainda são predominantemente dirigidos pela economia, por isso a palavra *sustentabilidade* está comprometida etimologicamente, razão de se constatar um nível de banalização e uso desmedido que na grande maioria das situações não passa de mero discurso retórico, isto porque na prática não há equilíbrio entre os eixos ambiental, econômico e social.

Uma das possíveis explicações é que a civilização capitalista chegou a um ponto em que a mudança pode se apresentar mais destrutiva do que a própria continuidade inercial, pelo simples fato de a estrutura social ser uma representação capitalista.

Pode parecer um falso paradoxo a defesa da estrutura da civilização capitalista por aqueles que compõem a grande maioria da população mundial, mas não são condutores das relações de poder. A explicação é razoável para esta relação dócil e de quase completa dominação: o eixo que permite a funcionalidade desta estrutura é a ideologia, ela coopta e conforma o *modus vivendi* da sociedade, numa das vertentes resguarda o poder de alguns setores que ficarão encarregados de manter o *status quo*, o *establishment*, e noutra, de amplitude muito maior, gera a desinformação, o engodo, a manipulação, a instituição de falsas crenças, a

alienação, ou seja, é o canto da sereia a conduzir a humanidade para sua deterioração.

A ideologia naturaliza a apropriação de capital, a desproporcional exploração de trabalho, o consumo, a poluição, a acumulação, o desperdício, as formas de produção, a usurpação da vida inumana, encobrindo-se dados e desinformando sobre a existência de plexo de comportamentos altamente questionáveis sob o aspecto da ética no trato ambiental, busca resumir e simplificar tudo o que for possível a uma compreensão bidimensional, essencialmente entre bem x mal, para cooptar mentes e corações, buscando deslegitimar tudo que se oponha ao senso comum e que deve reificar o comportamento da sociedade.

Também não é conveniente desconsiderar o peso do subjugo militar, em permanente estado de vigília, prontamente apto a intervir quando entender que eventuais correções de rumo são necessárias através do uso da força. Todavia, este mecanismo somente pode ser utilizado de forma disfarçada, para não implicar na exposição dos reais motivos de sua origem. Isto se dá, por exemplo, com algumas das chamadas guerras ao terror, de defesa de regimes democráticos, de defesa dos direitos humanos, as “shadow wars”.

Este modelo se mantém relativamente estável ao menos enquanto os interesses dos detentores de poder estiverem sendo atendidos em nível aceitável por eles próprios, e, enquanto não houver uma contestação veemente às relações de poder por um embate fratricida promovido por milhões de excluídos em busca de melhores condições de vida.

A ideologia como instrumento do poder perpassa por todo o mundo. Particularmente o Brasil vem sendo utilizado como laboratório de manipulação ideológica quanto à capacidade de resistência e resposta às mudanças dentro das relações de poder.

A comunicação é fundamental neste processo de libertação mental, para desnudar a 'MATRIX'⁵⁰ (dentro da qual todos fomos gestados e criados) do pensamento único de que os recursos naturais são eternos, de que há um determinismo antecedente às condições sociais e econômicas nas quais cada um nasce, cresce e irá morrer. Se este eixo de sustentação da forma social capitalista não for 'recodificada', não haverá condições suficientes à mudança comportamental.

4 METODOLOGIA

4.1 MATERIAL

Os dados referenciais que se encontram no trabalho foram obtidos a partir dos seguintes materiais:

- a) Doutrinas de direito, história, sociologia, filosofia, física, ciências políticas, ecologia e meio ambiente e economia;
- b) Artigos de jornais e revistas;
- c) Matérias publicadas em sítios eletrônicos por comunicadores independentes;
- d) Fontes estatísticas, base de dados e estudos apresentados pelo governo federal brasileiro: Presidência da República; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Centro de Gestão de Estudos Estratégicos;
- e) Fontes estatísticas, base de dados e estudos apresentados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- f) Fontes estatísticas, base de dados e estudos apresentados pelo Sistema das Nações Unidas (ONU), especialmente retratadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC);
- g) Documentários e vídeos históricos disponibilizados em sítios eletrônicos.

4.2 MÉTODOS

Os dados e informações contidos no trabalho resultam de processo analítico de avaliação sobre todas as fontes citadas, em via de despende estudo e comparação necessária à formação da dialética que ampara a obtenção de resultados a partir da construção teórica de cada tópico, cuja união foi sintetizada à guisa de conclusão.

Buscou-se apresentar argumentos e dados a partir de fontes de maior credibilidade, privilegiando-se dados emitidos por órgãos de governo, agências oficiais, agências internacionais, organizações intergovernamentais, artigos científicos e acadêmicos, porém, sem se desprender da realidade do cotidiano, da

apreensão e visão crítica da sociedade emitida através periódicos, além de próprios dados empíricos, sempre em consideração e respeito às opiniões divergentes. Em apreço ao conjunto de informações o resultado foi a opção por um caminho que se apresentava como o mais adequado e razoável.

O tema por si próprio, naturalmente, se mantida a coerência analítica e de dialeticidade de fontes propostas sobre a matéria, induz a uma proposição pragmática de resultados, sendo esta a orientar, preponderantemente, a interpretação despendida. A elaboração do trabalho retrata este caminho. Isto, por si só, indica que o trabalho não se fundamenta em 'verdades absolutas' ou no pensamento único, há a incessante busca na compreensão do contexto sem o desvio de discursos apaixonados ou ideologicamente comprometidos com interesses na manutenção de dogmas inalteráveis. A conclusão não é nada além de um retrato, em perspectiva, de um dos caminhos possíveis dentre inúmeros que podem ser adotados pela criatividade humana.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 PANORAMA GERAL SOBRE A ASCENDÊNCIA DO TEMA AMBIENTAL NA ORDEM MUNDIAL – PLANOS DE ABRANGÊNCIA

A percepção sobre a relação entre as ações antrópicas e o uso dos recursos naturais, especialmente quanto à escassez e à geração de resíduos, ainda é um processo em estágio bastante atrasado na humanidade, incapaz de gerar padrão necessário de conscientização sobre práticas cotidianas condizentes com a biocapacidade do planeta.

As deficiências da humanidade em reconhecer que sua autopreservação depende inexoravelmente de como se desenvolve a relação com o meio ambiente, em muito se deve as tensões e aos conflitos que se estenderam pelo Século XX, em especial às duas grandes guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945), e à bipolaridade da guerra fria.

Cortes cronológicos transversais nos séculos XX e XXI permitem ao menos uma constatação: Quando há um tensionamento político menor entre países que integram o 'eixo de protagonismo' da política mundial, a comunidade internacional encontra um cenário mais flexível e de maior “oxigenação” para por em pauta de discussão demandas ambientais. Esta circunstância pode ser observada nos últimos 70 (setenta) anos em diversos momentos, tanto de forma regionalizada quanto globalizada.

Ao seguir a linha temporal representativa da evolução do trato da matéria ambiental pela humanidade é possível constatar que não há uniformidade de tratamento pelos agentes estatais. A complexidade de interesses de cada agente político muitas vezes se apresenta como barreira intransponível ao consenso, gerando subsistemas que ora indicam que há conexão em alguns aspectos, ora são completamente alheios a fatores ambientais interconectados. Este cenário resulta do comportamento que os estados soberanos têm sobre si e em relação aos outros, não como partes de um todo, mas como territórios em disputa pelas melhores condições de exploração dos recursos naturais e humanos. É a prevalência dos interesses geopolíticos sobre a única soberania diretamente relacionada à autopreservação da vida global, que é a ambiental.

A visualização de referida desordem comportamental sobre o meio ambiente

fica mais evidente quando em perspectiva três planos distintos, conforme abrangência geográfica e material: Internacional difuso; Organização das Nações Unidas; Nacional – Brasil.

5.1.1 Plano internacional

Se até metade da década de 80 a mobilização mundial ainda foi bastante incipiente, a partir de então é notório que a discussão sobre o meio ambiente ganhou outra dimensão, especialmente após a divulgação do relatório *brundtland* em 1987, quando quase que anualmente é possível constatar grandes acontecimentos em matéria ambiental. Esta guinada de comportamento deve-se a alguns fatores, dentre eles:

- a) Maior acessibilidade a tecnologias e possibilidade de conhecimento dos impactos das atividades antrópicas;
- b) Relativa estabilidade política mundial pós-supressão do comunismo soviético, fatores que permitiram maior utilização do mote ambiental na pauta de discussão de foros e organismos internacionais;
- c) Reestruturação da Europa pós-segunda guerra;
- d) Normatização e Internacionalização dos direitos ambientais;
- e) Crescimento da produção, do consumo, da geração de Gases de Efeito Estufa, de Materiais particulados, de resíduos, especialmente nos 'Países Centrais', com destaque aos EUA;
- f) Crescimento de 'Países Periféricos', dentre os de maior destaque, Brasil, Rússia, Índia e, especialmente, China, além do protagonismo do Brasil nas questões ambientais;
- g) Ascensão do modelo capitalista de produção com posterior hegemonia mundial;
- h) Risco à própria manutenção da vida.

No âmbito Internacional relacionam-se os seguintes eventos: a) Introdução do conceito de responsabilidade social empresarial nas universidades americanas na década de 50; b) Publicação do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson em 1962, através do qual a autora expõe os perigos do uso do DDT. Este livro é considerado um marco para o entendimento das inter-relações entre economia, meio ambiente e questões sociais; c) Criação do Clube de Roma em 1968⁵¹. Primeiro

fórum de cientistas e intelectuais de outras áreas de âmbito internacional a discutir o meio ambiente, com o objetivo de incentivar a compreensão dos componentes econômicos, políticos, naturais e sociais interdependentes do “sistema global” e encorajar a adoção de novas atitudes e políticas públicas, e instituições capazes de minorar os problemas. Sua projeção ocorreu em 1972 ao publicar o relatório *Os Limites do Crescimento*.; d) Pela primeira vez o termo “Sustentabilidade” é cunhado. Sua autoria é atribuída a Lester Brown, fundador do Earth Policy Institute, isto ocorre em meados da década de 80⁵²; e) A locução *Triple bottom line* se tornou conhecida em 1997 com a publicação do livro *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business* de John Elkington⁵³; f) Criação do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade⁵⁴ em 1999. É o primeiro índice global que acompanha o desempenho financeiro das companhias líderes em sustentabilidade em todo o mundo com papéis negociados na Bolsa de Nova York; g) Estabelecimento dos “Princípios do Equador”⁵⁵ em 2003 - Banco Mundial e IFC (*Internacional Finance Corporation*) -, em conjunto com uma série de bancos privados, firmam critérios de análise de risco socioambiental no financiamento de projetos acima de 50 milhões de dólares (reduzido em 2006 para 10 milhões de dólares).

Instaurada a discussão ambiental no plano global, gradativamente o protagonismo foi assumido pela comunidade internacional no âmbito das Organizações das Nações Unidas.

5.1.2 Plano Sistema ONU

Desde a década de 70 pode-se afirmar que a ONU representa o núcleo que atrai as discussões e irradia as decisões de maior amplitude global. Mesmo estando longe de ser um sistema perfeito e ensejar mudanças em sua estrutura para melhor efetividade de seus atos normativos, olhos que se voltam especialmente para localização organizacional do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), que poderia ser alçado à condição de agência especializada, como a OIT, OMS, OMC, desta forma possuiria organização separada, autonomia, orçamento e funcionários internacionais, a ligação à ONU ocorreria por meio de acordos internacionais, enquanto na atual composição trabalha com a Assembleia Geral e com o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), além de não possuir autonomia orçamentária, o que é um limitador de seus trabalhos.

Importa, neste instante, apresentar os eventos ambientais de maior relevância adotados no âmbito das Nações Unidas, seleção que se inicia em 1972, em Estocolmo – Suécia, através da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), através dela foi estabelecida a Convenção da Declaração sobre o Meio Ambiente Humano conceitos de sustentabilidade se expandem pelo mundo. Primeiro documento internacional a estipular princípios ambientais (vinte e seis ao todo), nos quais há o destaque à proteção da vida digna, à obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações futuras, o ônus de conciliar o desenvolvimento econômico e social com a conservação da natureza. Breve parêntese: referidos princípios posteriormente se mostraram de ampla penetração no Constituinte de 1988⁵⁶.

Marco ambiental no âmbito das Nações Unidas ocorre com a criação em 1983, pela Assembleia Geral, da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD), foi presidida por Gro Harlem Brundtland, Primeira Ministra da Noruega. Os resultados desta comissão foram amplamente percebidos quando em 1987 há a publicação do Relatório Brundtland no documento “Nosso Futuro Comum”, considerado um dos mais importantes documentos sobre a questão ambiental e o desenvolvimento dos últimos anos. Formaliza o conceito de desenvolvimento sustentável, além de ser base importante para os debates que aconteceram na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) Rio 92⁵⁷.

Em 1988, o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e a Organização Meteorológica Mundial constituem o IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – com o objetivo de fornecer informações científicas, técnicas, ambientais, sociais e econômicas que contribuam para o entendimento das mudanças climáticas⁵⁸.

Maior evento ambiental realizado pelas Nações Unidas ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – chamada de Eco 92 ou Rio 92, na qual foram elaborados documentos importantes, como Declaração do Rio e Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC). O evento foi o ponto de partida para o Protocolo de Quioto e a Agenda 21⁵⁹.

Já em 1993 houve a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (CMDH),

com a participação de 171 Estados, que reafirmaram o compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos⁶⁰.

Passados quatro anos, foi elaborado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças do Clima (CQNUMC) o Protocolo de Quioto. Em vigor desde 2005, estabelece para países desenvolvidos metas de redução de Gases de Efeito Estufa, disciplina o Mercado de Carbono, a implementação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) até então mais importante ato sobre mudanças climáticas, jamais ratificado pelos Estados Unidos, maior emissor de gases de efeito estufa⁶¹.

No ano de 1999 ocorreu o Fórum Econômico Mundial⁶², evento que reuniu diversos líderes empresariais, foi palco de criação do Pacto Responsabilidade Social, com o propósito de auxiliar as empresas instaladas no Brasil a assimilar o conceito de responsabilidade social empresarial e incorporá-lo ao dia a dia de sua gestão, num processo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento global, desafio proposto por Kofi Annan, então Secretário-Geral da ONU. No ano seguinte realizou-se a Cúpula do Milênio da ONU⁶³, encontro realizado em Nova York, que deu origem à Declaração do Milênio, na qual foram estabelecidos os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – metas concretas a serem atingidas pelos 91 estados membros da ONU até 2015, diga-se, não atingidas.

Outro evento importante foi a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10, ocorreu em 2002 na cidade de Johannesburgo – África do Sul –, buscou caminhos para implementar o que havia sido acordado na Rio 92⁶⁴.

Em 2007 é lançado o Relatório do Painel das Mudanças do Clima – Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) – contém dados alarmantes sobre o aquecimento global resultante das ações antrópicas⁶⁵.

Denominada Rio + 20, em 2012 a ONU realizou, novamente na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁶⁶. Havia expectativa diante do quadro ambiental já amplamente conhecido pela comunidade internacional e da premente necessidade de mudanças comportamentais, especialmente sobre os eventos relacionados às mudanças climáticas, uma participação de chefes de Estado tão ou maior à ocorrida na ECO 92 e o consenso sobre medidas que pudessem reorientar o comportamento ambiental

dos Países. Isto não ocorreu. As críticas sobre o evento não foram poucas, especialmente por ter penetrado abaixo do esperado na pauta política mundial e pela falta de avanços em dissensos sobre temas já debatidos noutras searas.

5.1.3 Plano Nacional: Brasil

O Brasil tem se posicionado de forma bastante indutora em relação a outros Países no que diz respeito ao trato do meio ambiente. Dita condição ganhou força a partir da década de 80, até então, muito em decorrência da política resultante do golpe civil-empresarial-militar de 1964, o Brasil não apenas manteve inalterado o *status quo* das relações entre o homem e o meio ambiente, no modelo de exploração que se arrastava desde o período colonial, perpassando pelo Império e pelos diversos governos da República, como também foi um fator de bloqueio ao desenvolvimento de políticas públicas ambientais, tal como ocorria nos países alinhados ao modelo predatório do meio ambiente.

Somente a partir do momento em que o período ditatorial começou a demonstrar arrefecimento é que se pode considerar que começou a ser despendida ao meio ambiente uma visão mais protetiva. Primeiramente através da Lei 6.766/1979 – Parcelamento do solo urbano –, após com a Lei 6.803/1980 – Zoneamento Industrial em Área Crítica de Poluição.

Normativamente é no ano de 1981 que há o divisor do trato ambiental no País, isto porque entrou em vigor a Lei 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), os fins e mecanismos de sua formulação e aplicação, o Cadastro de Defesa Ambiental, além de constituir o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e os respectivos Órgãos integrantes, dentre os quais se destacam: o Conselho de Governo – órgão superior; o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) – consultivo e deliberativo; o Instituto Brasileiro de Proteção ao Meio Ambiente (IBAMA) – executor; o hoje Ministério do Meio Ambiente, antiga Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República – órgão central; além dos órgãos seccionais (Estados) e locais (Municípios).

Este é o momento a partir do qual a rede de proteção ao meio ambiente começa a tomar forma. São plantadas as bases para florescimento, discussão e desenvolvimento de princípios, diretrizes, objetivos, metas e planos de forma

institucionalizada. Sem entrar no mérito se o momento em si foi tardio para este comportamento, a ação foi muito positiva do legislador que, se executada a contento, conduziria à pavimentação de uma longa e inacabável caminhada de uso adequado do meio ambiente. Dita característica é extraída do primeiro objetivo apresentado na PNMA através do artigo 4º, inciso I⁶⁷.

Desde então, normativamente, pode-se aferir que o meio ambiente é (ou deveria ser) de superposição, inclusive à economia, circunstância que viria a ser amplamente reforçada a partir da Constituição Federal de 1988.

O constitucionalismo instaurado com a Constituição Federal de 1988 representa a assunção pelo Brasil de postura que, ao menos formalmente, confronta-se com a manutenção do *status quo* do comportamento humano no trato do meio ambiente, como aponta Flávia Piovesan⁶⁸.

Quanto ao perfil da Carta de 1988, caracteriza-se como uma Constituição Dirigente e Programática, direcionada ao futuro e não conformadora do *status quo* do presente. Vislumbra-se no cenário constitucional um amplo universo de normas programáticas, que enunciam programas, tarefas diretrizes e fins a serem perseguidos pelo Estado e pela sociedade. Logo, a Constituição Dirigente de 1988, em sua dinâmica, não se apresenta como um instrumento de conformação do *status quo*, mas surge como um instrumento de direção e transformação social, bem como instrumento de implementação de políticas públicas.

Crível concluir, portanto, que o ordenamento jurídico estabeleceu as bases de defesa de um comportamento ambientalmente apropriado, qual seja: pela manutenção, conservação, restauração e preservação da qualidade do meio ambiente e equilíbrio ecológico. Infelizmente, a história que sucedeu a PNMA e que antecede o presente registra eventos diversos, em que há ampla prevalência de interesses econômicos.

Apesar do atraso normativo ocasionado por revés institucional, observa-se que a legislação brasileira é considerada bastante avançada em comparação com a existente noutros países, está capilarizada em diversas políticas, citando-se as seguintes no âmbito de competência legislativa federal: Política Nacional dos Recursos Hídricos – Lei 9.433/97; Política Nacional da Educação Ambiental – Lei 9.795/99; Política Nacional do Saneamento Básico – Lei 11.445/07; Política Nacional sobre Mudanças do Clima – Lei 12.187/09; Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305/10; Política Nacional de Mobilidade Urbana – Lei 12.587/12.

Importante acrescentar a este rol normativo, ainda, no âmbito de

competência legislativa federal, as Leis 9.605/98 (Crimes Ambientais), 10.257/01 (Estatuto da Cidade) e a Lei complementar 140/11 sobre competência administrativa comum à União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Pertinente é o destaque neste momento dos artigos 1º, Parágrafo Único e 2º, inciso I, ambos do Estatuto da Cidade⁶⁹, por demonstrarem como a política urbana deve ser orientada a partir de premissas ambientais:

Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.

Parágrafo Único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece norma de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. (grifou-se)

Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (grifou-se)

A Lei 9.605/98⁷⁰ – crimes ambientais – tipifica fatos que podem ser imputados às pessoas jurídicas, aproveitando-se do mandamento contido no § 3º, do artigo 225, da Constituição Federal, há, neste contexto, uma quebra com a dogmática criminal tradicional que vê como possível apenas a responsabilização criminal de pessoas físicas, situação que leva a dogmática penal para a seara da responsabilidade penal objetiva. Afora o aspecto da legitimidade de referida lei, ela constitui mais um instrumento a favor do meio ambiente, não ortodoxo, mas, que, bem ou mal, tenta responder de forma a inibir e coibir, através de finalidades de prevenção geral e especial, práticas lesivas ao meio ambiente, mesmo que já existente a possibilidade de adoção de medidas de natureza civil e administrativa.

Importante destacar, também, que aos Estados, Municípios e Distrito Federal é reconhecida competência concorrente em matéria de legislação ambiental, tal como determinado através do artigo 24, incisos VI, VII, e VIII e §§ 1º, 2º, 3º e 4º da Constituição Federal. Neste sentido, por exemplo, Estados poderão instituir políticas estaduais que sejam compatíveis com as normas gerais fixadas pela União ou até exercerem plenamente a competência no caso de ausência de norma da União. Também deverão criar órgãos regionais para fiscalização e controle do uso do meio ambiente.

A competência dos Municípios pode ser observada tanto no trato de matérias ambientais que sejam de interesse local, quanto para suplementar a legislação federal e/ou estadual, nos termos do artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal.

Tais critérios dizem respeito a atividade legiferante. Quando a análise recai sobre o artigo 23 da Constituição Federal, o que está em jogo é a competência administrativa, que, nesta situação, é comum a todos os Entes, com destaque da matéria ambiental aos incisos III, VI e VII de referido dispositivo.

No âmbito normativo do CONAMA é importante mencionar as Resoluções 01/1986 e 237/1997. A primeira dispõe sobre os critérios básicos e as diretrizes gerais para a Avaliação de Impacto Ambiental, já a segunda é importante instrumento sobre as Licenças Ambientais (Prévia, Instalação e Operação) e Estudo de Impacto Ambiental / Relatório Impacto ao Meio Ambiente.

Assim, a rede normativa vem sendo escalonada em âmbito nacional, estadual e local, para evitar tanto um desequilíbrio no alcance de políticas públicas e permitir que questões ambientais de maior relevância sejam tratadas sob um mesmo prisma de planejamento, de diretrizes, de objetivos, de metas e de planos e, desta forma, não se percam em fragmentos, quanto o engessamento de Ente da Federação no uso de medidas ambientais que venham a ser consideradas mais adequadas, por decorrência lógica do pressuposto de que há maior conhecimento das singularidades ambientais daquele Ente em cujo âmbito territorial está localizado o bioma passível de uso e afetação.

A amplificação normativa ambiental é o maior indicador de que atravessamos um período crucial na manutenção das condições para a existência da vida no planeta. A crítica mais enfática é por nos permitirmos chegar a tal situação sem uma ação efetivamente preventiva e inibitória, a razão deveria ser de que quanto mais direito menos prevalência econômica sobre o meio ambiente, não quanto mais economia mais direito, apesar de reconhecer a inafastabilidade desta relação no atual contexto. É preciso aceitar essa realidade e incorporar os erros no aprendizado para mudança de postura. A infeliz constatação de que o homem tem por tendência desequilibrar a ordem natural do ambiente que o cerca, em busca de um reordenamento dos fatores à sua vontade e disposição e de que sempre haverá tensionamento de sua relação com o meio ambiente, é fundamental para que o

processo de aperfeiçoamento legislativo não seja interrompido, para que os mecanismos e instrumentos de proteção ao meio ambiente possam responder à altura a voracidade humana sobre o uso dos recursos naturais, pois está cada dia mais evidente que o milagre tecnológico que salvará o homem de seus próprios erros não passa de um Oásis no meio do imenso deserto que o mundo está se tornando rapidamente.

Paralelamente ao referido escalonamento normativo observado no Brasil, diversos instrumentos, tanto de natureza pública quanto privada, foram criados ou desenvolvidos em busca da concretização de políticas ambientais, dentre os quais citam-se os seguintes:

a) Fundação do Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas⁷¹ –, instituição sem fins lucrativos cuja missão é aprofundar a democracia, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade. cujo co-fundador é o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho;

b) Criação da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS⁷², instituída com o objetivo de implementar as convenções e os tratados aprovados na Eco-92. É uma entidade que pensa e estrutura projetos de desenvolvimento sustentável, graças a uma organização que concilia a fronteira do conhecimento com capacidade gerencial;

c) Fundação do Gife – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas⁷³ – em 1995, fruto do processo de redemocratização do PIS, do fortalecimento da sociedade civil e da conscientização do empresariado brasileiro. Reúne empresas que fazem investimento social privado;

d) Fundação do CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável⁷⁴ –, que surge com o objetivo de integrar os princípios e as práticas do desenvolvimento sustentável no contexto dos negócios, conciliando as dimensões econômica, social e ambiental;

e) Instituição da Agenda 21 Brasileira pela Comissão de Política e Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 21⁷⁵, processo e planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável que tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a conservação natural, a justiça e o crescimento

econômico;

f) Realização da RIO + 5 no ano de 1997;

g) Fundação do Instituto ETHOS⁷⁶ de Empresas e Responsabilidade Social em 1998, com o propósito de auxiliar as empresas instaladas no Brasil a assimilar o conceito de responsabilidade social empresarial e incorporá-lo ao dia a dia de sua gestão, num processo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento;

h) Criação do Selo Balanço Social Ibase/Betinho, oferecido às empresas que cumpriram os critérios de transparência e divulgação na elaboração do Balanço Social, de acordo com o modelo do Ibase. Esse selo demonstra que a empresa já deu o primeiro passo para se tornar uma verdadeira empresa cidadã;

i) Lançamento da Agenda 21 Brasileira no ano de 2000. Tem por objetivo ampliar as discussões relativas a sustentabilidade nacional nos âmbitos estaduais e regionais.

j) Lançamento dos indicadores Ethos de Responsabilidade Social, também no ano de 2000, que são ferramentas de aprendizado e avaliação da gestão, no que se refere à incorporação de práticas de responsabilidade social e empresarial ao planejamento estratégico e ao monitoramento e desempenho geral da empresa;

k) Em 2001 o *Global Reporting initiative* (GRI)⁷⁷ disponibiliza suas diretrizes em português, com o objetivo de divulgar no Brasil os resultados obtidos dentro do período relatado, no contexto dos compromissos da estratégia e da forma de gestão da organização;

l) Em 2003 nasce o CES – Centro de Estudos em Sustentabilidade⁷⁸ -, na Fundação Getúlio Vargas/SP, com a missão de medir e avaliar riscos e oportunidades associados a áreas de impacto aparentemente não financeiro, como meio ambiente, responsabilidade social e governança corporativa;

m) A Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) lança, em 2005, o ISE⁷⁹ (Índice de Sustentabilidade Empresarial). Este índice acompanha o desempenho financeiro de empresas líderes em sustentabilidade com ações negociadas na Bovespa.

Estes são alguns acontecimentos de relevância ambiental no cenário

brasileiro, citados *en passant*, lembrando que constituem peças de um contexto muito mais amplo e complexo, porém, de impossível e impertinente exaurimento neste trabalho, já que não faz parte de forma direta e específica do objeto de estudo ora proposto.

Apresentados três planos político-jurídicos distintos de abrangência ambiental deve-se lembrar que não são cognitivamente estanques, nem representam, por si próprios, sistemas fechados. A prática demonstra que deve ser procedida a intercambialidade de experiências para o aperfeiçoamento do ambiente regulatório das medidas ambientais, através de evolução de um processo de nenhuma ou pouca conexão, para um de maior intersecção, até chegar a uma estrutura global harmônica, na qual não apenas haja o reconhecimento da interdependência entre causas e efeitos do comportamento sócio-ambiental dos povos de uma determinada nação em relação aos outros, mas que sejam, também, instituídos instrumentos eficazes para a conscientização e conformação de práticas ambientalmente necessárias a uma vida humana e inumana – é bom destacar esta última que não raramente tem proteção deficiente dada a visão antropocêntrica do homem – saudável e equilibrada.

Por fim, ainda que qualitativamente ineficazes e quantitativamente insuficientes as medidas existentes que regulam a relação entre o comportamento humano e o meio ambiente através de seus efeitos antrópicos, o quadro evolutivo que se fez menção pode ser percebido através de alguns atos normativos internacionais (planos difuso e sistema ONU) e que compõem, também, o arcabouço normativo nacional, todos signos de movimentos consubstanciados na busca de harmonização global de práticas e condutas ambientais. É um caminho que deve ser aprofundado de forma mais célere na razão direta da essencialidade dos interesses tutelados. O quadro abaixo demonstra a busca de consenso entre Nações e também que a intersecção entre os planos apresentados fortalece o ambiente regulatório sobre o meio ambiente⁸⁰:

Formulários descritivos da norma internacional

Norma internacional

Convenção sobre Zonas
Úmidas de Importância

Assunto

Listagem das zonas úmidas que ostentam importância internacional, segundo os parâmetros da convenção, e

Internacional,
especialmente como
Habitat de Aves Aquáticas

conservação ambiental dessas zonas.

Convenção de Viena para
a Proteção da Camada de
Ozônio

Tomada de medidas limitadoras de produção e consumo de substâncias tendentes a produzir efeitos adversos sobre a camada de ozônio.

Convenção Internacional
para a Prevenção da
Poluição Causada por
Navios

Tomada de medidas que visam à completa eliminação da poluição intencional do meio ambiente marinho por óleo e por outras substâncias danosas, e à minimização da descarga accidental daquelas substâncias.

Convenção Interamericana
para a Proteção e
Conservação das
Tartarugas Marinhas

Proteção e preservação das tartarugas marinhas

Convenção de Roterdã
sobre o Procedimento de
Consentimento Prévio
Informado para o Comércio
Internacional de Certas
Substâncias Químicas e
Agrotóxicos Perigosos

Tomada de medidas para promover responsabilidade compartilhada e esforços cooperativos entre as Partes no comércio internacional de certas substâncias químicas perigosas, a fim de proteger a saúde humana e o meio ambiente contra danos potenciais e de contribuir para o uso ambientalmente correto desses produtos, facilitando o intercâmbio de informações sobre suas características, estabelecendo processo decisório nacional para sua importação e exportação e divulgando as decisões resultantes às Partes.

Convenção Internacional
para Preparo, Resposta e
Cooperação em Caso de
Poluição por Óleo (OPCR-
90)

Poluição por óleo.

Convenção para a
Proteção da Flora, da
Fauna e das Belezas
Cênicas Naturais dos
Países da América

Tomada de medidas que visam à proteção e conservação da Flora, Fauna e belezas cênicas naturais dos países signatários.

Convenção Internacional
para a Conservação do
Atum e Afins do Atlântico

Manutenção dos cardumes de atuns e afins no Oceano Atlântico em níveis populacionais que permitam patamares sustentáveis de captura para fins alimentícios e correlatos.

Acordo Constitutivo do
Instituto Interamericano
para Pesquisa em
Mudanças Globais (Ata de
Montevideu)

Criação de uma rede internacional de pesquisa.

Convenção sobre
Diversidade Biológica

Preservação da diversidade biológica do planeta e utilização sustentável de seus componentes.

Acordo-Quadro sobre
Meio-Ambiente do

Agenda comum de meio-ambiente no âmbito do Mercosul.

Mercosul

Convenção sobre comércio
Internacional das Espécies
da Flora e Fauna
Selvagens em Perigo de
Extinção

Regulamentação do comércio internacional de espécies de animais e vegetais selvagens ameaçados de extinção.

Convenção da Basiléia
sobre o controle de
movimentos
transfronteiriços de
resíduos perigosos e seu
depósito

Sistematização e controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos e seu depósito.

Convenção Internacional
de Combate à
Desertificação nos países
afetados por seca grave
e/ou desertificação,
particularmente na África

Planejamento e combate à desertificação.

Convenção para a
Salvaguarda do Patrimônio
Cultural Imaterial

Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial.

Convenção de Estocolmo
sobre Poluentes Orgânicos
Persistentes

Esta convenção estabelece medidas visando eliminar gradativamente a emissão de poluentes orgânicos persistentes, tendo em vista que não são degradáveis e se acumulam nos organismos vivos, prejudicando a saúde humana e o meio ambiente.

Protocolo de Cartagena
sobre Biossegurança da
Convenção sobre
Diversidade Biológica

Regulação dos movimentos transfronteiriços de organismos geneticamente modificados.

Protocolo de Quioto à
Convenção Quadro das
Nações Unidas sobre
Mudanças Climáticas

Diminuição da emissão de gases de efeito estufa (à exceção daqueles controlados pelo Protocolo de Montreal) pelos países desenvolvidos.

Convenção sobre as
medidas a serem adotadas
para proibir e impedir a
importação, exportação e
transferência de
propriedade ilícitas dos
bens culturais

Controle, no âmbito nacional, da exportação e importação de bens culturais.

Convenção Quadro das
Nações Unidas sobre
Mudanças Climáticas

Redução dos níveis de emissão de gases de efeito estufa na atmosfera combinado com desenvolvimento sustentável.

5.2 MEIO AMBIENTE: MODIFICAÇÕES DECORRENTES DE AÇÕES ANTRÓPICAS E PERSPECTIVAS ATÉ 2050

Todos os indicadores ambientais têm convergido para uma perda significativa tanto quantitativa quanto qualitativa da biocapacidade do Planeta. A intervenção humana tem sido observada como principal fator de desequilíbrio ambiental. Neste sentido, Hervé Kempf enumera três aspectos em referência ao comportamento humano e aos limites da biosfera: 1) A nova preocupação dos climatólogos; 2) a crise ecológica não se limita à mudança climática; 3) a contaminação química generalizada de nosso meio ambiente, que tem dois elementos particularmente perturbadores⁸¹.

O primeiro demonstra a completa arrogância da humanidade em não aceitar seus erros, acreditar que a solução virá no momento certo e manter a crença de que o conhecimento do homem o livrará de seus próprios infortúnios. Este é um fator que também justifica o desprezo pela autocontenção normativa da atividade humana, pois se o homem entende que é somente através do modelo econômico capitalista que haverá desenvolvimento tecnológico suficiente a acabar com os males ambientais, não há razão para abandonar o comportamento atual. Calha lembrar neste instante que a inter-relação da 2ª Lei da Termodinâmica – Entropia – com a Economia, tal qual apresentada por Georgescu-Roegen, ainda é uma barreira intransponível ao atual estado das técnicas e processos tecnológicos.

Para exemplificar o erro que estamos cometendo em nossas escolhas, cada dia que passa o estado de coisas ambiental que vivenciamos se identifica mais e mais com a fábula da alga verde e do caracol:

Um dia, estimulada pelo uso excessivo de adubo químico por agricultores ribeirinhos, uma pequena alga veio se implantar num lago muito grande. Apesar de seu crescimento anual ser rápido, segundo uma progressão geométrica de razão 2, ninguém se preocupou. Com efeito, se a duplicação é anual, a superfície do lago estará coberta em trinta anos; no vigésimo quarto ano, somente 3% da extensão do lago estava colonizada! Começaram com certeza a se preocupar quando ela colonizou a metade da superfície, gerando, a partir de então, uma ameaça de eutrofização, isto é, de asfixia da vida subaquática. Embora ela tivesse levado várias décadas para chegar a esse ponto, um ano seria suficiente para provocar a morte irremediável do ecossistema lacustre.
(...).

Nessas condições, é urgente redescobrir a sabedoria do caracol. Ele nos ensina não só a necessária lentidão, mas uma lição ainda mais indispensável. “O caracol”, nos explica Ivan Illich, “constrói a delicada

arquitetura de sua concha adicionando, uma após a outra, espiras cada vez mais largas e depois cessa bruscamente e começa a fazer enrolamentos agora decrescentes. Isto porque uma única espira ainda mais larga daria à concha uma dimensão dezesseis vezes maior. Ao invés de contribuir para o bem-estar do animal, ela o sobrecarregaria. A partir de então, qualquer aumento de sua produtividade apenas serviria para paliar as dificuldades criadas por esse aumento de tamanho da concha para além dos limites fixados por sua finalidade. Passado o ponto-limite de alargamento das espiras, os problemas do excesso de crescimento multiplicam-se em progressão geométrica, ao passo que a capacidade biológica do caracol pode apenas, na melhor das hipóteses, seguir uma progressão aritmética.⁸²

Outro indicador de que nosso lago está prestes a eutrofizar completamente é a constatação de 387,81 partes por milhão (ppm) de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, ao passo que o valor limite apresentado por cientistas é de 350 ppm. Levantamento realizado em julho de 2009 [LEONARD, 2011]⁸³.

Elucidativo é o título “*As alterações climáticas perturbam o ciclo do carbono*” de artigo publicado no Atlas do Meio Ambiente do Le Monde Diplomatique⁸⁴, no qual é apresentado um cenário em que ultrapassamos a biocapacidade do planeta em realizar o sequestro do carbono na mesma proporção da emissão realizada pelas atividades antrópicas, estimando-se que a biosfera tenha uma capacidade de reciclar 3,2 gigatoneladas de carbono por ano e que ela seja suscetível de mudanças decorrentes da perturbação do ciclo e da exploração humana, tudo isto num curto lapso de tempo, mas com intensa atividade industrial, conforme retratado no texto:

O equilíbrio dinâmico que o clima da Terra alcançou após centenas de milhões de anos estava ligado a um ciclo do carbono relativamente regulado. Era como se existisse um malabarista que o fazia passar do estado sólido ao gasoso, da biosfera e dos oceanos à atmosfera. Esse processo, porém, foi desestabilizado pela Revolução Industrial, que precisou da combustão de matérias fósseis carbonáceas, como o petróleo, o carvão e o gás dito natural, para prosperar. Despejaram-se, assim, bilhões de toneladas de carbono pressas sob a terra e os oceanos na atmosfera, modificando as quantidades envolvidas no ciclo. Bilhões de anos foram necessários para sua fossilização, mas não mais que algumas décadas para essa mudança radical.

Felizmente, o malabarista tem alguns truques que compensam um pouco o desequilíbrio: a biosfera e o oceano, imensas reservas de carbono. Esses meios absorvem-no da atmosfera para integrá-lo ao solo ou precipitam-no em carbonatos. Fazendo isso, já assimilam quase a metade das emissões antrópicas. Eis por que chamamos esse processo de “sequestro de carbono”.

Mas há um problema ligado a essa jogada: a quantidade retida nos oceanos está diminuindo justamente por causa do aquecimento global! É possível, na verdade, que o aumento das temperaturas dos oceanos reduza a capacidade de sedimentação, diminuindo, quando não suprimindo, as correntes oceânicas responsáveis pelo depósito de sedimentos, como na

No dia 02 de novembro de 2014, o Painel Intergovernamental Sobre Mudanças do Clima (IPCC) lançou o Relatório Síntese do Quinto Relatório de Avaliação da Instituição⁸⁶, este documento alerta que as mudanças climáticas, se não forem controladas imediatamente, vão aumentar a possibilidade de impactos graves, invasivos e irreversíveis para os ecossistemas, além de destacar a participação clara e crescente do ser humano no clima. Outro dado indicado e estarrecedor é que a atmosfera e os oceanos têm aquecido, a quantidade de neve e gelo tem diminuído, o nível do mar subiu e a concentração de CO₂ aumentou para um patamar não registrado em pelo menos 800 mil anos!

Neste mesmo relatório, o chefe do IPCC – Rajendra Pachauri – acrescenta que os meios para limitar as alterações climáticas existem e condicionam as mudanças necessárias à vontade humana, na linha do que vimos afirmando.

O que temos feito para evitar este colapso ainda é muito pouco. Se por um lado desde 1997 partes contratantes confeccionaram o protocolo de Quioto buscando a instituição de Mercado de Carbono – vigendo a partir de 2005 –, com metas para que países poluidores e mais desenvolvidos, no caso, predominantemente europeus, incluindo Rússia e China (EUA não ratificaram o protocolo), reduzissem suas emissões de GEE – média de 5,2% de redução até o ano de 2012 ao nível constatado em 1990 –, por outro as políticas econômicas vão em sentido contrário, com estímulo ao consumo e à produção em setores que propiciam maior emissão de GEE, como o automobilístico.

Nesse cenário, mesmo não estando obrigado a reduzir a emissão de GEE, o Brasil assumiu postura de vanguarda, comprometendo-se, voluntariamente, em reduzir até 2020 a emissão de GEE em percentuais que variam de 36,1% a 38,9%⁸⁷. É fácil perceber que há uma política de conceder com uma mão e tirar com a outra, pois ao mesmo tempo em que há interesse na melhoria das condições do meio ambiente, forças dominantes de poder e capital signos da busca de crescimento econômico convergem para minimizar os efeitos da legislação ambiental. Circunstância muito bem caracterizada com o fracasso do mercado do carbono que ruiu diante das crises de 2008 nos EUA e 2010 na Europa.

Carlos Rittl⁸⁸, em entrevista concedida ao Jornal Brasil de Fato⁸⁹, retrata uma mínima parcela do cenário brasileiro quando das seguintes indagações: que

avaliação faz da agenda ambiental brasileira? Qual será o grande desafio do governo Dilma no próximo mandato em relação à agenda ambiental?

Nos últimos anos o Brasil virou as costas para o meio ambiente como se tivesse feito o suficiente para promover desenvolvimento sustentável no país. O Brasil precisa mudar essa lógica: tem de assumir um compromisso de que não reduzirá as áreas de conservação, de que colocará em prática a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, além de estar atento para os recursos hídricos e avançar em políticas de clima. A impressão que se tem é de que as florestas e os rios são obstáculos e devem ser dominados – não devem ser dominados, mas fazer parte do desenvolvimento sustentável. Estudos mostram que a qualidade de vida em ambientes preservados é melhor do que naqueles em que as florestas e rios foram destruídos. O meio ambiente tem de ser uma agenda transversal e todos os ministros devem ter responsabilidade sobre essa agenda em suas áreas de atuação. Hoje São Paulo tem dois grandes rios, o Tietê e o Pinheiros, com um volume de água que poderia ser importante para o abastecimento num momento de crise hídrica, mas eles estão completamente poluídos. Ao mesmo tempo, a assembleia legislativa de São Paulo acaba de aprovar uma lei que permite a diminuição de florestas no entorno das nascentes. Além disso, a votação da PEC que tira os direitos dos povos indígenas sobre seus territórios e passa para o congresso a prerrogativa de reconhecer sobre esses territórios, são demonstrações de que estamos caminhando na contramão num momento de crise gravíssima ambiental. Com a tendência de esse cenário piorar, é necessário que o Brasil reveja o caminho que quer tomar.

O comportamento humano demonstra que há uma concepção de que nós vivemos como se estivéssemos dissociados do meio ambiente, através de uma relação de independência. Este é um entendimento desastroso que deixa de considerar a umbilical ligação que mantemos com a natureza, uma das razões para que nossa pegada ecológica⁹⁰ esteja acima da biocapacidade do planeta. Representativamente, conforme levantamento feito pelo Gund Institute For Ecological Economics, dirigido por Robert Costanza⁹¹, temos os seguintes dados gerais sobre a atual pegada ecológica humana:

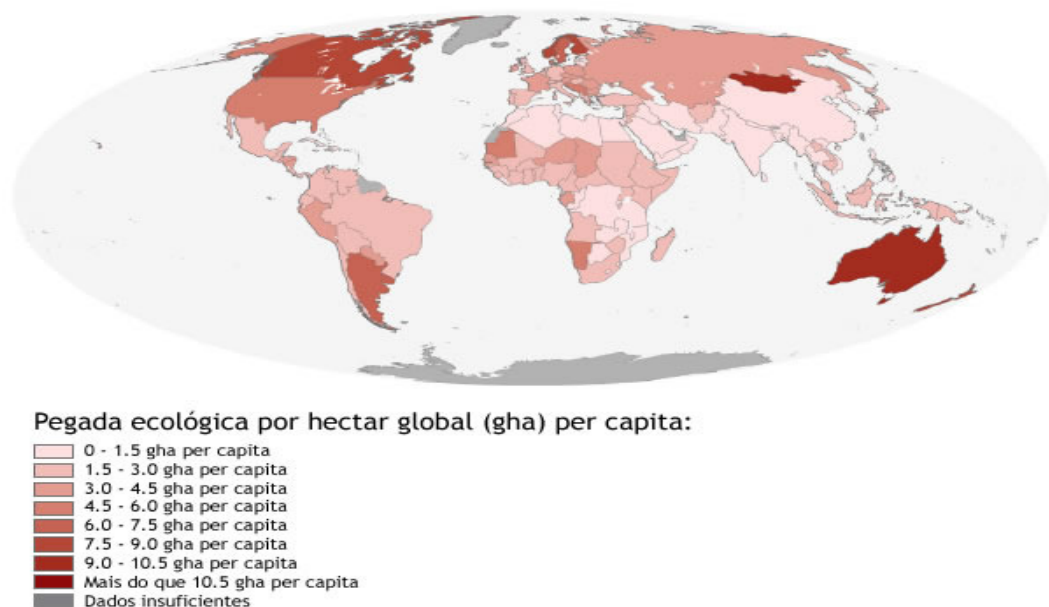
Em escala global, esse indicador ultrapassou a capacidade de abastecimento do planeta no início dos anos 1980 e chegou a estar 20% acima dela em 1999. em outros termos, naquele ano, a superfície produtiva disponível por pessoa era de 1,9 hectare, ao passo que a pegada ecológica alcançava 2,3 hectares. Além disso, nos países mais ricos ela é seis vezes maior do que nos mais pobres: nos Estados Unidos, chega a 9,7 hectares por pessoa; no Reino Unido é de 5,4 hectares; na França, de 5,2; e na Alemanha, de 4,7. Teria de haver dois planetas para satisfazer o consumo requerido pela sociedade industrial! Em países menos ricos, como o Brasil, a pegada é um pouco menor, com 2,1 hectares por pessoa. Na Índia, é 0,8.⁹²

Vale ilustrar dois gráficos a respeito da pegada ecológica.

No primeiro, a pegada ecológica medida por hectar global (gha) per capta foi distribuída em escalas que variam de 0 a 10,5 gha per capta e representam a situação em que se encontram os Países.

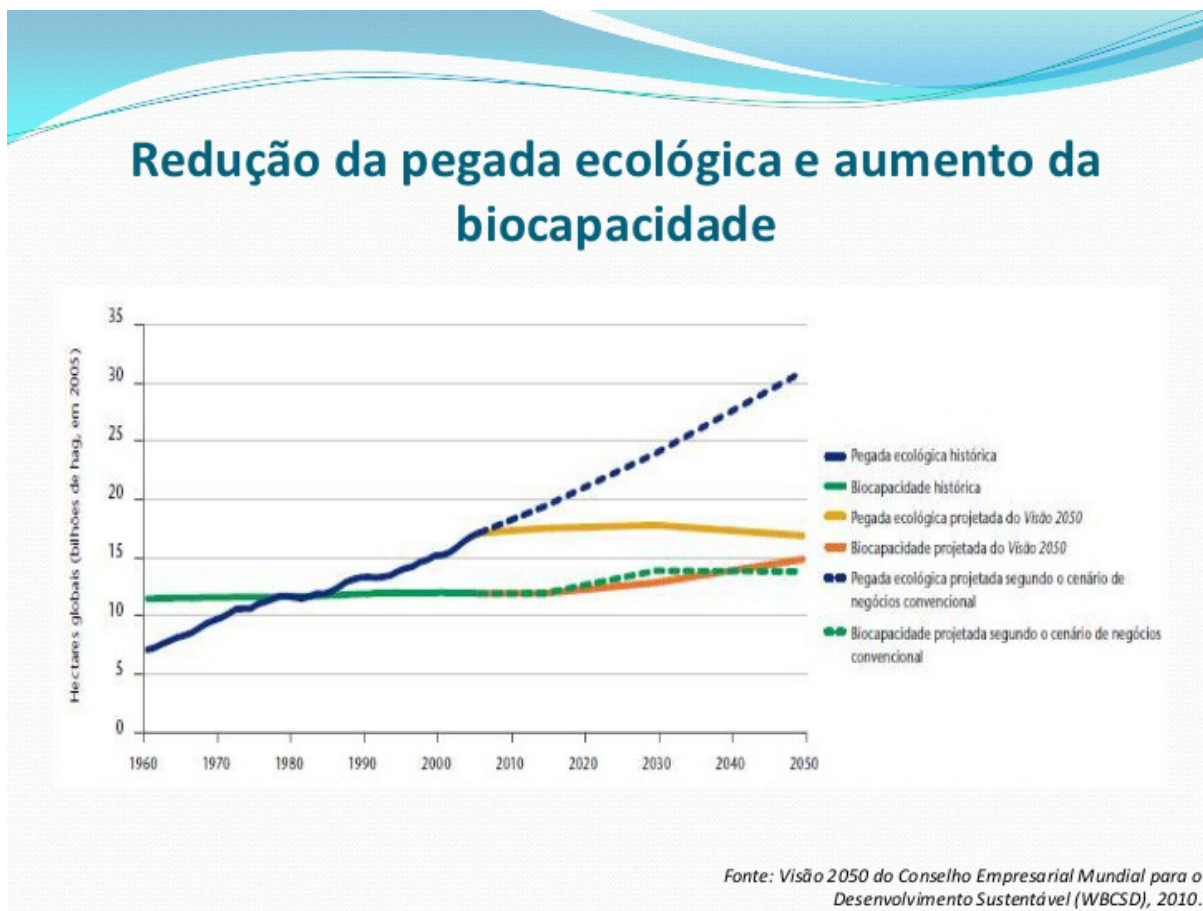
No segundo, a pegada ecológica é apresentada numa função entre hectar global e tempo em perspectiva desde 1960 até 2050. Neste caso também é indicada como será a pegada ecológica se o comportamento atual for mantido e como ela pode vir a ser se adotados os caminhos indicados pela WBCSD (World Business Council for Sustainable Development) no Estudo Visão 2050.

FIGURA 1



TÍTULO: Pegada ecológica medida por hectar global (gha) per capta⁹³

FIGURA 2



TÍTULO: Pegada Ecológica. Função entre hectar global e tempo⁹⁴

Fácil constatar que a pegada ecológica está excedente à biocapacidade do planeta não por um comportamento homogêneo de Países, mas por uma demanda de recursos altamente excessiva por parte dos países ricos, desenvolvidos, que, não por mera coincidência, são aqueles que ou saíram vitoriosos da 2ª Guerra mundial, especialmente EUA, Reino Unido e França ou que passaram por um processo de reconstrução, no caso, Alemanha e Japão. Mesmo com os conflitos globais ocorridos no século XX, a estrutura de dominação pelo poder se manteve ao lado de um seletor grupo de países – EUA, Europa (incluindo a Rússia) e Japão – e os 50 a 60 anos subsequentes ao fim da 2ª Guerra Mundial foram marcados pela ampliação imperialista do capitalismo e a hegemonia de sua ideologia para e pelo crescimento.

Há um abismo de desigualdade entre a pegada ecológica dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e que coincide com o

vão socioeconômico. A constatação empírica é de que quanto mais economia mais consumo, mais demanda, mais produção, maior uso de recursos naturais. Para que esta 'roda' gire em velocidade máxima, deturpam-se ou são omitidos dados que possibilitariam uma maior conscientização da pegada ecológica. Consequência: não se distribui adequadamente o ônus da responsabilidade socioambiental.

Um passo colossal deve ser dado: realizar maior equidade, não de equivalência com o comportamento dos países ricos, mas de redistribuição de bem-estar, que significa redução e redistribuição de consumo, redução da ganância, ampliação e redistribuição de solidariedade.

Silvio Caccia Bava, Diretor e Editor Chefe do Le Monde Diplomatique Brasil, destacou com muita propriedade em 2012, ainda antes da realização da Rio+20, dificuldades para alteração da lógica econômica que se opunha na busca de resultados positivos e concretos ao meio ambiente e que poderiam esvaziar de sentido a então Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente naquele ano. O retrato do contexto ambiental já era de conhecimento, mas fica claro que os países centrais não tinham interesse em alterar o *status quo* de dominação, mesmo diante da grave crise ambiental instalada e que tende ao extremo para a própria existência da vida:

Os governos dos países centrais do capitalismo não parecem dispostos a assumir metas de sustentabilidade e expressam, com isso, a oposição das grandes corporações a qualquer tipo de regulação internacional que prejudique seus interesses.

(...).

As respostas dos governos não estão à altura dos desafios; eles falam da possibilidade de um “capitalismo verde”, capaz de combinar a lógica do lucro com a preservação ambiental. Ou melhor, buscam transformar a preservação ambiental numa fonte de lucro.

O quadro da situação pintado pelos cientistas, no entanto, parece não aceitar essa tentativa de reduzir a crise a uma dimensão preservacionista, mantendo tudo o mais como está. Eles alertam para catástrofes ambientais próximas. Alguns dizem que o estrago está feito, que eventos climáticos extremos já ocorrem, que devemos esperar por dias piores. Nesse cenário, o que nos resta como espaço de ação é apenas minimizar os prejuízos e nos prepararmos para um futuro cada vez mais problemático.

Os diagnósticos variam, mas muitos estão concordes de que estamos trilhando um caminho sem volta, que no limite ameaça a existência da vida no planeta e a própria espécie humana. A curto prazo.⁹⁵

A conclusão que BAVA chega a respeito desta situação confirma a linha de pensamento que vimos traçando, de que o problema é estrutural do próprio modelo de sociedade desenhada pelo capitalismo, fundada nas relações de poder que resultaram na estratificação da sociedade, na irregular distribuição de bens,

riquezas, direitos e obrigações, etc. Leia-se a seguir comentário de citado autor:

Mas se a questão é tão grave, por que então esses governos não a enfrentam? A resposta é bem simples: a crise é sistêmica – ela é simultaneamente financeira, ambiental, de segurança alimentar, de aprofundamento da exclusão e da pobreza etc. É uma crise do modelo capitalista de produção e consumo. Enfrentar a crise é enfrentar os interesses dos principais beneficiários do atual modelo, os atuais donos do poder.⁹⁶

A superestrutura jurídico-política foi moldada à imagem e semelhança da infraestrutura econômica, por isso ainda contamos com a 'humanidade', a boa vontade das pessoas, como se fosse um 'pássaro-de-ouro' necessário ao equilíbrio com o meio ambiente. Isso não está sendo suficiente e ao que tudo indica não será, é preciso uma luta incessante e mais incisiva na busca pela mudança de paradigmas da relação entre o meio ambiente, o modelo econômico, a cultura e o comportamento.

Essa superestrutura precisa assumir sua posição na democracia ambiental, tirar as amarras da hegemonia do pensamento único, especialmente no viés econômico deste, deixar de ser simplesmente rebelde em alguns momentos para se tornar indutora ou resultante de um movimento permanente de escala mundial. Fica cada dia mais claro que ou este choque às estruturas de poder ocorre ou continuaremos trilhando o caminho de tempos sombrios, como percucientemente alerta António José Avelãs Nunes⁹⁷:

A *globalização neoliberal*, que alguns procuram fazer passar como uma pura consequência 'mecânica', automática, inevitável do desenvolvimento científico e tecnológico, deve antes ser entendida como um *projeto político* levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos grandes senhores do mundo, apoiados, com (sic) nunca antes na história, pelo poderoso arsenal dos aparelhos produtores e difusores da ideologia dominante, responsáveis pelo totalitarismo do *pensamento único*, assente nos dogmas do neoliberalismo.

E o neoliberalismo não é um fruto exótico que nasceu nos terrenos do capitalismo, nem é o produto inventado por uns quantos 'filósofos' que não têm mais nada em que pensar.

O neoliberalismo é o reencontro do capitalismo consigo mesmo, depois de limpar os cremes das máscaras que foi construindo para se disfarçar.

(...)

A luz deste entendimento, a crítica da globalização não pode, é claro, confundir-se com a defesa do regresso a um qualquer 'paraíso perdido', negador da ciência e do progresso. Os adversários da *globalização predadora* que marca o nosso tempo não podem deixar de apoiar a revolução científica e tecnológica. Mas não podem confundi-la com a globalização nem ver nesta o resultado inevitável daquela. Seria indesculpável que cometêssemos hoje o erro dos primeiros operários da

revolução industrial inglesa, que destruíram e sabotaram as máquinas por verem nelas o seu inimigo.

O que está mal na globalização atual é o neoliberalismo que a alimenta, a estrutura dos poderes em que ela se apoia, os interesses que serve, não a revolução científica e tecnológica que torna possíveis alguns dos instrumentos da *política neoliberal globalizadora*.

Sendo a globalização neoliberal um *projeto político*, os seus adversários têm de ser capazes de alimentar um espírito de resistência à ideologia dominante, e têm de pôr de pé um *projeto político* inspirado em valores e empenhado em objetivos que o mercado não reconhece nem é capaz de prosseguir, um *projeto cultural* que assente na confiança no homem e nas suas capacidades, rejeitando a lógica determinista que nos imporia, como inevitável, *sem alternativa possível*, a atual globalização neoliberal, uma das marcas desta *civilização-fim-da-história*.

Interessante enunciar títulos de alguns artigos apresentados no Atlas do Meio Ambiente, publicado pelo Le Monde Diplomatique⁹⁸, sobre fatores que ameaçam o planeta. Não é necessário um aprofundamento nos conteúdos para reconhecer o desequilíbrio que estamos causando, em claro risco à sobrevivência para a presente e futuras gerações. Vejamos:

A necessária imposição do princípio do poluidor-pagador.
Desgaste atinge metade dos solos cultiváveis.
O pico do petróleo... uma virada decisiva.
Transporte alternativo das mercadorias.
Para se libertar do automóvel e do avião.
Do Bhopal ao Prestige, a era das catástrofes.
A herança envenenada da União Soviética.
As alterações climáticas perturbam o ciclo do carbono.
A longa história das mudanças do clima.
Quando as florestas passam a emitir carbono ao invés de captá-lo.
O colapso dos polos.
O aquecimento global desregula as monções.
O dilúvio e a seca nos caprichos do El Niño.
O século dos refugiados do meio ambiente.
Um novo clima, um novo mapa agrícola.
O declínio das espécies ameaça a humanidade.
A lenta reconstrução da camada de ozônio.
Água, da escassez ao sofrimento.
Ilhas, litorais e deltas ameaçados.
Pesca em alto-mar: violência contra as espécies abissais.
De Norte a Sul, as doenças ambientais. (grifou-se)

Este rol é meramente exemplificativo, não tem qualquer pretensão de exaurir a matéria, o que torna ainda mais preocupante a situação do planeta. Destaca-se que o referido atlas foi publicado em 2007, e, apesar de os dados referenciais serem levantados até 2006, são perfeitamente adequados ao intuito deste trabalho que é apresentar mudanças de cenário que põem em risco a existência de vida no planeta. O mais grave é que desde 2007 não se constata alterações substanciais positivas

no comportamento humano no trato com o meio ambiente, em muitos aspectos a degradação e a poluição foram aprofundadas, como no caso da emissão de gases de efeito estufa.

Isso significa que caminhamos na direção de uma situação ambiental irreversível capaz de suplantar as condições mínimas necessárias à vida? Pode ser que sim, pode ser que não, as nossas escolhas falam por si próprias.

O fato é que não estamos adotando uma postura minimamente de combate e luta contra este caminhar, o que torna mais provável a derrota do homem contra suas próprias ambições e ganância. O tempo de despertar já passou, é imprescindível que o Direito esteja atento a esta realidade, incorporando-a em seu discurso em substituição àquele ideologicamente a serviço do poder.

Georgescu-Roegen ilustra com hialina clareza a relação de esgotabilidade dos recursos naturais a qual devemos estar permanentemente atentos, não apenas com perspectivas até 2050, mas de forma a gerar um 'círculo virtuoso', portanto, ético, de coexistência sadia intergeracional:

Na realidade, a utilização econômica do estoque terrestre de baixa entropia não se limita unicamente à mecanização da agricultura; ela constitui o principal problema para o destino da espécie humana. Para ilustrar essa afirmação, suponhamos que S represente o estoque anual de baixa entropia terrestre e r , uma determinada quantidade anual de esgotamento. **Se não levarmos em conta a lenta degradação de S , como podemos fazê-lo aqui sem nenhum inconveniente, o número teórico máximo de anos necessário para o completo esgotamento desse estoque será S/r . Será esse também o número de anos ao fim dos quais a fase industrial da humanidade chegará forçosamente a termo.** Considerando-se a fantástica desproporção entre S e o fluxo de energia solar que chega ao globo a cada ano, não resta a mínima dúvida que, mesmo com um uso muito parcimonioso de S , a fase indústria da evolução da humanidade chegará ao fim muito antes que o Sol deixe de brilhar. É difícil conjecturar o que sucederá então (se, contudo, a extinção da espécie humana não intervier antes por causa de algum micróbio totalmente resistente ou de algum produto químico insidioso). O homem poderia voltar a viver retornando ao estágio da colheita, que conheceu outrora. Mas, à luz do que conhecemos sobre a evolução, tal reversão evolutiva parece improvável. De qualquer maneira, é certo que, quanto mais elevado for o grau de desenvolvimento econômico, mais considerável será o desgaste anual de r e, por conseguinte, mais curta será a esperança de vida da espécie humana.⁹⁹ (grifou-se)

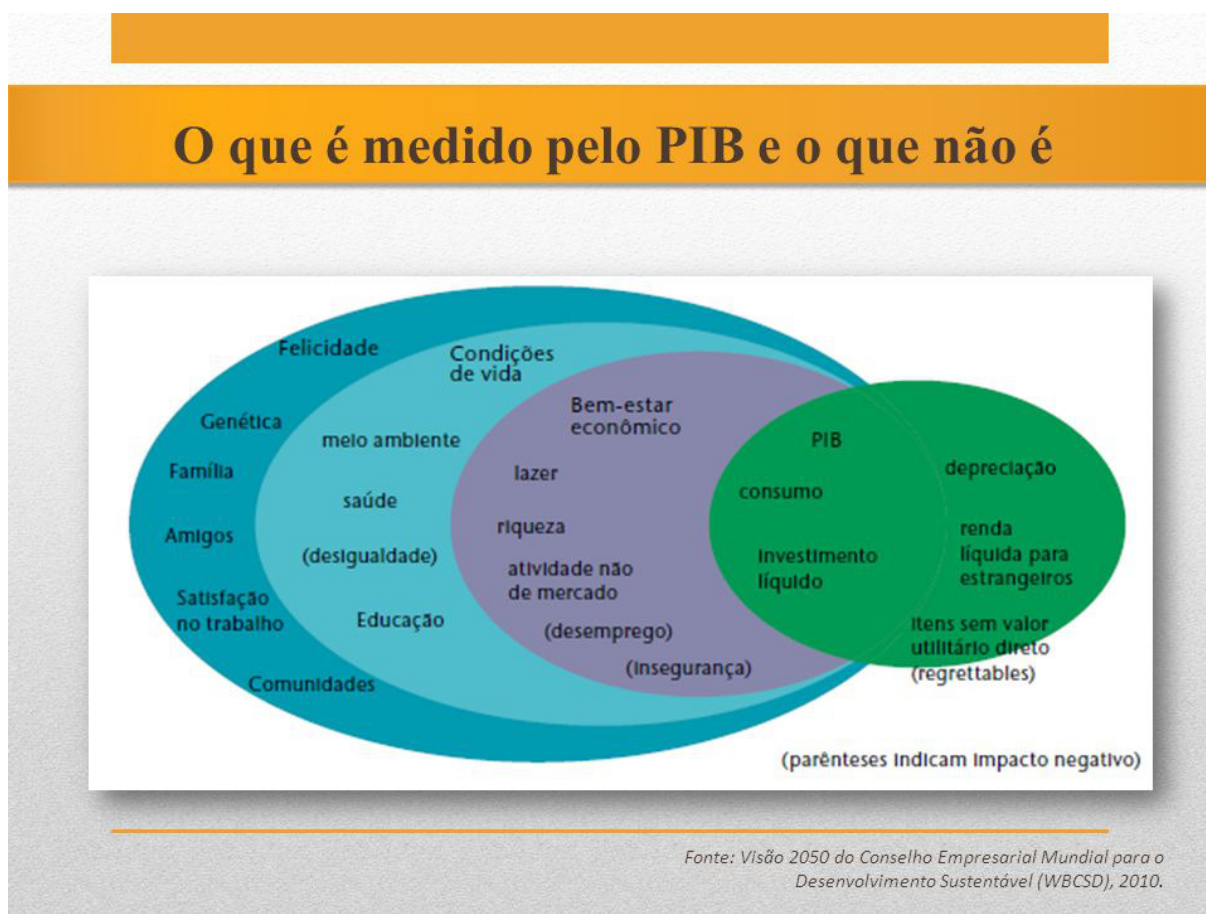
Também é bom destacar que citado Atlas não retrata apenas cenários negativos do meio ambiente, apresenta cases de comportamentos ambientais necessários para uma ruptura com o modelo predatório que temos utilizado para interagir com a natureza, soluções palpáveis cuja implementação ficou demonstrada

dependem acima de tudo da vontade humana.

A maior evidência de que o modelo económico vigente nos impõe uma visão míope sobre fatores verdadeiramente relevantes para o bem-estar, a qualidade de vida, a felicidade, o convívio, o desenvolvimento humano e a proteção esperada da natureza, está num instrumento de manipulação ideológica que se alongou por todo o século XX e vem sendo utilizado sem qualquer pudor neste século, que é o Produto Interno Bruto (PIB). O desvalor que se faz a ele não é em função dele próprio, reconhece-se que é um instrumento útil, válido, importante, o problema é seu superdimensionamento, feito para que possa 'legitimamente' justificar o mote do capitalismo que é a necessidade intransigível de crescimento. Neste passo chegaremos a uma situação tão bizarra em que teremos países 'maiores' que o próprio mundo, pois o PIB destes não vai caber nos limites físicos do planeta. O absurdo é que esta desinformação vem sendo enfiada 'goela à baixo' sistematicamente de toda a humanidade, como se fosse virtuosa a estimativa da China ter um PIB em 2050 na casa dos 40 Trilhões de dólares, os EUA e Índia 20 trilhões, o Brasil 12 e assim vai... Não nos esqueçamos das citadas fábulas da alga e do caracol. Compramos a ideia de que é possível um crescimento ilimitado num mundo de recursos limitados ou será que este PIB refletirá a geração de riqueza imaterial dos Países?!

No gráfico abaixo fica muito bem ilustrada a limitação conceitual a que está submetido o PIB, e, ao forçarmos seu crescimento justificando-o *de per si*, fazemos de forma a garantir no tempo uma exponencial dinâmica quali e quantitativa negativa do meio ambiente. Aspectos fundamentais à manutenção da vida urgem de imediata e profunda discussão e aplicação.

FIGURA 3



TÍTULO: Fatores abrangidos pelo PIB¹⁰⁰

A finalidade imaterial do processo econômico que é a *alegria de viver* [GEORGESCU-ROEGEN, 2012], pode ser apreendida sob uma ótica construtiva, no sentido de ser valorada, acima de tudo, a 'riqueza espiritual' das relações humanas entre si e com o meio ambiente, considerada aquela parcela de bens intangíveis ético-morais que também são passíveis de escassez. O gráfico acima expõe esta representação, diz-nos o que efetivamente tem importância para a sociedade, para o bem-estar, para as relações conviviais. Com isso não se está a pregar uma vida franciscana, camponesa, nem que estas sejam absurdas e equivocadas, apenas que podemos e devemos retomar de maneira mais abrangente e constante valores ético-morais de comportamento, como apropriadamente o fez o Direito após a Segunda Guerra Mundial, ao se reaproximar da moral, após a insuficiência do positivismo jurídico para lidar com casos difíceis, destacando que os regimes nazi-

fascista buscaram como fonte de legitimação o jusnaturalismo.

É ainda mais imperativa a retomada de consciência moral, ainda mais em tempos de clara percepção que passamos por um período no qual estão sendo deixados de lado valores intangíveis em privilégio das relações comerciais, das trocas de moedas, de trabalho por capital, de moeda por bens e dos estoques de recursos naturais por uma existência intensa, mas, mais curta.

Os dados apresentados convergem com as seguintes afirmações de Leonardo Boff¹⁰¹

Hoje vivemos uma crise dos fundamentos de nossa convivência pessoal, nacional e mundial. Se olharmos a Terra como um todo, percebemos que quase nada funciona a contento. A Terra está doente, e muito doente. E como somos, enquanto humanos, também Terra ("homem" vem de *húmus* = terra fértil), nos sentimos todos, de certa forma, doentes.

Apesar de um comportamento da humanidade claramente autodestrutivo, antes de serem tidos como a linha final da existência os dados citados neste tópico devem soar como alerta máximo. Não há mais tempo para tergiversar a respeito das drásticas mudanças das relações antrópicas. Mesmo diante de um princípio de autodestruição devemos ter ciência de que crises não são elementos anômalos à vida, fazem parte de sua própria essência, perpassam por todos os campos de atuação do Homem, como políticos, econômicos, sociais, religiosos, em ciclos que acompanham a natureza, mas não se restringem aos processos naturais, decorrem, também, aos ciclos sociológicos.

Apenas termos a consciência de que crises fazem parte da essência do ser como entidade pertencente à natureza e da conformação sociológica, não é suficiente. O que faz com que haja a existência da vida é a sua capacidade de adaptação e superação, resiliência perante as adversidades que estão presentes em todas as fases da nossa existência. Leonardo Boff¹⁰² descreve esta paisagem de forma muito lúcida:

Ou mudamos, ou morremos: essa é a alternativa. Onde buscar o princípio articulador de uma outra sociabilidade, de um novo sonho para a frente? Em momentos de crise total estrutural precisamos consultar a fonte originária de tudo: a natureza. O que ela nos ensina? Ela nos ensina – foi o que a ciência já há mais de um século identificou – que a lei básica do universo não é a competição que divide e exclui, mas a cooperação que soma e inclui. Todas as energias, todos os elementos, todos os seres vivos, desde as bactérias e vírus até os seres mais complexos, somos inter-retro-relacionados e, por isso, interdependentes. Uma teia de conexões nos envolve por todos os

lados, fazendo-nos seres cooperativos e solidários, quer queiramos, quer não, pois essa é a lei do universo. Por causa desta teia chegamos até aqui e poderemos ter futuro.

Aqui se encontra a saída para um novo sonho civilizatório e para um futuro para as nossas sociedades: fazermos conscientemente da cooperação um projeto pessoal e coletivo, sermos seres de solidariedade e sinergia. Ao invés de troca competitiva onde só um ganha e os demais perdem, devemos fortalecer a troca complementar e cooperativa onde todos ganham. Importa assumir, com absoluta seriedade, o princípio do Nobel de Economia John Nash, cuja mente brilhante foi celebrada por um não menos brilhante filme: o princípio ganha-ganha, onde todos saem beneficiados sem haver perdedores.

Para convivermos humanamente, inventamos a economia, a política, a cultura, a ética e a religião. Mas nos últimos séculos o fizemos sob a inspiração da competição que gera o individualismo, a acumulação e o consumismo privado. Esse tempo deve acabar. Agora temos que inaugurar a cooperação que gera a comunidade e a participação de todos em tudo o que interessa a todos. Essa é a nova centralidade social, a nova racionalidade necessária e salvadora, fundada no *pathos*, no sentimento profundo de pertença e solidariedade, de familiaridade, hospitalidade e comensalidade entre todos os seres da natureza.

Se não fizermos essa conversão, preparemo-nos para o pior. Urge começar com as revoluções moleculares. Começemos por nós mesmos, sendo seres cooperativos, solidários, compassivos, simplesmente humanos. Com isso definimos a direção certa. Nela há esperança e vida para nós e para a Terra.

5.3 O QUE ESPERAR DO SISTEMA LEGAL DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE?

Identificada a legislação em vigor e os princípios que norteiam a atividade humana em relação ao meio ambiente, é preciso fazer um exercício de reflexão sobre nosso comportamento, nossa postura frente a um sistema de recursos naturais limitado, em que o esgotamento da biocapacidade da terra e a passagem de baixa para alta entropia foram absurdamente amplificados no período do antropoceno.

Chegado é o momento de a legislação se posicionar à frente dos costumes, da cultura do crescimento pelo crescimento, da busca irracional de aumento do PIB como indicador de desenvolvimento, da ideologia dominante do *establishment*. Para isso, entende-se que ela (a legislação) deve absorver dois grandes fatores:

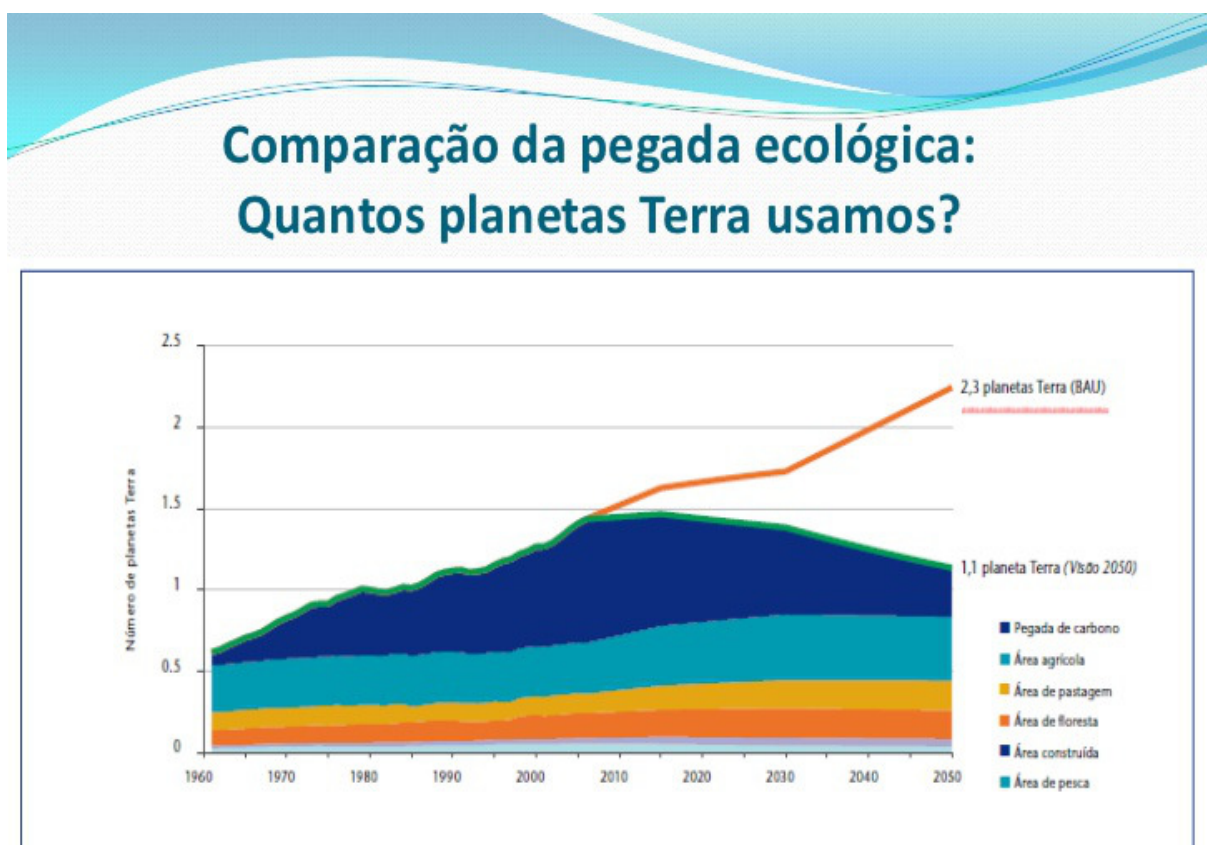
1º) Substituição gradativa da cultura de produção e consumo economicista em vigor pela cultura bioeconomicista, na qual, além de forçar um repensar sobre o comportamento humano, as ações de todos os processos produtivos terão que apresentar a máxima eficiência diante dos mínimos consumo de recursos e danos ambientais e máximo reuso de materiais. Nestes aspectos destacam-se a

precificação, a internalização das externalidades, a exata contabilidade sobre bens e serviços ambientais, a Produção Mais Limpa (P+L), a Ecoeficiência, o marketing a favor do meio ambiente não do mercado, a quebra da obsolescência programada, a prioridade de crédito para tecnologias mais eficientes e menos poluentes, o desestímulo ao consumo abusivo e a implementação dos oito 'erres' de Serge Latouche;

2º) O contínuo processo de crescimento pelo crescimento deve sofrer uma gradativa, mas urgente e eficaz desaceleração, de forma a permitir que o planeta mantenha sua biocapacidade equivalente ao máximo de um Planeta para suprir as necessidades humanas, não na previsão sombria do PNUMA de que no atual ritmo serão necessários 2,3 planetas em 2050.

A figura abaixo retrata a pegada ecológica em perspectiva no tempo:

FIGURA 4



Fonte: Visão 2050 do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD), 2010.

TÍTULO: Pegada Ecológica em perspectiva até 2050¹⁰³

Os fatores indicados devem ingressar normativamente como políticas públicas, portanto, substancialmente terão por característica a indução a comportamentos. A legislação deverá estabelecer diretrizes tendentes a: condicionar a economia e a contabilidade à precificação de produtos e serviços a partir do real valor de uso dos recursos naturais; fazer com que efetivamente as empresas internalizem as externalidades e não sociabilizem os impactos ambientais; regulamentar o marketing para que dê ênfase à conscientização e encontre limite de atuação às necessidades humanas, ao invés de ser um poderosíssimo instrumento de criação de desejos que conduzem ao 'consumismo irracional'; disseminar a educação ambiental para se tornar padrão de comportamento ético e para que a 'solidariedade ambiental' represente uma autêntica filosofia de vida.

A ideia de desaceleração do crescimento ou *decrescimento* ora apresentada decorre, basicamente, da concordância com duas grandes doutrinas: Nicholas Georgescu-Roegen¹⁰⁴, que refuta a ideia de economia estacionária sob o enfoque da entropia, mas defende a adoção de métodos e padrões que impliquem na bioeconomia e na ética econômica em respeito às gerações vindouras, e, Serge Latouche¹⁰⁵, a partir da ideia de círculo virtuoso de 8 'erres' – Reavaliar; Reconceituar; Reestruturar; Redistribuir; Relocalizar; Reduzir; Reutilizar/Reciclar¹⁰⁶ –.

Para Latouche¹⁰⁷ o *decrescimento* tem a seguinte nuance::

Ao contrário de uma ideia perversa que não produz necessariamente uma ideia virtuosa, não se trata de preconizar o decrescimento pelo decrescimento, o que seria absurdo; considerando bem, contudo, não o seria nem mais nem menos do que pregar o crescimento pelo crescimento... A palavra de ordem “decrescimento” tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, objetivo cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e portanto para a humanidade. Não só a sociedade fica condenada a não ser mais que o instrumento ou o meio da mecânica produtiva, mas o próprio homem tende a se transformar no refúgio de um sistema que visa torná-lo inútil e a prescindir dele.

Para nós, o decrescimento não é o crescimento negativo, oximoro absurdo que traduz bem a dominação do imaginário do crescimento. Sabe-se que a mera diminuição da velocidade de crescimento mergulha nossas sociedades na incerteza. Aumenta as taxas de desemprego e acelera o abandono dos programas sociais, sanitários, educativos, culturais e ambientais que garantem o mínimo indispensável de qualidade de vida. Pode-se imaginar a catástrofe que uma taxa de crescimento negativa

provocaria! Assim como não existe nada pior que uma sociedade trabalhista sem trabalho, não há nada pior que uma sociedade de crescimento na qual não há crescimento. Essa regressão social e civilizacional é precisamente o que nos espreita se não mudarmos de trajetória. Por todas essas razões, o decrescimento só pode ser considerado numa “sociedade de decrescimento”, ou seja, no âmbito de um sistema baseado em outra lógica. Portanto, a alternativa é efetivamente: decrescimento ou barbárie!

A transição entre civilização capitalista para pós-capitalista deve ocorrer na forma de um *decrescimento sereno*, viável, provavelmente, pela concretização do conceito de 'círculo virtuoso' de oito erres¹⁰⁸.

Para Paul Ariès a ideia de *decrescimento* é perfeitamente factível, sustentando sua posição a partir dos seguintes indicadores: “*Teoricamente, pode-se fazer a razão geométrica funcionar no sentido inverso. “Um decrescimento de 1% ao ano faz economizar 25% (da produção) em 29 anos e 50% em 34 anos, 64% em 50 anos e 87% em 100 anos”*”¹⁰⁹. (grifou-se)

O conceito de referido autor é significativamente mais amplo do que aquele difundido no mundo e, no caso específico do Brasil, daquele contido na Política Nacional dos Resíduos Sólidos, que faz o uso de três erres: Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

É inegável que o alcance prático do conceito de Latouche perpassa pela tomada de decisões em conjunto, numa inafastável governança mundial sobre o meio ambiente, em cooperação dos povos para solidariamente conferir maior equidade entre as populações de diversos países. Claro que é utópica uma mudança total e imediata no comportamento da atual civilização capitalista, com desapego à estrutura de produção e consumo, contudo, viável e necessária é uma implementação gradativa e decrescente do ciclo de produção e de consumo atual com concomitante troca por meios de Produção Mais Limpa e real ecoeficiência, buscando reduzir as desigualdades sociais, econômicas e ambientais, através da redistribuição de competências, prerrogativas, obrigações e 'direitos de poluição' entre *players* globais.

No caso do Brasil não há a necessidade de uma nova legislação para atender a estas mudanças, o artigo 225 da Constituição Federal já fornece os elementos necessários para a exegese constitucional, ao dispor que o meio ambiente é “*essencial à sadia qualidade de vida, (...), para as presentes e futuras gerações*”. A existência de meio ambiente sadio, saudável e equilibrado é pressuposto lógico à sadia qualidade de vida, este é o campo gravitacional a atrair

tanto a elaboração quanto a interpretação normativa e que permite sim, desde já, o uso de medidas de implementação para o decrescimento. O funcionamento da ordem normativa fica, contudo, na dependência de a civilização capitalista se transmutar para uma sociedade de decrescimento, sob pena de o modelo ruir, tal como demonstrou Serge Latouche¹¹⁰.

Mas não podemos fechar os olhos para uma questão fundamental: ao pé da verdade, a superestrutura jurídico-política vem trabalhando a serviço da estrutura econômica, qualquer alteração que se pretenda naquela perpassa, hoje, indissociavelmente pela refundação das estruturas de poder e a superação da ideologia do *establishment*, como ensina Roberto Aguiar¹¹¹:

O direito, enquanto o poder é mantido, desenvolve-se (ou simplesmente muda) por meio de arranjos que, direta ou indiretamente, confirmam o discurso do poder. Como já foi dito, ele pode invadir o *praeter legem*, nunca o *contra legem*, de modo mais simples, ele pode redimensionar sua ideologia fundante, mas nunca contrariá-la.

Diante do aduzido, pode-se dizer que a mudança nodal em um ordenamento jurídico só virá com a mudança do poder político e, na medida em que esse poder político é expressão das relações de força de uma sociedade, tal direito só se alterará por meio da mudança da configuração de uma sociedade. Mudar o direito é mudar o poder.

Também é preciso desnudar o mito da neutralidade que perpassa pelo ensino jurídico e desemboca em todas as atividades desempenhadas por instrumentos voltados efetivação da justiça, como bem lembram Márcia Carla Pereira Ribeiro e Sérgio Rodrigo Martinez¹¹²:

Se o mito da neutralidade parte de uma base informacional liberal, a qual pressupõe o mito da igualdade das partes perante a lei, os resultados serão delimitados por essa escolha. Na questão ambiental, essa igualdade formal e monodimensional trará problemas, na medida em que a complexidade dos efeitos ambientais envolve diversidade, valores complexos e repercussões difusas, de presentes e futuras gerações.

Desse modo, o pensamento econômico do Direito Ambiental pode contribuir ao sugerir uma nova base informacional, trazendo a superação do mito da neutralidade pelo paradigma da complexidade, no qual o julgador passa a ser parte do problema ambiental existente. O ensino do Direito Ambiental não pode se negar a essa realidade são essenciais para a formação de juízos, que não sejam tendenciosos em relação aos interesses dominantes, mas sim coerentes com a complexidade ambiental em jogo.

A verdade está posta, cabe a nós decidir entre sobreviver por mais tempo, que implica estarmos de mãos dadas através de práticas solidárias, democráticas e republicanas, ou antecipar nossa estadia no planeta por preferirmos lutar pelo poder,

pela manutenção do *establishment* e, desta forma, pela limitação legal-ideológico em detrimento da adequada defesa do meio ambiente.

Mesmo que ainda existam soluções plausíveis para reversão dos efeitos das atividades antrópicas, é difícil acreditar que a sociedade agirá desta forma, vários indicadores confirmam a miopia que aflige a humanidade. Além de muitos países ricos avessos a medidas que modifiquem a 'ordem econômica natural', compreendida nesta a mudança da matriz produção x consumo que perpetua a relação entre dominadores e dominados, os EUA como única superpotência, cujos atos refletem em todo o mundo, mostram-se claramente avessos a políticas que ameacem o *establishment*, por isso é fácil perceber que sistematicamente não ratificam tratados internacionais sobre direitos humanos ou o meio ambiente, circunstância que por si só reduz drasticamente o efeito de medidas ambientais adotadas por outros países. Ainda há toda uma rede de empecilhos que dificultam as mudanças necessárias, como o aprofundamento das desigualdades sociais, maior concentração de riqueza, manutenção de altos níveis de consumo por países desenvolvidos, obsolescência programada de produtos eletroeletrônicos, extração desmedida de minerais, desgaste precoce de solo, alta emissão de Gases de Efeito Estufa, acúmulo de chumbo, mercúrio e outros metais pesados no solo e nos oceanos, desmatamentos, queimadas, sobrecarga na capacidade dos Oceanos em absorver Gás Carbônico e de fornecer alimentos, baixa reutilização de materiais, geração de lixo radioativo, desperdício e falta de adequada distribuição de água e alimentos, ocupações irregulares, extinção de espécies... Enfim, são inúmeros elementos que contradizem qualquer prognóstico minimamente otimista a respeito do comportamento humano em sua interação com o meio ambiente. Mais grave é a indicação que fazem sobre a imposição de uma 'ditadura ambiental' da presente geração às que lhe sucederem.

Apesar de muitas reticências ainda pendentes de esclarecimento sobre as mudanças necessárias para que a humanidade não sucumba aos seus próprios erros, ao invés de prosperar pelos seus próprios 'erres', não devemos abandonar a esperança na racionalidade, na humanidade, no sentimento de autopreservação, no compromisso intergeracional, faz bem à alma e é um combustível à vida para ajudar a conscientizar, a lutar por mudanças, sejam elas suficientes ou não apenas o futuro dirá, por isso a nossa existência digna não deixa escolhas além da mudança de comportamento. GANDHI, com inigualável propriedade, já dizia: “*Nunca perca a fé*

*na humanidade, pois ela é como um oceano. Só porque existem algumas gotas de água suja nele, não quer dizer que ele esteja sujo por completo*¹¹³.

A intensa degradação ambiental que coloca em risco a permanência da vida no planeta deriva, basicamente, de atividades antrópicas realizadas nos últimos 200 anos, aproximadamente oito gerações. Tomando em perspectiva os dados colacionados neste trabalho em relação ao comportamento humano, talvez, quem sabe, no ritmo atual haja um colapso da biocapacidade da terra até as próximas 6 gerações ou 150 anos.

A ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em suas projeções até 2050 quando a população estimada será de 9 bilhões de pessoas, não apresenta um colapso total, mas reconhece que há a possibilidade de 1/3 da população não ter acesso adequado à água e alimentos e inúmeros recursos já não estarem mais disponíveis. Assim, talvez numa estimativa otimista, quatorze gerações poderão ser as responsáveis por inviabilizar a permanência da vida humana sobre a terra.

Seria este o preço a pagar pelo crescimento? Estamos dispostos a pagá-lo?

Será o homem o responsável por inviabilizar a sua existência na terra?

Diante do que podemos observar cotidianamente há um desequilíbrio muito grande na balança ambiental. De um lado a sociedade age como um todo harmônico, um único corpo social, diga-se, não na mesma escala, qualidade e quantidade, para consumir, degradar e poluir, mas no mesmo sentido, enquanto do outro sobressai um comportamento extremamente individualista que retrata a ausência de tomada de consciência sobre as razões do crescimento, da acumulação de riqueza, do consumo e da produção. É clarividente que os valores estão invertidos e, nesta lógica, é impossível aparelhar a sociedade de conhecimento e instrumentos capazes de reverter o ciclo de destruição em curso. Não temos por hábito realizar a devida ponderação entre os benefícios e prejuízos na relação comportamento humano e meio ambiente, este ensino passa ao largo das grades curriculares e assim é permitido que novas gerações sejam formadas sem uma consciência do impacto ambiental das atividades humanas, muito menos ficam imunes ao ininterrupto bombardeio midiático de estímulo ao consumo como fator de realização, satisfação, de pertencimento a castas e grupos, formando-se um exército de pessoas que dão valor aos outros pelos que eles têm, não pelo que são ou por quem devem ser.

Deve-se esclarecer que o capitalismo é confrontado de forma mais profunda e exclusiva por que é a cultura em evidência, plenamente dominante na civilização. Se outra fosse a cultura a causar o desequilíbrio entre meio ambiente x homem, esta seria objeto de questionamento, seja pelo viés que se apresentasse, como no caso do comunismo, do socialismo, do anarquismo, do fascismo, do nazismo, etc. Os 'ismos' têm se mostrado, via de regra, em descompasso com as relações sistêmicas da natureza, fato que acaba por gerar desequilíbrios de toda a ordem.

Objetivamente, a cultura capitalista deve ser profundamente revista especialmente nos aspectos em que desenvolve e condiciona a sociedade às estruturas de dominação pelo poder, pelas desigualdades socioeconômicas geradas e a forma de estratificação social, por sua finalidade devastadora de crescimento pelo crescimento, pela instigação imoderada da competição, da total prevalência do individual sobre o todo que o circunda, de geração e aprofundamento de uma sociedade hiperconsumista, cuja consequência tem sido um intenso prejuízo do meio ambiente, tornando-se, assim, impraticável e totalmente retórico qualquer discurso sobre a viabilidade de um 'capitalismo verde', dado que empiricamente está comprovado que capitalismo hoje existente e sustentabilidade ambiental (em sua verdadeira acepção) são expressões antagônicas. Mas também devem ser preservados benefícios gerados à humanidade através dos diversos saltos qualitativos e quantitativos, principalmente de conhecimento em lapso de tempo extremamente curto.

Paradoxalmente, no último aspecto mencionado provavelmente se encontra o que pode vir a ser o maior potencial de mudanças da cultura capitalista, sejam elas positivas ou negativas, que está retratado na transformação / desenvolvimento pela inovação.

Ao propor o crescimento, o capitalismo também ateou fogo à ganância do Homem em obter tudo o que for possível durante sua curta jornada de vida na terra. E aí se encontra o grande paradigma de sobrevivência da humanidade a ser quebrado. Hoje, está mais do que evidente que a lógica que levará ao colapso econômico é o crescimento pelo crescimento. A linha final desta trilha está na esgotabilidade dos recursos.

Como um fenômeno social, o modelo econômico nos moldes capitalistas jamais poderia ficar ao livre alvedrio do mercado, na esperança de que se autorregularia, o histórico demonstra que é um mecanismo que tende a fugir do

equilíbrio, no qual sobressaem os interesses de forças majoritárias e que o conduzem numa espiral de desigualdade pela exclusão social e acumulação de capital, e o que é pior, transfere-se de geração para geração como um legado genético, engessando a mobilidade social, tornando-se um ambiente propício para a formação e desenvolvimento de problemas de toda a ordem e grandeza, em muitos casos ainda ganha proteção jurídica ao ter assegurada a manutenção do *status quo*. Perspectiva espelhada nos diversos sistemas normativos espalhados pelo mundo.

Tomando-se o do Brasil como parâmetro de análise, denota-se que há interesse na proteção do meio ambiente, os artigos 170, VI e 225 da Constituição Federal são explícitos neste sentido, mas o uso destes comandos é condicionado às necessidades humanas, e a exegese constitucional, especialmente sobre o artigo 170, VI, foi formada sobre a base de que ainda o meio ambiente está a serviço do homem, sem perceber ou porque faz vistas grossas que a própria dignidade da pessoa humana depende do meio ambiente. Nestes termos, cabe urgentemente à teoria constitucional absorver a realidade socioambiental, entender os riscos da atividade humana para o meio ambiente, convertê-los em linguagem normativa, para que assim seja possível incutir de maneira impositiva na sociedade comportamentos ambientalmente adequados. Em linhas gerais este também é o ensinamento de Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer¹¹⁴.

Infelizmente, as reflexões realizadas sobre a mudança de paradigma ambiental pela qual deve passar a humanidade vêm sucumbindo diante do modelo econômico em vigência, a força normativa dada à matéria ambiental não está sendo suficiente a deflagrar uma barreira contra as forças majoritárias de interesses econômicos, que congregam em seu exército os poderes real e formal, o marketing, o consumo, o crédito, a produção, a acumulação, o desperdício, a obsolescência, a ganância, etc. Nesta concepção não existem 'erres' que tenham aptidão para resolver o imbróglio que a sociedade global se envolveu.

Latouche fala em círculo virtuoso, mas o próprio homem se nega a se entregar a ele. Gandhi¹¹⁵ expressou pensamento muito significativo sobre nossas atitudes ao afirmar que “***Há riqueza bastante no mundo para as necessidades do homem, mas não para sua ambição***”. Todos, enquanto seres sociais, somos cada vez mais conduzidos por comportamentos massificados, assim praticamos atos em 'modo automático', na esmagadora maioria das vezes não por má-fé, mas porque estamos condicionados a agir de tal ou qual maneira, que, infelizmente, retrata

nossas ambições, como sabiamente mencionado por Gandhi.

Os próprios mecanismos de *inação*, *adaptação*, *mitigação*, todos, grosso modo, para controlar a atividade humana, contidos em diversas legislações, são formados na presença de forças majoritárias de proteção ao *status quo* do modelo econômico em vigência, a locução '*desenvolvimento sustentável*' confirma esta tese, pois está impregnada de elementos economicistas ao invés da predominância bioeconomicista.

Apesar de inúmeras e excelentes definições da expressão 'desenvolvimento sustentável' ou 'princípio do desenvolvimento sustentável', como bem o fazem Celso Antonio Pacheco Fiorillo, Dione Maria Morita e Paulo Ferreira¹¹⁶, empiricamente ela foi apropriada pela ideologia dominante, vulgarizando-a a ponto de quase ser uma expressão sem sentido ao se considerar sustentável o desenvolvimento quando não o é, mas tornado senso comum pela disseminação do pensamento único.

A legislação ambiental deve ser, por força da natureza e pelo senso de autopreservação do Homem, contramajoritária aos interesses da cultura capitalista, para que possa significar contrapeso aos excessos das ambições da própria humanidade. O grande problema que se põe é que normas desta natureza predacam contra os 'ideais', retoricamente imbuídos na crença popular, como o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e justiça disseminados pelo *establishment* vigente, e contra a própria essência humana condicionada desde sua existência a suprir todas as suas necessidades, não a se autorrestringir ou a se autolimitar.

Se por um lado o homem evita a morte e busca prolongar o tempo de vida ao máximo possível com o desenvolvimento de técnicas e tecnologias, por outro, em aparente paradoxo na consecução deste fim, compromete a própria existência da vida, isto porque se apropria da máxima quantidade de recursos que estiver ao seu alcance na menor relação espaço-tempo possível.

A contradição é apenas aparente porque, quando muito, o Homem tem despendido uma preocupação àqueles que lhe acompanham em vida, comportamento que reflete uma veia individualista e geracional da autopreservação, tudo é pensado e feito para atender aos interesses do próprio indivíduo, por isso o preço da busca da perpetuação da vida de cada pessoa se limita à miopia temporal equivalente a uma geração. Em cada geração esta atitude vem comprometendo cada vez mais as condições ambientais necessárias para manutenção e desenvolvimento da vida saudável, de solidariedade com as gerações vindouras.

Acredita-se que a legislação ambiental, e nisto a referência deve conduzir ao artigo 225 da Constituição Federal, deve passar por novo processo de leitura para que se possa obter uma resposta que faça frente à realidade que se impõe. Assim, princípios como do *Ambiente Ecologicamente Equilibrado Como Direito da Pessoa Humana, Prevenção, Precaução, Desenvolvimento Sustentável, Cooperação dos Povos, Educação Ambiental, Participação, Ubiquidade, Justiça Ambiental, dentre outros*, devem convergir para um super princípio que é o da *Supremacia do Meio Ambiente*.

O Princípio da *Supremacia do Meio Ambiente* deverá ser o núcleo essencial de toda a ordem jurídica mundial, a balizar tanto as relações internacionais, quanto os ordenamentos internos, neste último caso ocorrerá inevitavelmente mitigação das soberanias estatais em prol de uma governança mundial. Somente a partir dele é que a atividade humana poderá se desenvolver. A mitigação da sua incidência dependerá de criteriosa análise do comprometimento da biocapacidade dos recursos, mesmo diante da dignidade da pessoa humana, pois, como dito, não há dignidade possível sem meio ambiente, ao menos no atual nível de conhecimento humano. Em confronto com outros princípios, o grau de afastamento dependerá da incidência da proporcionalidade, da razoabilidade, da necessidade (humana) e da biocapacidade regenerativa dos recursos naturais.

A correta construção de princípio desta grandeza necessariamente passará por diversas áreas de conhecimento, o trabalho será minimamente satisfatório pela transdisciplinaridade contida em seu núcleo, pela visão holística e enfoque sistêmico, caso contrário não ressoará como devido. É um princípio que deve caminhar de mãos dadas com a dignidade da pessoa humana.

Uma ressalva é importante a este caminho: o valor dignidade da pessoa humana continua sendo o centro de comando, a pedra filosofal do homem para o homem e em todas as suas inter-relações. Quando a relação entre os homens tem potencial ou efetivo efeito danoso ao meio ambiente, a dignidade da pessoa humana em sua acepção individualista e geracional deverá 'ceder' com maior facilidade diante da supremacia do meio ambiente ou este ser maximizado, a partir da premissa de que o meio ambiente deve ser um fim em si mesmo e abrigo de toda a vida, ou seja, um verdadeiro *imperativo categórico*, e, desta forma, apresenta-se, com muito maior afinidade, como pressuposto da dignidade da pessoa humana na acepção coletiva e intergeracional.

E o primeiro aspecto do Princípio da *Supremacia do Meio Ambiente* é que é um conceito multifacetado, presente na filosofia, na política, no direito, na religião, etc. Por isso é imprescindível se fazer respeitar e ser disseminado através da educação ambiental em todos os níveis de ensino. Para uma guerra desta dimensão que é a luta do homem contra sua ganância, contra seus vícios, contra as próprias estruturas de poder, é fundamental a formação de 'exército' de pessoas conscientes, ideologicamente qualificado, que possa transferir o conhecimento adquirido da relações entre a humanidade e o meio ambiente. Assim, além da inserção do ensino às gerações presentes, as gerações futuras deverão ser condicionadas a rejeitar todo comportamento que resulte no esgotamento precoce da biocapacidade da vida. Neste aspecto o princípio representará verdadeiramente uma filosofia de vida 'harmoniosa' com o meio ambiente.

A absorção normativa do princípio é um processo inevitável como primeiro passo a viabilizar ou mesmo ratificar o abandono aos preconceitos ideologicamente dominantes de mentes e corações e que põem por terra qualquer possibilidade de uma convivência harmônica com o meio ambiente. Deve ser de alcance global, independentemente das nuances e singularidades políticas, econômicas, sociais e ambientais de cada País, portanto, pressupõe a existência de uma governança mundial do meio ambiente. Ainda, preferencialmente deverá ter *status* de *hard law*.

Este seria um modelo de rearranjo legal dos diversos ordenamentos existentes, enseja de imediato repensar os limites eficaciais das normas hoje existentes e a que fim elas vem servindo. Mesmo a legislação ambiental feita sob 'conveniência', como forma de concessão de aspectos não estruturais ao modelo econômico em vigor, submeter-se-ia à exegese constitucionalista do princípio da *supremacia do meio ambiente* e todo aparato constitucional se voltaria a afiançar o desenvolvimento humano a partir de uma concepção de dignidade da pessoa humana estritamente condicionada à capacidade biofísica do planeta.

O princípio da supremacia do meio ambiente deve ser tido como *potestade* às condutas humanas; ter a natureza de fonte primeira de direitos e deveres; caracterizar-se por refundar o comportamento, grosso modo, o próprio *modus vivendi*. É um projeto ambicioso, mas o preço a se pagar pelas escolhas anteriores da humanidade é inevitável para manutenção da vida, para a autopreservação da espécie.

Assim como a proporcionalidade é constituída por subprincípios, a

supremacia do meio ambiente integrar-se-á não por subprincípios, mas por princípios, dentre os quais: *biocapacidade da terra*; *justiça ambiental*; *precaução*; *educação ambiental*.

O núcleo deste super princípio é a biocapacidade do Planeta e enquanto o homem não encontrar outro nicho para viver que não seja a Terra, ela será o seu módulo espacial e é bom aceitar esta realidade antes que seja tarde demais, isto se o limite da sobrevivência já não tiver cruzado a linha da irreversibilidade.

Diante das circunstâncias apresentadas é inegável que o princípio da supremacia do meio ambiente estará permeado de alto valor ético-moral que, *de per si*, enseja de toda a sociedade um repensar as relações sociais e as visões de mundo, em via de gerar desapego às ideologias que privilegiam as relações materialistas em prol de uma conduta ambientalmente mais altruísta. Nisto, é de total proveito o sistema ético kantiano sinteticamente exposto por Luis Roberto Barroso¹¹⁷ nos seguintes termos:

Dois outros conceitos fundamentais para o sistema ético kantiano são a autonomia e a dignidade. *Autonomia* é a qualidade de uma vontade que é livre. Ela identifica a capacidade do indivíduo de se autodeterminar em conformidade com a representação de certas leis. Uma razão que se autogoverna. A ideia central é que os indivíduos estão sujeitos apenas às leis que dão a si mesmos. Um indivíduo autônomo é alguém vinculado apenas à sua própria vontade e não àquela de alguma outra pessoa (uma vontade heterônoma). O homem é governado pela razão, e a razão é uma representação correta das leis morais, sendo que o princípio supremo da moralidade consiste em cada indivíduo dar a si mesmo uma lei que poderia se tornar universal, uma lei objetiva da razão, sem nenhuma concessão a motivações subjetivas.

A *dignidade*, por sua vez, dentro da visão kantiana, tem por fundamento a autonomia. Em um mundo no qual todos pautem a sua conduta pelo imperativo categórico – no “reino dos fins”, como escreveu –, tudo tem um *preço* ou uma *dignidade*. As coisas que têm preço podem ser substituídas por outras equivalentes. Mas quando uma coisa está acima de todo preço e não pode ser substituída por outra equivalente, ela tem *dignidade*. Assim é a natureza singular do ser humano. Portanto, as coisas têm um preço de mercado, mas as pessoas têm um valor interno absoluto chamado de dignidade. Como consequência, cada ser racional e cada pessoa existe como um fim em si mesmo, e não como um meio para o uso discricionário de uma vontade externa. E essa é, como visto, a segunda formulação do imperativo categórico.

Essas são algumas das ideias e conceitos kantianos que têm tido maior influência nos estudos sobre dignidade humana ao redor do mundo. Condensada em uma única proposição, elas podem ser assim enunciadas: a conduta moral consiste em agir inspirado por uma máxima que possa ser convertida em lei universal; todo homem é um fim em si mesmo, e não deve ser instrumentalizado por projetos alheios; os seres humanos não têm preço nem podem ser substituídos, pois eles são dotados de um valor intrínseco absoluto, ao qual se dá o nome de dignidade.

Dito sistema, pensado para o homem, também deve balizar o entendimento a respeito do meio ambiente de que é um fim em si mesmo; de que seu uso deve ser feito a partir de uma máxima de validade e eficácia universal; de que o sistema de precificação dos recursos naturais atualmente utilizados estão equivocados e são feitos para beneficiar e proteger o atual modelo econômico predominante no mundo, pois eles são dotados de valor intrínseco absoluto, ao qual se dá o nome de *existência* (relembrando que este valor para Kant é a *dignidade*), sem a qual não há dignidade, igualdade, justiça, democracia, ou seja, a própria vida!

É notório que o autogoverno, fundamental ao sistema ético, não veio acompanhado da autocontenção necessária e, ao que os dados ambientais indicam, está levando à autodestruição da humanidade, diga-se, precocemente.

A consideração essencial é o reconhecimento elementar de que o meio ambiente possui recursos tanto renováveis, quanto não renováveis. Para o primeiro caso o uso pelo homem seria menos controverso, pois feita a avaliação da biocapacidade de renovação, a forma do uso e aproveitamento pelo homem estaria condicionada a este limite. Para os recursos do segundo grupo a situação seria delicadíssima, no atual contexto não há caminho que não leve ao esgotamento, por isso o crescimento deve ceder ao decrescimento por uma razão bem simples e que atende a mais sublime ambição do homem: O sentimento de autopreservação da espécie.

Infelizmente, não há como fazer uso imediato do princípio da supremacia do meio ambiente em toda sua força eficaz proposta, pois isto geraria um colapso em toda a humanidade que está arraigada por um comportamento capitalista de máximos consumo e produção. Sua estruturação necessita ocorrer de forma gradativa (no conceito de decrescimento) e transição de uma civilização capitalista para uma civilização bioeconomicista ou ecossocialista.

6 CONCLUSÕES

É possível concluir a partir da exposição de dados que na sublevação da espécie humana ao *status* central de domínio e importância em relação aos demais seres vivos – período denominado antropoceno – a visão antropocêntrica funciona como uma caixa de ressonância axiológica, pela qual os valores preponderantes são aqueles inerentes ao Homem; em que o conhecimento do estado das técnicas e desenvolvimento tecnológico provêm das ciências; em que há a projeção da imagem do mundo aos pés da espécie humana. Por este comportamento centrípeto, as maiores mudanças não naturais no meio ambiente decorrem das atividades antrópicas, as quais vêm se apresentado em 'dissonância intermitente' à recorrência e reprodução sistêmica dos ciclos da natureza.

A secção em três grandes blocos da construção analítica do núcleo apresentado no trabalho, quais sejam: perspectivas dos ciclos da natureza e ciclos sócio-políticos; ciclo sócio-político de maior impacto na natureza e seus elementos identificadores; movimento e força do sistema normativo ambiental em relação ao ciclo sócio-político dominante. Possibilitou identificar padrões no comportamento humano e desmistificar algumas das causas que levam à repetição e à prática de atos que colocam em risco a autopreservação, cuja associação deve ser feita ao *modus vivendi* da civilização capitalista.

Como consequência da amálgama dessas informações surge como alternativa de contenção às práticas autodestrutivas o *decrescimento*. Erguido sobre a estrutura de um inafastável giro ético e moral da humanidade e de um constitucionalismo / normativismo de viés ambiental.

A compreensão do funcionamento sistêmico além da identificação da associação entre curvas da natureza e o comportamento humano, cujo padrão de repetição também pode ser encontrado em fatores sócio-políticos, foi imprescindível para reconhecer que o capitalismo não se limita a um padrão econômico, mas se encontra no próprio comportamento das pessoas, o que torna perfeitamente possível denominar a civilização contemporânea de capitalista. Esta, por sua vez, justifica seus atos no liberalismo e racionalismo cuja origem remonta ao período iluminista e se caracteriza por ser uma secção de autogoverno perante o ciclo sistêmico, relativamente independente das curvas da natureza, de maior destaque e profunda

interferência no meio ambiente, comparativamente a todo o período de existência do homem.

A conclusão que se chega a respeito da posição de domínio da civilização capitalista, parte da condição de ela impor a reificação do homem, o meio ambiente como mera fonte de recursos e depósito de resíduos, a reprodução de valores e o domínio ideológico. Nesta vertente, as práticas da civilização capitalista apresentam o desequilíbrio como elemento de conexão com o meio ambiente, causando problemas como degradação, má conservação e inadequada preservação, que, num processo cumulativo iniciado há aproximadamente 200 anos, vem sobrecarregando a biocapacidade da terra.

Quaisquer caminhos para entender as relações entre o meio ambiente e a civilização capitalista passam pela compreensão da inter-relação entre Biocapacidade, crescimento e entropia.

Biocapacidade. Ela é elemento-chave para qualificar e quantificar as condições naturais para desenvolvimento da vida. Em sobrecarga inicia processo de fissura sistêmica na estrutura de uma vida saudável. É a grande linha de defesa da preservação da vida. Sua proteção pela humanidade é a garantia mínima de autopreservação da espécie.

A afetação da biocapacidade pelas atividades antrópicas somente pode ser quantificada adequadamente a partir da consideração do elo intergeracional cumulativo do comportamento humano. Assim, qualquer mundança almejada na relação *homem x meio ambiente* perpassa, inexoravelmente, por projetos de vida intergeracionais.

Entropia. Sob a perspectiva inarredável de que a vida circunda fontes de energia para sua manutenção, a entropia representa o biotempo da carga energética disponível na terra. Como lei da natureza intransponível pelo atual conhecimento tecnológico, a irreversibilidade da passagem de baixa para alta entropia sem novos processos de nova passagem de baixa para alta entropia, indica que o ciclo de apropriação dos recursos naturais reduz drasticamente a carga de energia disponível.

Se de um lado, sob a perspectiva da sucessão de uma geração sobre a outra, a corrente intergeracional integra o ciclo da natureza – apesar de suscetível da interferência humana, como, por exemplo, genocídios, guerras, contaminações nucleares. Para alterar o ciclo da natureza qualquer destes eventos deveria alcançar

proporções globais jamais vistas até o momento –, por outro, o elo pertencente ao ciclo sócio-político pode ser modificado pelo comportamento humano e passar a condutor do efeito intergeracional, seja positiva ou negativamente para as presentes e futuras gerações. Este é o ponto de partida mínimo adotado no trabalho e base sobre a qual as mudanças devem ser erigidas, junto ao qual foram agregadas alternativas às problemáticas, caracterizadas (as alternativas) pelas permanentes e contínuas aberturas conceitual e empírica. Surge como principal substrato desta mudança o giro ético e moral da humanidade.

Crescimento. Para a civilização capitalista é fim em si mesmo, portanto, barreira ao adequado tratamento ao meio ambiente. Na civilização pós-capitalista, o crescimento somente será aceito como meio do fim que é a vida saudável e de acordo com a condicionalidade imposta pelo meio ambiente.

Os elementos expostos constituem em seu conjunto a problemática ambiental descrita no trabalho – desequilíbrios gerados pelas atividades antrópicas –. Tendo em conta esta identificação, propôs-se alternativa para viabilidade da vida minimamente saudável na Terra, qual seja: Mudança de uma civilização capitalista (economicista) para uma civilização pós-capitalista (bioeconomicista), através de um imprescindível giro ético e moral que deverá recodificar os valores e hábitos capitalistas, dentre os quais: individualismo, acumulação, desigualdade, hiperconsumismo, interesse geracional, crescimento como fim; para: cooperação, solidariedade, alta densidade democrática e republicana, cosmovisão multicultural e de respeito ao meio ambiente, crescimento como meio.

Em tal quadratura, os seguintes pontos nevrálgicos são identificados como vetores estruturais da mudança: Ideologia e relações de poder; crescimento e consumo; e, democracia e processo legislativo.

Na recodificação do pensar e do agir humano para a mudança proposta, os instrumentos de dominação capitalista – capital (estrutura econômica), *manu militari*, ideologia e mecanismos institucionais (direito e política) – deverão ser convertidos em instrumentos de proteção às liberdades e necessidades humanas, em estrito respeito aos limites biofísicos do planeta.

Na perspectiva proposta para um constitucionalismo / normativismo de viés ambiental – naquele em que coabitam dois núcleos: as relações homem x homem e as interações homem x meio ambiente – é imprescindível que o plano normativo seja informado por harmonia e convergência de atitudes ambientais entre Nações;

nos planos domésticos cada País incorpore em seus processos legislativos vetores axiológicos eficientes para a proteção do meio ambiente; seja associado a um alto grau de democracia e participação do maior número possível de agentes implicados com as consequências das atividades antrópicas, evitando-se a tomada de decisões institucionais, especialmente legislativas, por uma casta, que no capitalismo está representada pela plutocracia.

Basicamente três serão os sobreprincípios a orientar este sistema: Dignidade da Pessoa Humana, Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado e Justiça. Nele deverão coexistir as seguintes características: harmonia entre os planos internacional e nacional; força normativa; elemento de conexão intergeracional; capacidade de coibir a ditadura da escassez de recursos e degradação ambiental de uma geração sobre outras; proteção institucional dos mecanismos necessários à sobreposição da cultura bioeconomicista à cultura capitalista; garantia do respeito às bases do *decrescimento*.

Para que o sistema de proteção às práticas ambientais funcione, o constitucionalismo / normativismo deverá ser necessariamente contramajoritário às forças dominantes, as quais buscam limitar semanticamente a força normativa de qualquer instrumento de combate ao *status quo*, tornando a legislação meramente simbólica.

Realisticamente, nas disputas por poder, a civilização capitalista faz uso de todos os instrumentos, incluindo o Direito. O Direito também é um campo em disputa pelas diversas forças do espectro ideológico, servindo na civilização capitalista, preponderantemente, à proteção do *establishment*.

Mudar o comportamento também passa por mudar este perfil do Direito. Este processo não aceita qualquer visão ilusória de que tudo ocorrerá no momento certo e necessário. A passagem de um perfil a outro será o mesmo que fazer um coelho passar pela fechadura.

Como vetor axiológico de todo o sistema normativo ambiental, global e doméstico, o princípio da supremacia do meio ambiente será carreado de uma cosmovisão multicultural, de conceito multifacetado em diversas áreas de conhecimento, transdisciplinar, aberto aos conceitos intergeracionais e estruturado nos princípios da justiça ambiental, precaução, educação ambiental e biocapacidade do planeta, este último seu núcleo.

As alternativas propostas constituem a estrutura necessária ao

decrescimento, signo de nova moldura comportamental após filtragem ética e moral da civilização capitalista.

Deposita-se no *decrescimento* o crédito como fio condutor da transição da cultura capitalista (economicista) para a pós-capitalista (bioeconomicista), cujo enraizamento cultural ocorrerá de forma serena, a partir dos 8 'erres' – *reconceituação, reavaliação, reestruturação, redistribuição, realocização, redução, reutilização e reciclagem* –.

A realidade está distante de um final feliz, a humanidade terá que reunir esforços para viabilizar uma solução ao caos ambiental que gerou. Porém, se o homem tem uma enorme capacidade para destruir, também tem significativa criatividade para construir soluções. Uma delas está sendo apresentada neste instante e representa não apenas a síntese do pensamento de diversos autores, mas também a proposição a partir da intersecção analítica de dados estatísticos, estudos científicos e bases empíricas. Caminho em construção, sem portas fechadas, que depende de aperfeiçoamento e integração multidisciplinar, de empenho de todas as pessoas, especialmente aquelas com cosmovisão abrangente, pluralista, holística e sistêmica, sem barreiras conceituais e dispostas a mudanças mesmo que em detrimento de interesses pessoais, em prol de um interesse coletivo e intergeracional de autopreservação da espécie, sem, contudo, afetar o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana e considerar cada indivíduo como fim em si mesmo.

Para a mudança, não basta apenas a esperança.

É o quadro que se apresenta.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Roberto. **Direito, Poder e Opressão**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

AZENHA, LUIZ CARLOS. **Viomundo. O Que Você Não vê na Mídia**. Rio de Janeiro: BlogBooks, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana No Direito Constitucional Contemporâneo. A Construção de um Conceito Jurídico à Luz da Jurisprudência Mundial**. 1ª Ed. 3ª Reimpressão. Trad. Humberto Laport de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida Para o Consumo. A Transformação das Pessoas em Mercadoria**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAVA, Silvio Caccia (Org.). **Thomas Piketty e o Segredo dos Ricos**. Trad. Equipe Le Monde Diplomatique Brasil. São Paulo: Veneta, 2014.

BENJAMIN, Antonio Herman; FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de (coordenadores). **Direito Ambiental e as Funções Essenciais à Justiça**. O Papel da Advocacia de Estado e da Defensoria Pública na Proteção do Meio Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOFF, Leonardo. **Crise. Oportunidade de Crescimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOGDANDY, Armin Von, PIOVESAN, Flavia; ANTONIAZZI, Mariela Morales (Coord.). **Direitos Humanos, Democracia e Integração Jurídica na América do Sul**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

BRASIL, Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União [DOU]. Brasília, 13 de fevereiro de 1998. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

BRASIL, LEI 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União [DOU]. Brasília, 11 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Civilização Capitalista**. São Paulo: Saraiva, 2013.

D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. **Direito Ambiental Econômico e a ISO 14000. Análise Jurídica do Mercado de Gestão Ambiental e certificação ISO 14001**. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

DIPLOMATIQUE, Le Monde. Curitiba: [s.n.].

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronado político brasileiro. 4ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, MORITA, Dione Mari; FERREIRA, Paulo. **Licenciamento Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2011.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Faraco. 1ª Ed. 3ª Reimpressão. Porto Alegre: Editora L&PM, 2013.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O Decrescimento. Entropia. Ecologia. Economia**. Trad. Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Senac, 2012.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.). **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado de Decrescimento Sereno**. Trad. Cláudia Berliner. 1ª Ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LEONARD, Annie. **A História das Coisas**. Da Natureza ao Lixo. O Que Acontece Com Tudo Que Consumimos. Trad. Heloísa Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LYRA, Roberto. **O que é direito**. 20ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LOEWENSTEIN, KARL. **Teoria de la Constitución**. Traducción de Alfredo Gallego Anabidarte. Barcelona: Ariel, 1986

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. O Processo de Produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. 1ª Edição. 2ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo 2014

MODÉ, Fernando Magalhães. **Tributação Ambiental. A Função do Tributo na Proteção do Meio Ambiente**. 1ª Ed. 8ª Reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. Trad. Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1ª Ed. 5ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014.

NUNES, António José Avelãs. **A Crise Atual do Capitalismo**. Capital Financeiro . Neoliberalismo . Globalização. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PHILIPPI JR., Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé. **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2005.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Trad. Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RIBEIRO, Márcia Carla Pereira; MARTINEZ, Sérgio Rodrigo (coordenadores): **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. O Pensamento Econômico de Amartya Sen. Belo Horizonte: Forum, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental**. Estudos Sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SISTER, Gabriel. **Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto. Aspectos Negociais e Tributação**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; Sarmento, Daniel. **Direito Constitucional**. Teoria, história e métodos de trabalho. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

VEIGA, José Eli Da. **A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

SÍTIOS DA INTERNET

<<http://www.dicionarioinformal.com.br/plutocracia/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://educacao.uol.com.br/biografias/klick/0,5387,203-biografia-9,00.jhtm>>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

<<http://www.youtube.com./watch?v=T0hnl2n2v3w>>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

<<http://www.clubofrome.org/index.php/historia-do-clube-de-roma/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://maisobresustentabilidade.blogspot.com.br/2011/09/o-que-e-sustentabilidade-quando-esse.html>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://www.sustentabilidadecorporativa.com/p/dicas-de-livro.html>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://www.sustentabilidade.philips.com.br/responsabilidade-economica/indice-de-sustentabilidade-dow-jones.htm>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8305,3926,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=28470>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>>. Acesso em: 07 de março. 2016.

<<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/painel-intergovernamental-sobre-mudancas-climaticas-ipcc>>. Acesso em: 07 de março. 2016.

<<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>> Acesso em: 07 de março. 2016.

<http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Confer%C3%A2ncia_de_Viena_de_1993>.

Acesso em: 07 de março. 2016.

<<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/63/Historico>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<https://nacoesunidas.org/acao/desenvolvimento/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/boletim-no-6-de-2011-estocolmo72-rio-de-janeiro92-e-joanesburgo02-as-tres-grandes-conferencias-ambientais-internacionais>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/painel-intergovernamental-sobre-mudancas-climaticas-ipcc>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

<<http://ibase.br/pt/sobre-o-ibase/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<http://fbds.org.br/fbds/rubrique.php3?id_rubrique=95>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://gife.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://cebds.org/sobre-o-cebds/quem-somos/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/comissao-de-politica-de-desenvolvimento-sustentavel-e-da-agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 08

de março. 2016.

<<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://gvces.com.br/o-que-como-por-que?locale=pt-br>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-BR>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

<<http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/tratados-internacionais>>. Acesso em: 31 de janeiro. 2016.

<http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_LONGERREPORT.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016
<http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

<www.uvm.edu/giee>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

<<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2012/04/paises-desenvolvidos-contribuem-para-aumento-da-pegada-ecologica.html>>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

<http://pensador.uol.com.br/mahatma_gandhi_frases/>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

<http://www.filosofia.com.br/vi_filme.php?id=28>. Acesso em: 08 de março. 2016.

NOTAS

(1) A expressão Civilização Capitalista utilizada neste trabalho foi cunhada por Fábio Konder Comparato In: Civilização Capitalista. São Paulo: Saraiva, 2013.

(2) O Reflexo dos golpes resultou na instituição de novas constituições pelos regimes golpistas, tendo em vista que as normas fundamentais anteriores não se adequavam ao sistema de governo pretendido. Assim esclarecem Cláudio Pereira de Souza Neto e Daniel Sarmento: “As Constituições brasileira de 1937 e 1967 decorreram de golpes de Estado, desfechados, respectivamente, por Getúlio Vargas, naquele mesmo ano, e pelos militares, em 1964. Elas deram aparência legal a regimes políticos francamente autoritários. Em países subdesenvolvidos, em que não há enraizamento cultural do constitucionalismo, os golpes de Estado são a causa mais frequente de elaboração de novas constituições”. In: **Direito Constitucional. Teoria, história e métodos de trabalho**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015 (p. 272)

Conquanto pendente na elaboração desta obra diversas ações junto ao Supremo Tribunal Federal questionando a constitucionalidade do *impeachment*, correndo-se, ainda, o risco para tessitura de conclusões inalteráveis por ser um fato muito recente, a deposição da Presidenta Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016 representa uma nova modalidade de golpe de estado através do uso de instrumentos legais para quebra da institucionalidade. Decorre de um processo de desconstrução e desinformação midiática de longo tempo, entenda-se acima de 3 anos, com incitação e manipulação de parte da população com intuito de causar convulsões sociais e um quadro de instabilidade política. A junção entre a desconstrução midiática da imagem, a convulsão social de pequeno segmento da população, mas com alto poder de influência ideológica e política, a perda de apoio da base parlamentar e a atuação sem controle de instituições de Estado como Judiciário, Ministério Público e Polícia, constituíram o ambiente perfeito para o desfecho do golpe pelo Congresso Nacional.

Este entendimento parte da premissa de que todos os elementos necessários para se afirmar pela ocorrência de golpe de Estado em 2016 já estão em evidência, mas respeitamos aqueles que adotam entendimento contrário ou neutro a estes fatos, deixando ao processo histórico a validação ou não da posição adotada neste trabalho.

(3) A concordância de que a derrubada da presidenta em 2016 representou ruptura institucional ilegítima também é partilhada por diversos juristas, cientistas políticos, economistas, jornalistas, sociólogos, citando abaixo algum autores deste universo:

“O golpe de 2016 marca uma fratura irremediável no experimento democrático iniciado no Brasil em 1985. Ainda que com limitações e contradições, a ordem balizada pela Constituição de 1988 garantia a vigência das instituições mínimas da democracia liberal: o voto popular como meio necessário para a obtenção do poder político e o império da lei. A derrubada da presidente Dilma, mediante um processo ilegal, sinalizou que tais institutos deixaram de operar e, por consequência, o sistema político em vigor no país não pode mais receber o título de “democracia” – mesmo na compreensão menos exigente da palavra”. MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016 (p. 31)

“O Brasil vive no ano de 2016 uma das mais graves ameaças à sua democracia desde o fim do período ditatorial militar. Uma série de erros do governo federal – aliada à compulsão pela corrupção de grande parte do Congresso Nacional, à divisão resultante do resultado das eleições de 2014, à tentativa de barrar as investigações da operação Lava Jato e da Polícia Federal e aos interesses do capital especulativo e de interesses internacionais – foi o motor para o desencadeamento de um golpe contra a soberania popular das urnas”. GOMES, Ciro. Por que o golpe acontece? In: Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016 (p. 39)

“Se observarmos a história mundial nos últimos dois séculos, o que predomina é o Estado de exceção. A democracia é que foi excepcional. De uma forma ou de outra, fica claro que ela é um peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro. A democracia atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista. Daí a tendência a reduzir o espaço democrático, tomar medidas de exceção e até mesmo usar o método do golpe, como estamos vendo na América Latina. O golpe de 2016 no Brasil não é o primeiro. Já tivemos golpes em Honduras e no Paraguai, e possivelmente teremos outro na Venezuela. Isso mostra que a democracia já não está mais sendo útil, que ela está atrapalhando a implantação das políticas

neoliberais”. LÖWY, Michael. Da Tragédia à Farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In: Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016 (p. 62)

“Entretanto, o golpe contra a democracia pavimentou o caminho para que os detentores da riqueza aprofundem radicalmente a agenda liberal-conservadora, rejeitada pelo voto popular nas últimas quatro eleições. O golpe contra a democracia vem acompanhado pelo impeachment do processo civilizatório. Todas as pontes para o desenvolvimento econômico e social estão sendo destruídas em benefício exclusivo do poder das finanças. Foi inventada no Brasil uma oportunidade supostamente histórica, para que detentores da riqueza concluam em prazo curtíssimo a estratégia que perseguiram sem sucesso nas últimas quatro décadas”. FAGNANI, Eduardo. *Previdência Social: Reformar ou destruir? In: Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016 (p. 86)

“Partimos, pois, de duas premissas: o Brasil vive uma ruptura institucional a partir do afastamento ilegal da presidenta, e essa ruptura, não despropositadamente, abre enorme janela de oportunidades para a desconstrução do modelo democrático que reinventamos após a ditadura militar inaugurada com o golpe de 1964”. SEMER, Marcelo. *Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do judiciário. In: Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016 (p. 108)

“Quatro famílias decidiram: Basta! Fora! Os Marinho (Organizações Globo), Os Civita (Grupo Abril/Veja), os Frias (Grupo Folha) e os Mesquita (Grupo Estado). A essas famílias somaram-se outras com mídias de segunda linha, como os Alzugaray (Editora Três/Istoé) e os Saad (Rede Bandeirantes), ou regionais, como os Sirotsky (RBS, influente no sul do país). Colocaram em movimento uma máquina de propaganda incontrastável, sob o nome de “imprensa”, para criar opinião e atmosfera para o golpe de Estado contra o governo Dilma Rousseff, eleito por 54 milhões de pessoas em 26 de outubro de 2014”. LOPES Mauro. *As quatro famílias que decidiram derrubar um governo democrático. In: Por que Gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016 (p. 119)

(4) Se o processo histórico demonstra que após golpes de estado há a recorrência de imposição de novas constituições, este fato ainda não se verificou formalmente no Brasil. Contudo, é possível constatar claramente a imposição pelas forças dominantes de pautas legislativas ultraliberais – como exemplo: reforma da previdência, da educação, trabalhista, da saúde, desmonte do estado, venda de estatais na bacia das almas, recuo da legislação ambiental, criminalização do pensamento crítico, relativização de direitos civis e políticos, – as quais estão desconfigurando a natureza social e prestacional da Constituição de 1988, portanto, sua substituição vem ocorrendo de forma rasteira, em fuga de um novo poder constituinte originário, convertendo-a, assim, num constitucionalismo simbólico. Ademais, são medidas que alteram direitos que abrangem categorias da população mais vulneráveis, conquanto os interesses da plutocracia são integralmente protegidos, pois não se tem notícia de que estão em andamento reformas política e tributária, ou da regulação dos meios de comunicação e do poder financeiro. Tudo está sendo feito rigorosamente pela cartilha do poder econômico para mexer naquilo que não altera o essencial, e o essencial é o *status quo* de segmentação da sociedade entre aqueles que têm direito a ter direitos e aqueles que não têm.

Novamente neste ciclo de dominação econômica, não caberá outro papel ao direito ambiental a não ser de subalterno dos interesses da plutocracia. É lamentável que o destino existencial da sociedade esteja nas mãos de uma casta a serviço do dinheiro. Faça-se justiça, este é um movimento global em que a crise é da própria civilização capitalista, o Brasil é apenas mais um laboratório para experiências políticas bizarras de dominação e controle.

(5) Esta também é a ideia colocada por Clarissa Ferreira Macedo D'Isep ao afirmar que “A *economia é uma manifestação da ecologia*, uma vez que esta trata dos seres vivos e sua integração ao meio ambiente em que vive. E o que é a economia senão a *interação do homem ao seu meio*?”

Neste sentido, aduz Cristiane Derani: “(...) a economia seria a ecologia em movimento, sendo o homem o seu movimentador”.

Procedemos a um pequeno ajuste na colocação supratranscrita, mais exatamente na forma de expressá-la. A ecologia já traz em seu conceito a noção de movimento (não é possível ecologia estática). Entendemos ser a economia a visão antropocêntrica da ecologia, ou seja, a sua manifestação humana. Daí teríamos que a *economia seria a ecologia do homem*.

Economia e meio ambiente são partes integrantes e dispersas no mesmo todo, seja porque este é fonte de recurso para aquela ($E = K + \text{trabalho} + \text{natureza}$), seja ainda porque o meio ambiente é a

- integração e interação dos seres vivos com o seu meio, e a economia é a maneira, a forma, o instrumento com o qual o homem interage com o seu meio.
- Daí afirmarmos que se trata de um único ecossistema. Muito a propósito vem a observação do Prof. Becker: “Não existe dicotomia entre ecossistema natural e o ecossistema industrial.
- A atividade industrial do homem não deve se opor à natureza, pois dela é parte integrante, ela a molda desde o começo e desde o começo é por ela moldada”.
- No entanto, ao mesmo tempo em que a atividade econômica encontra na natureza as suas bases, ela a ameaça. Dela se utiliza ao mesmo tempo em que a degrada. Então, é imperiosa a necessidade de harmonia entre elas, em prol da sustentabilidade mútua”. In: D'ISEP, Clarissa Ferreira Macedo. **Direito Ambiental Econômico e a ISO 14000**. Análise jurídica do modelo de gestão ambiental e certificação ISO 14001. 2ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009 (p. 53-54)
- (6) <<http://www.dicionarioinformal.com.br/plutocracia/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (7) Expressão cunhada por Raymundo Faoro e que leva o nome de seu livro, a partir do qual faz uma reconstrução histórica e social da formação da classe dominante no Brasil e das formas como sujeitam as estruturas formais de poder ao seu domínio. In: FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder**. Formação do patronato político brasileiro. 4ª Ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- (8) A ideia que se expõe, *en passant*, já que trato mais profundo sobre sistemas demandaria um trabalho específico, parte, essencialmente, de uma apreensão empírica das interações do homem com o meio ambiente ao longo do tempo, cujas percepções tiveram como suporte as informações e dados apresentados neste trabalho sobre mudanças climáticas, uso de recursos naturais, comportamento populacional e ciclos de produção e consumo, mas, também, tem por equivalência base conceitual especialmente veiculada pela Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig Von Bertalanffy.
- Toda a teoria pode ser aproveitada para a compreensão da relação, interdependência e interação entre ciclos sócio-políticos e ciclos da natureza, pela concepção de sistemas, aliás, com propriedade muito mais refinada e profundidade conceitual incomparável a que está sendo apresentada neste momento. Porém, para não incorrer na elaboração de tópico exageradamente prolixo e extenso, faz-se a menção simplificada de alguns aspectos conceituais, sabendo-se dos riscos que este tipo de oferta possa causar, por isso a ressalva de que os conceitos são citados apenas a título de conhecimento, sem qualquer pretensão de averiguação veritativa ou aprofundamento teórico. São os seguintes: Todo integrado. Crítica da divisão do mundo em áreas; Sistemas existem dentro de sistemas; Os Sistemas são abertos; Capacidade para manter um certo grau de organização quando ocorridas mudanças, internas ou externas; Contínuo intercâmbio de matéria, energia e informação com o ambiente; abordagem holística; Conjunto de elementos interligados para formar o todo; Natureza orgânica de todo sistema, sendo que a mudança num segmento deverá ter reflexo noutros; comportamentos são prováveis, nunca totalmente previsíveis; Resiliência para superar. In: BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos Sistemas**. Fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- (9) Dados referenciais sobre a Segunda Guerra Mundial foram obtidos numa série de documentários produzidos pela National Geographic (NetGeo). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=T0hnl2n2v3w>>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (10) CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 1ª Ed. São Paulo, Gaia (2010).
- (11) *Op. Cit.* (p. 12). Fonte dos dados: W. Steffen et. al., Global Change and the Earth Systems: A Planet Under Pressure, 2005.
- (12) A distinção conceitual entre consumo e consumismo é da maior importância para correta compreensão de que não se faz uma análise do comportamento humano com base numa expectativa utópica e surreal, que seria condenar o consumo que é essencial e imprescindível à existência da humanidade, e parte de uma concepção comportamental do indivíduo, mas, sim, uma crítica às práticas consumistas que retratam um ciclo de degradação irresponsável que põe em risco a própria existência da vida humana e é visto como atributo da própria sociedade, tal como ensina Zygmunt Bauman:
- Pode-se dizer que o “consumismo” é um tipo de arranjo social resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos rotineiros, permanentes e, por assim dizer, “neutros quanto ao

regime”, transformando-os na *principal força propulsora e operativa* da sociedade, uma força que coordena a reprodução sistêmica, a integração e a estratificação sociais, além da formação de indivíduos humanos, desempenhando ao mesmo tempo um papel importante nos processos de auto-identificação individual e de grupo, assim como na seleção e execução de políticas de vida individuais. O “consumismo” chega quando o consumo assume o papel-chave que na sociedade de produtores era exercido pelo trabalho. Como insiste Mary Douglas, “a menos que saibamos por que as pessoas precisam de bens de luxo (ou seja, bens que excedam as necessidades de sobrevivência) e como os utilizam, não estaremos nem perto de considerar com seriedade os problemas da desigualdade”.

De maneira distinta do consumo, que é basicamente uma característica e uma ocupação dos seres humanos como indivíduos, o *consumismo* é um atributo da *sociedade*. Para que uma sociedade adquira esse atributo, a capacidade profundamente individual de querer, desejar e almejar deve ser, tal como a capacidade de trabalho na sociedade de produtores, destacada (“alienada”) dos indivíduos e reciclada/reificada numa força externa que coloca a “sociedade de consumidores” em movimento e a mantém em curso como uma forma específica de convívio humano, enquanto ao mesmo tempo estabelece parâmetros específicos para as estratégias individuais de vida que são eficazes e manipula as probabilidades de escolha e conduta individuais. *In*: BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo. A Transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008 (p. 41)

(13) Conforme relatam Cláudio Pereira de Souza Neto e Daniel Sarmento: “Porém, existem também as constituições heterônomas, ou hetero-constituições. São constituições impostas por outras nações. Isto ocorreu no Japão, logo após o fim da II Guerra Mundial. O projeto de Constituição foi escrito, em 1946, pelas forças aliadas de ocupação, comandadas pelo general norte-americano MacArthur. A Constituição instituiu uma monarquia parlamentarista, em que o Imperador exerce apenas funções simbólicas. Ela vedou que o Japão possuísse forças armadas. Por insistências dos japoneses, foram alterados alguns aspectos periféricos do projeto, mas nenhum essencial ao modelo imposto. O texto foi submetido ao Parlamento, que o aprovou, em cenário em que outra escolha não teria sido possível. Não se pode afirmar que os japoneses fizeram sua própria Constituição. A decisão constituinte foi tomada alhures”. *In*: SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional**. Teoria, história e métodos de trabalho. 2ª Ed. Belo Horizonte: Fórum (p.67-68)

(14) Conforme Serge Latouche são os fatores determinantes à impulsão do modelo capitalista. *In*: LATOUCHE, SERGE. **O Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

(15) GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Tradução Sérgio Faraco. 1ª Ed. 3ª Reimpressão. Porto Alegre: Editora L&PM Pocket, 2013.

(16) Tipologia de Constituição cunhada por Karl Loewenstein. *In*: LOEWENSTEIN, Karl. **Teoria de la Constitución**. Traducción de Alfredo Gallego Anabidarte. Barcelona: Ariel, 1986.

(17) “Nos regimes militares dos anos sessenta e setenta, pode-se observar a mistura de uma retórica nacionalista, que também se infiltrava na elaboração dos textos normativos, com a política real subordinada aos interesses estratégicos da potência mais forte na região, os Estados Unidos da América, e das companhias multinacionais. Além disso, a política de eficiência econômica, apresentada no palco estatal, submete-se a uma prática política de subsídios para grupos economicamente privilegiados que não suportam assumir o risco da economia de mercado. Ao mesmo tempo, contudo, as estruturas e relações sociais excludentes, combinadas com a falta de políticas sociais (sic) sérias e eficazes, impõem relações clientelistas não apenas com os grupos privilegiados, mas também com as camadas inferiores. Sob pressão direta de “dentro” e de “fora”, de “baixo” e de “cima”, os regimes militares surgiram e persistiram sem suficiente identidade para construir um Estado forte. Ao contrário, no contexto dos regimes militares autoritários constituídos nos anos sessenta e setenta, pode-se constatar que não houve as condições para que fossem impostas as fronteiras entre o estatal e o privado. Mas não se trata aqui de patrimonialismo tradicional, oriundo de representações morais abrangentes, mas sim de privatização difusa, dependente sobretudo de interesses concretos dos privilegiados e, contudo também, de necessidades imediatas dos “marginalizados”.

Em outro plano, aquele das relações entre política e direito, manifesta-se uma hipertrofia da

dominação estatal em detrimento dos direitos humanos. Isso pode ser interpretado como sobreposição *direta* da política ao direito. Ela é “direta” no sentido de que os direitos fundamentais, a “separação de poderes” e as eleições livres com sufrágio igual e universal, enquanto instituições mais importantes do Estado democrático de Direito, são prejudicados imediatamente no âmbito em que se estatui o direito (“produção do direito”). De fato, essa situação não exclui que, nos diplomas constitucionais dos regimes autocráticos, estejam contidos a declaração de direitos fundamentais, o procedimento eleitoral e o princípio da “separação dos poderes”. No entanto, tendo em vista outros preceitos constitucionais, assim como leis de exceção com força jurídico-constitucional, essas instituições do Estado de Direito são tão limitadas em seu significado prático que cabe falar de sua distorção manifesta através da legislação constitucional. Além disso, qualquer controle juridicamente relevante ou alternância de poder fica praticamente excluído em virtude das mutações do texto constitucional e das leis de exceção conforme constelações concretas de interesses dos detentores do poder. Refletindo-se precisamente, trata-se aqui de constituições semânticas no sentido de Loewenstein, as quais denomino 'instrumentalistas'. Nesse caso, as leis constitucionais não servem à limitação do poder, mas antes atuam como instrumento dos detentores fáticos do poder, que se apresentam personalistamente ou como “burocracia” impessoal. Os “donos do poder” usam os textos constitucionais ou as leis de exceção como meros meios para impor sua dominação, sem se subordinarem conseqüentemente a elas. Eles dispõem das “ferramentas” e podem reformá-las ou substituí-las sem nenhuma limitação jurídica que possa ser levada a sério”. In: NEVES, Marcelo. **Direitos Humanos, Democracia e Integração Jurídica na América do Sul**. BOGDANDY, Armin Von, PIOVESAN, Flavia; ANTONIAZZI, Mariela Morales (Coord.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010 (p 210-211).

(18) Para Clausius “*O calor não pode fluir, de forma espontânea, de um corpo de temperatura menor, para um outro corpo de temperatura mais alta*”. Para que ocorra o fluxo inverso é necessária a intervenção de um agente externo que possa realizar o trabalho sobre o sistema. Disponível em: <<http://www.sofisica.com.br/conteudos/Termologia/Termodinamica/2leidatermodinamica.php>>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

Para Kelvin-Planck “*É impossível a construção de uma máquina que, operando em um ciclo termodinâmico, converta toda a quantidade de calor recebido em trabalho*”. Neste caso, simplificada, retrata a impossibilidade de rendimento da totalidade do dispositivo térmico, sempre haverá uma quantidade de calor que não se transformará em trabalho. Disponível em: <<http://www.sofisica.com.br/conteudos/Termologia/Termodinamica/2leidatermodinamica.php>>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

(19) Para Sadi Carnot “*Para transformar calor em energia cinética, utiliza-se uma máquina térmica, porém está não é 100% eficiente na conversão*”, da qual resulta o seguinte enunciado: “*Para que uma máquina térmica realize trabalho são necessários duas fontes térmicas de diferentes temperaturas*”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Segunda_lei_da_termodinamica>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

(20) GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O Decrescimento. Entropia. Ecologia. Economia**. Trad. Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Senac, 2012 (p. 57).

(21) Georgescu também apresenta a importância da Entropia nos seguintes termos:

“Graças ao escrito de Carnot, o fato elementar de que por si mesmo o calor passa do corpo mais quente para o corpo mais frio ganhou um lugar entre as verdades reconhecidas pela física. Mais importante ainda foi, depois, o reconhecimento da seguinte verdade complementar: uma vez que o calor de um sistema isolado se difundiu até o ponto em que a temperatura se tornou uniforme no sistema inteiro, a difusão do calor não pode inverter-se sem intervenção externa.

É o que ocorre com cubos de gelo em um copo, que, depois de derreterem, não voltarão a formar-se por si mesmos. De maneira geral, a energia térmica livre de um sistema fechado se degrada contínua e irreversivelmente em energia presa. A extensão dessa propriedade de energia térmica a todas as outras formas de energia conduziu ao Segundo Princípio da Termodinâmica, também chamado de Lei da Entropia. Essa lei estipula que a entropia (isto é, a quantidade de energia presa) de um sistema fechado aumenta constantemente ou que a desordem desse sistema se transforma continuamente em desordem.

A referência a um sistema isolado é fundamental. Imaginemos esse sistema: um compartimento com um fogão elétrico e uma panela de água que acaba de ferver. O que a Lei da Entropia nos ensina em primeiro lugar é que o calor da água que ferveu vai se dissipar continuamente no sistema. Por

fim, este último chegará a um equilíbrio termodinâmico, isto é, a um estado no qual a temperatura é uniforme em todo ele e onde toda a energia é ligada. É o que acontece com toda espécie de energia num sistema isolado.

(...).

Essa lei nos ensina também que, uma vez atingido o equilíbrio termodinâmico, a água não começará a ferver por si mesma. Mas, como todos sabem, podemos fazê-la ferver novamente ao acender o fogão. Mas disso não se depreende que tenhamos vencido a Lei da Entropia. Se a entropia do compartimento baixou em consequência da diferença de temperatura causada pela água fervente, é somente porque a baixa entropia foi transferida do exterior para o interior do sistema. E, se incluirmos a rede elétrica nesse sistema, a entropia do novo sistema assim constituído deve ter aumentado, como prescreve a Lei da Entropia. Isso significa que a baixa da entropia do compartimento só pode ser obtida à custa de um aumento maior da entropia em outra parte.

(...).

Praticamente, todos os organismos vivos de baixa entropia sob uma forma encontrada imediatamente no ambiente. O homem é a mais flagrante exceção: cozinha a maior parte de seus alimentos e também transforma os recursos naturais em trabalho mecânico ou em diferentes objetos de utilidade. Também nesse caso, temos de evitar ser induzidos ao erro. A entropia do metal, que é o cobre, é mais baixa do que a do mineral de que é extraído, mais isso não significa que a atividade econômica do homem escape à Lei da Entropia. O refino do mineral é mais que compensado pelo aumento da entropia do meio ambiente. Os economistas gostam de dizer que não se pode ter nada de graça. A Lei da Entropia nos ensina que a regra da vida biológica, e no caso do homem, de sua continuação econômica, é muito mais severa. Em termos de entropia, o custo de todo empreendimento biológico ou econômico é sempre maior do que o produto. Em termos de entropia, tais atividades se traduzem necessariamente por um déficit". ROEGEN, Nicholas Georgescu. **O Decrescimento**. Entropia. Ecologia. Economia. Trad. Maria José Perillo Isaac. São Paulo: Senac, 2012 (p. 59-62).

(22) GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Op. Cit.* (p. 57).

(23) LEONARD, Anne. **A história das Coisas**. Da Natureza ao Lixo, O que Acontece Com Tudo Que Consumimos. Trad. Heloísa Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 (p. 10-11).

(24) LEONARD, Anne. *Op. Cit.*

(25) Referido autor destaca, ainda, que "sem a economia, isto é superada a escassez, cerca de 90 ou 95% das normas legais se tornariam desnecessárias e o direito resumir-se-ia a algumas poucas disposições sobre a família e suas relações, a vida religiosa e afetiva, a proteção à vida e outros temas que tais. Por isso Carnelutti dizia "quanto mais economia, mais direito", ou seja, quanto mais econômicos (escassos) os bens, maior a necessidade de normas para regular os interesses que em torno deles se entrecrocavam". PHILIPPI JR., Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé. **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental**. 1ª Reimpressão. Barueri, SP: Manole, 2011 (p. 198-199).

(26) Apud. NUSDEO, Fábio. in PHILIPPI JR., Arlindo; ALVES, Alaôr Caffé. **Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental**. 1ª Reimpressão. Barueri, SP: Manole, 2011 (p. 198-199).

(27) Considerando-se o grau de uso de recursos naturais e a degradação ambiental é muito difícil atribuir ao direito ambiental uma função inibitória, partindo-se do pressuposto fático de que quase não há *status quo* no meio ambiente a confirmar uma ação autenticamente inibitória.

(28) "Os instrumentos disponíveis no Direito Ambiental, quaisquer que sejam, atuam diretamente no domínio econômico, ao restringirem o direito de livre-iniciativa, de livre disposição da propriedade ou mesmo, ao instituir sobre determinada atividade econômica, um encargo que vise a internalização de externalidade negativa antes suportada pela sociedade". MODÉ, Fernando Magalhães. **Tributação Ambiental. A função do Tributo na Proteção do Meio Ambiente**. 1ª Ed. 8ª Reimpressão. Juruá: Curitiba, 2012 (p. 48)

(29) "Uma proposta para o incremento da tutela ambiental é a previsão de sanções premiais, de cunho positivo, para condutas que contribuam com a proteção eficaz do meio ambiente. Poder-se-ia criar técnicas de estímulos e incentivos voltadas à proteção ambiental, em consonância com um modelo jurídico que desempenha funções que ultrapassam o mero controle e punição, valendo-se

de estratégias promocionais, técnicas de estímulo e premiação. O ICMS ecológico é, no âmbito do Direito Tributário, uma forma de incremento dessa tutela ambiental, premiando os municípios que contam com grande extensão de espaços protegidos e que, por esse motivo, têm menos possibilidade de arrecadação de tributos, com cota superior à que lhes seria devida”. In: PIOVISAN, Flávia. **Direito Ambiental e as Funções Essenciais à Justiça. O papel da Advocacia de Estado e da Defensoria Pública na Proteção do Meio Ambiente**. Coord. BENJAMIN, Antonio Herman e FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. São Paulo: RT, 2011 (p. 80-81)

- (30) “A adoção de novas medidas efetivas de proteção ambiental objetiva desenvolver sistemas preventivos, evitando, assim, a ocorrência do dano ecológico. Dentre essas novas medidas encontram-se as econômicas, tributárias e regulamentadoras, que desenvolvem a estruturação de políticas de proteção ambiental.

(...).

Marta Villar Ezcurra aponta que os tributos ecológicos ou a ambientalização do sistema fiscal podem e devem ajudar à consecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, quando sabiamente combinados e complementados com medidas sancionadoras ou econômicas e coordenadas com outras políticas.

(...).

Contudo, desenvolvimento sustentável não se pratica apenas com a monetização dos recursos ambientais ou com sua compensação econômica, mas pela execução de projetos e políticas efetivas de prevenção de eventuais danos ao meio ambiente, redução e recuperação daquilo que já foi degradado, é dentro desse contexto que se deve desenvolver qualquer espécie de política de proteção ambiental; para isso devem-se observar os princípios de direito ambiental, como o da precaução, prevenção, cooperação e poluidor-pagador.

Nessa trilha, Vera Rezende Vidigal alerta que, para que os mercados, por sua vez, possam orientar a próxima etapa industrial e social para a sustentabilidade ambiental, é necessário que os governos deixem de subsidiar os danos ambientais e passem a taxá-los. Desse modo, os custos ambientais estariam sendo reduzidos para linguagem de mercado, pelo princípio do poluidor-pagador.

(...).

Esse talvez seja o novo e maior desafio para os governantes brasileiros que almejam incentivar, a qualquer custo, as instalações de indústrias altamente poluentes em regiões carentes. O desenvolvimento regional em nosso país é um dos objetivos da nossa Constituição (art. 3º, III) e, em especial, do sistema tributário (art. 151, I, última parte), entretanto, este só ocorrerá com a realização da proteção ambiental que foi consubstanciada no art. 225 do Texto Constitucional. Oferecer incentivos fiscais sobre pretexto de desenvolvimento regional para indústrias sem observar as normas ambientais acarreta flagrante inconstitucionalidade. Os poderes públicos brasileiros precisam incorporar o princípio de defesa do meio ambiente como fundamento de qualquer política socioeconômica”. AMARAL, Paulo Henrique. **Direito Tributário Ambiental**. São Paulo: RT, 2007 (p. 49-51)

- (31) GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Op. Cit.* (p. 62).

- (32) CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Visão Brasil 2050. Rio de Janeiro: (s.n.), 2012

- (33) O conceito de Decrescimento Sereno foi o caminho escolhido por SERGE LATOUCHE para uma transição entre o atual modelo econômico e a bioeconomia. In: LATOUCHE, SERGE. *Op. Cit.*

- (34) **Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua

proteção;

- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
 - V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
 - VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
 - VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.

- (35) O artigo 225 e seus parágrafos não foram objetos de emenda constitucional, portanto, mantidos desde 05 de outubro de 1988 até o momento em sua redação original.
- (36) Entre 1983 e 1987 presidiu a Comissão Brundtland da Organização das Nações Unidas dedicada ao estudo do meio ambiente e a sua relação com o progresso. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/klick/0,5387,203-biografia-9,00.jhtm>>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (37) Em linhas gerais esta é a ideia apresentada por Alysson Mascaro *in*: MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. 2ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo 2014.
- (38) MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. O Processo de Produção do Capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- (39) PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Trad. Mônica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- (40) ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Iuris, 2005 (p. 16)
- (41) Professor do centro de Formación Teológica de la Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá – Colômbia. Brasil de Fato. Ano 12. Número 618. São Paulo, de 1 a 7 de janeiro de 2015 (p. 13)
- (42) BRASIL DE FATO. Ano 12. Número 618. São Paulo, de 1 a 7 de janeiro de 2015 (p. 13)
- (43) Cientista Político radicado na França desde a década de 1960, onde atualmente é diretor de pesquisas do Centro Nacional da Pesquisa Científica.
- (44) CAROS AMIGOS. Ano XVIII, n.º 211, 2014 (p. 18-19).
- (45) Deve-se entender a expressão *vida*, aqui disposta, na forma de coletividade e intergeracional.
- (46) O inglês tem uma vantagem sobre o português: algumas expressões resumem em algumas palavras um pensamento complexo.
“*Think out of the box*”, por exemplo, literalmente, “pensar fora da caixa”.
Significam quase a mesma coisa. “Pensar dentro da caixa” significa pensar de forma convencional, de acordo com parâmetros e paradigmas conhecidos e atuais. “Trem de pensamento” é o mesmo que “linha de raciocínio”. É como se o cérebro entrasse em um estado de letargia e, para evitar esforço extra, apenas reproduzisse o que tem no arquivo. É muito comum em quem trabalha na TV, especialmente quando você tem apenas 90 segundos para “contar um caso”.
Tempos extraordinários requerem ideias extraordinárias.
O que está tornando a nossa mídia corporativa irrelevante? O fato de que ela não ousa. Os feitores patronais impõem a “linha editorial” rigorosamente, de cima para baixo. Os jornalistas, que estimulados são uma turma extremamente criativa e não convencional, adotam o *mode morte cerebral*. AZENHA, Luiz Carlos. **Viomundo. O que você não vê na mídia**. Rio de Janeiro:

- (47) Jornalista e professor uruguaio-venezuelano, diretor da revista Question, fundador da Telesur, diretor do Observatório Latino-americano em Comunicação e Democracia (ULAC). Participou como jurado do Tribunal Permanente dos Povos na audiência final, na temática sobre Desinformação, Censura e Violência contra os Comunicadores, realizada na Cidade do México, de 17 a 19 de setembro de 2014. BRASIL DE FATO. Ano 12. Número 605. São Paulo, de 2 a 8 de outubro de 2014 (p. 15)
- (48) BRASIL DE FATO. Ano 12. Número 605. São Paulo, de 2 a 8 de outubro de 2014 (p. 14-15)
- (49) MÉSZAROS, ISTVÁN. **O Poder da Ideologia**. Trad. Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. 1ª Ed. 5ª Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2014. (p. 485)
- (50) Título atribuído a filme dirigido pelos irmãos Wachowski, de 1999, em que matrix é uma criação virtual realizada pelas máquinas, com intuito de escravizar a mente dos humanos, controlando-as ideologicamente para que não conheçam a realidade que se passa no mundo real, enquanto a vitalidade de sua energia física é sugada para alimentá-las. <http://www.filosofia.com.br/vi_filme.php?id=28>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (51) <<http://www.clubofrome.org/index.php/historia-do-club-de-roma/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (52) <<http://maisobresustentabilidade.blogspot.com.br/2011/09/o-que-e-sustentabilidade-quando-esse.html>>. Acesso em: 08 de março de 2016.
- (53) <<http://www.sustentabilidadecorporativa.com/p/dicas-de-livro.html>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (54) <<http://www.sustentabilidade.philips.com.br/responsabilidade-economica/indice-de-sustentabilidade-dow-jones.htm>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (55) <<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8305,3926,0,0,1,6.bb?codigoNoticia=28470>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (56) Para José Eli da Veiga a aprovação dos sete parágrafos do preâmbulo e vinte e seis princípios apresentados na Conferência de Estocolmo, somente foi possível porque um ano antes foi realizada uma reunião entre o 'Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Founex, a qual, para citado autor, representa praticamente toda a agenda que condicionaria os quarenta anos seguintes de discussões multilaterais a respeito da sustentabilidade do desenvolvimento. Conforme reprodução a seguir: “Logo na primeira reunião, em março de 1970, uma vez explicitada a apreensão de que os problemas ambientais fossem retirados do contexto do desenvolvimento desigual, a agenda foi imediatamente alterada, de maneira a acentuar a importância da relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Consenso sobre esse ponto havia sido rapidamente obtido ainda nos bastidores da 25ª Assembleia Geral das Nações Unidas, nesse mesmo ano, com o recém-designado secretário-geral da UNCHE, o canadense Maurice Strong.
- De qualquer modo, temores de que a problemática ambiental viesse a contrariar os principais interesses das nações do terceiro mundo dominaram as difíceis negociações sobre os sete parágrafos do preâmbulo e os 26 princípios da Declaração de Estocolmo. Essa desconfiança somente foi superada durante a própria conferência, que se estendeu por doze dias – da abertura no domingo, 4 de junho, feita pelo recém-empossado secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim (1918-2007), ao histórico “closing statement” de Strong, na tarde de sexta-feira, 16 de junho de 1972.
- Entretanto, o encontro que mais havia ajudado a destravar os entendimentos sobre o tão suspeito “meio ambiente humano” ocorrera um ano antes: o “Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente” reuniu-se entre 4 e 12 de junho de 1971, no que se tornou conhecido por Conferência de Founex (Suíça).
- Sem subestimar a importância das questões que motivaram a convocação da UNCHE, o relatório elaborado em Founex incluiu vários alertas para as distorções que poderiam prejudicar o

desenvolvimento das nações do terceiro mundo. Com isso, praticamente toda a agenda que condicionaria quarenta anos de entendimentos, multilaterais sobre a sustentabilidade do desenvolvimento foi obtida nessa notável reunião, como mostram as seguintes quatro teses:

- 1) A degradação do meio ambiente nos países ricos deriva principalmente do modelo de desenvolvimento, enquanto os problemas do meio ambiente dos países subdesenvolvidos são consequência do subdesenvolvimento e da pobreza;
- 2) Ameaças podem surgir para as exportações de países subdesenvolvidos em consequência das preocupações ambientais dos países desenvolvidos;
- 3) É necessário monitorar a criação de barreiras não tarifárias baseadas em preocupações ambientais;
- 4) São necessários fundos adicionais para subsidiar pesquisas sobre problemas ambientais de países do terceiro mundo, para compensar grandes mudanças nos fluxos de exportações; para cobrir importantes aumentos no custo de muitos projetos devido a padrões ambientais mais elevados; e para financiar a reestruturação do investimento, da produção ou do perfil das exportações, que se tornariam necessários pelas preocupações ambientais dos países desenvolvidos.” VEIGA, José Eli Da. **A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013 (p.49-51).

(57) <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>>. Acesso em: 07 de março. 2016.

(58) <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/painel-intergovernamental-sobre-mudancas-climaticas-ipcc>>. Acesso em: 07 de março. 2016.

(59) <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2012/01/acordos-globais>>. Acesso em: 07 de março. 2016.

(60) <http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/Confer%C3%A2ncia_de_Viena_de_1993>. Acesso em: 07 de março. 2016.

(61) Como lembra Gabriel Sister “A conferência das Partes realizada em Quioto, Japão (COP-3), em dezembro de 1997, destaca-se como uma das mais importantes, uma vez que durante sua realização chegou-se a um consenso sobre os princípios e os mecanismos que seriam consolidados em um documento que ficou conhecido como **Protocolo de Quioto**.

Sua concepção teve como principal objetivo buscar reverter a tendência histórica de crescimento das emissões iniciadas nos países desenvolvidos e, desse modo, evitar os efeitos decorrentes das mudanças climáticas que já podem ser observados nos dias atuais. Assim, na consecução de tais objetivos, o Protocolo de Quioto conferiu aos países relacionados no Anexo I da Convenção-Quadro metas de redução de emissões individuais”. In: SISTER, Gabriel. **Mercado de Carbono e Protocolo de Quioto**. Aspectos Negociais e Tributação. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008 (p. 8).

(62) <<http://www.pactoglobal.org.br/artigo/63/Historico>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

(63) <<http://nacoesunidas.org/acao/desenvolvimento/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

(64) <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/boletins-legislativos/boletim-no-6-de-2011-estocolmo72-rio-de-janeiro92-e-joanesburgo02-as-tres-grandes-conferencias-ambientais-internacionais>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

(65) <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2011/11/painel-intergovernamental-sobre-mudancas-climaticas-ipcc>>. Acesso em: 08 de março. 2016.

(66) <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html>. Acesso em: 08 de março. 2016.

(67) Art. 4º A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

“I – à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;”

(68) PIOVESAN, Flávia. **Direito Ambiental e as Funções Essenciais à Justiça**. O papel da Advocacia de Estado e da Defensoria Pública na Proteção do Meio Ambiente. Coord. BENJAMIN,

- (69) BRASIL, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Diário Oficial da União [DOU]. Brasília, 11 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (70) BRASIL, Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.** Diário Oficial da União [DOU]. Brasília, 13 de fevereiro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (71) <<http://ibase.br/pt/sobre-o-ibase/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (72) <http://fbds.org.br/fbds/rubrique.php?id_rubrique=95>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (73) <<http://gife.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (74) <<http://cebds.org/sobre-o-cebds/quem-somos/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (75) <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/comissao-de-politica-de-desenvolvimento-sustentavel-e-da-agenda-21-brasileira>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (76) <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (77) <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf>>. Acesso em: 26 de outubro. 2016.
- (78) <<http://gvces.com.br/o-que-como-por-que?locale=pt-br>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (79) <<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-BR>>. Acesso em: 08 de março. 2016.
- (80) Disponível em: <<http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/documentos-e-publicacoes/tratados-internacionais>>. Acesso em: 31 de janeiro. 2016.
- (81) (...). O primeiro deles é a nova preocupação dos climatólogos: há alguns anos eles trabalham com a hipótese de uma possível irreversibilidade das mudanças climáticas. Até então, pensava-se que haveria um aquecimento gradual, mas que, quando a humanidade percebesse a gravidade da situação, seria possível recuar e reencontrar o equilíbrio climático. Mas agora os climatólogos dizem que é possível atingirmos um limite no qual o sistema climático desliza para uma desordem irreversível. Diversas séries de observações alimentam essa preocupação: as geleiras da Groenlândia estão derretendo muito mais rápido que o previsto pelos modelos elaborados; os oceanos poderiam absorver menos dióxido de carbono; o aquecimento já em curso poderia acelerar o derretimento do permafrost, enorme camada de solo congelado localizada na Sibéria e no Canadá, ameaçando liberar enormes quantidades de dióxido de carbono e metano neles contidas.
- O segundo aspecto é que a crise ecológica não se limita à mudança climática. Essa é o fenômeno mais conhecido do público em geral, mas é apenas um lado da crise global, que tem outro da mesma importância: a erosão da biodiversidade, cuja magnitude é muito bem ilustrada pelo fato de os especialistas designarem como “sexta crise de extinção” o acelerado desaparecimento de espécies pelo qual passa nossa época. A quinta crise de extinção, há 65 milhões de anos, viu o desaparecimento dos dinossauros.
- O terceiro aspecto, talvez menos sensível ou menos bem sintetizado que a questão da mudança climática: a contaminação química generalizada de nosso meio ambiente, que tem dois elementos particularmente perturbadores. Um é a contaminação por poluentes químicos, mesmo que em doses mínimas, de toda a cadeia alimentar. O outro, que se torna cada vez mais claro é que o maior ecossistema do planeta, o conjunto dos oceanos, cuja capacidade de regeneração parecia-nos quase infinita, está cada vez mais fragilizado, seja pela poluição, seja pela degradação de um

ou outro de seus ecossistemas particulares. KEMPF, Hervé. **Thomas Piketty e o Segredo dos Ricos**. Org. Sílvia Caccia Bava. Trad. Equipe Le Monde Diplomatique. São Paulo: Veneta, 2014 (p. 43-44).

- (82) LATOUCHE, Serge. *Op. Cit.* (p. 24-26)
- (83) LEONARD, Annie. *Op. Cit.* (p. 13)
- (84) DIPLOMATIQUE, Le Monde. Altas do Meio Ambiente. Curitiba: [s.n], 2007.
- (85) DIPLOMATIQUE, Le Monde. Altas do Meio Ambiente. Curitiba: [s.n], 2007 (p. 31-32)
- (86) Íntegra do documento disponível em: <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar5/syr/SYR_AR5_LONGERREPORT.pdf>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016
- (87) Artigo 12 da Lei 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudanças do Clima).
- (88) Coordenador executivo do Observatório do Clima. Brasil de Fato. Ano 12. Número 618. São Paulo, de 1 a 7 de janeiro de 2105 (p. 15)
- (89) BRASIL DE FATO. Ano 12. Número 618. São Paulo, de 1 a 7 de janeiro de 2105 (p. 15)
- (90) A Pegada Ecológica de um país, de uma cidade ou de uma pessoa, corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam seus estilos de vida. Em outras palavras, trata-se de traduzir, em hectares (ha), a extensão de território que uma pessoa ou toda uma sociedade “utiliza”, em média, para se sustentar. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (91) Gund Institute for Economics, disponível em: <www.uvm.edu/giee>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (92) DIPLOMATIQUE, Le Monde. Altas do Meio Ambiente. Curitiba: [s.n], 2007 (p. 13)
- (93) Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2012/04/paises-desenvolvidos-contribuem-para-aumento-da-pegada-ecologica.html>>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (94) DEVELOPMENT, Word Business Council for Sustainable. Visão 2050. Suíça: Atar Roto Presse SA, 2010.
- (95) DIPLOMATIQUE, Le Monde. Ano 5 – Número 59. Curitiba: [s.n.], Junho 2012 (p. 3)
- (96) DIPLOMATIQUE, Le Monde. Ano 5 – Número 59. Curitiba: [s.n.], Junho 2012 (p. 3)
- (97) NUNES, António José Avelãs. NUNES, António José Avelãs. **A Crise Atual do Capitalismo**. Capital Financeiro . Neoliberalismo . Globalização. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012 (p. 184-185)
- (98) DIPLOMATIQUE, Le Monde. Altas do Meio Ambiente. Curitiba: [s.n.], 2007.
- (99) GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Op. Cit.* (p. 68)
- (100) Word Business Council for Sustainable Development. Visão 2050. Suíça: Atar Roto Presse SA, 2010.
- (101) BOFF, Leonardo. **Crise. Oportunidade de Crescimento**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2011 (p. 15)
- (102) BOFF, Leonardo. *Op. Cit.* (p. 17-18)

- (103) Word Business Council for Sustainable Development. Visão 2050. Suíça: Atar Roto Presse SA, 2010.
- (104) GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *Op. Cit.*
- (105) LATOUCHE, Serge. *Op. Cit.*
- (106) LATOUCHE, Serge. *Op. Cit.* (p. 42 - 58)
- (107) LATOUCHE, Serge. *Op. Cit.* (p. 4-5)
- (108) LATOUCHE, Serge. *Op. Cit.* (p. 42 - 58)
- (109) ARIËS, Paul. *Décroissance ou barbarie*, Lyon, Golias, 2005. Apud. LATOUCHE, Serge. *Op. Cit.* (p. 26)
- (110) LATOUCHE, Serge. *Op. Cit.*
- (111) AGUIAR, Roberto. **Direito, Poder e Opressão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014 (p. 67)
- (112) RIBEIRO, Márcia Carla Pereira; MARTINEZ, Sérgio Rodrigo (coordenadores). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. O Pensamento Econômico de Amartya Sen. Belo Horizonte: Forum, 2011 (p.132-133)
- (113) Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/mahatma_gandhi_frases/>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (114) “O Direito, e especialmente o Direito Constitucional e a Teoria dos Direitos Fundamentais, não podem recusar respostas aos problemas e desafios postos pela situação de risco existencial e degradação ambiental colocadas no horizonte contemporâneo em função (também!) da assim chamada *crise ambiental*. Cumpre ao Direito, portanto, a fim de restabelecer o equilíbrio e a segurança nas relações sociais (agora *socioambientais*), a missão de posicionar-se em relação a essas novas ameaças que fragilizam e colocam em risco a ordem de valores e os princípios republicados e do Estado Democrático de Direito, bem como comprometem fortemente a sobrevivência (humana e não humana) e a qualidade de vida. Com base em tais premissas, Canotilho aponta para os “problemas de risco” como um dos principais desafios postos para a Teoria da Constituição na contemporaneidade. De igual maneira, Vieira de Andrade situa a problemática do risco no âmbito da Teoria Constitucional, pontuando que os sociólogos descrevem a sociedade atual, já num contexto pós-industrial, como uma “sociedade de risco” (Beck) ou uma “sociedade do desaparecimento” (Breuer), seja em face dos “perigos ecológicos” (e mesmo perigos genéticos) ou, segunda alguns, em virtude de uma caminhada, por força do seu próprio movimento, para a destruição das condições de vida naturais e sociais, transitando da “da autorreferência (*autopoiesis*) para a autodestruição”. Destarte, a Teoria da Constituição e, consequentemente, a Teoria dos Direitos Fundamentais, assim como o direito constitucional positivo, devem avançar e se desenvolver, acolhendo os novos conceitos e os valores ecológicos, especialmente no sentido de uma teoria Constitucional e dos Direitos Fundamentais “ecologicamente” adequada e comprometida”. SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ambiental. Estudos Sobre a Constituição, os Direitos Fundamentais e a Proteção do Ambiente**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011(p. 33-34)
- (115) Disponível em: <http://pensador.uol.com.br/mahatma_gandhi_frases/>. Acesso em: 30 de janeiro. 2016.
- (116) Citados autores fazem a seguinte construção histórica da expressão 'desenvolvimento sustentável': “A terminologia empregada a este princípio surgiu, inicialmente, na Conferência de Meio Ambiente, realizada, em 1972(...).
(...).
- Constata-se que os recursos ambientais não são inesgotáveis, tornando-se inadmissível que as atividades econômicas desenvolvam-se alheias a esse fato. Busca-se, com isso, a coexistência

harmônica entre economia e meio ambiente. Permite-se o desenvolvimento, mas de forma sustentável e planejada, para que os recursos hoje existentes não se esgotem ou se tornem inócuos.

Dessa forma, o princípio do desenvolvimento sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição.

A compreensão do instituto reclama a sua contextualização histórica. Isso porque sabemos que o liberalismo tornou-se um sistema inoperante diante do fenômeno da revolução das massas. Em face da transformação sociopolítica-econômica-tecnológica, percebeu-se a necessidade de um modelo estatal intervencionista, com a finalidade de reequilibrar o mercado econômico.

Com isso, a noção e o conceito de *desenvolvimento*, formados num Estado de concepção liberal, alteraram-se, uma vez que não mais encontravam guarida na sociedade moderna. Passou-se a reclamar um papel ativo do Estado no socorro dos valores ambientais, conferindo outra noção ao conceito de *desenvolvimento*. A proteção do meio ambiente e o fenômeno desenvolvimentista (sendo composto pela livre iniciativa) passaram a fazer parte de um objetivo comum, pressupondo “a convergência de objetivos das políticas de desenvolvimento econômico, cultural e de proteção ambiental.

A busca e a conquista de um 'ponto de equilíbrio' entre o desenvolvimento social, o crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais exigem um adequado planejamento territorial que tenha em conta os limites da sustentabilidade. O critério do desenvolvimento sustentável deve valer tanto para o território nacional na sua totalidade, áreas urbanas e rurais, como para a sociedade, para o povo, respeitadas as necessidades culturais e criativas do país”.

Como se percebe, o princípio possui grande importância, uma vez que numa sociedade desregrada, à deriva de parâmetros de livre concorrência e iniciativa, o caminho inexorável para o caos ambiental é uma certeza. Não há dúvida de que o desenvolvimento econômico também é um valor precioso da sociedade. Todavia, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico *devem coexistir, de modo que aquela não acarrete a anulação deste*”. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, MORITA, Dione Mari; FERREIRA, Paulo. **Licenciamento Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2011 (p. 25-26).

(117) BARROSO, Luis Roberto. **A Dignidade da Pessoa Humana No Direito Constitucional Contemporâneo**. A Construção de um Conceito Jurídico à Luz da Jurisprudência Mundial. 1ª Ed. 3ª Reimpressão. Trad. Humberto Laport de Mello. Belo Horizonte: Fórum, 2014 (p. 71-72)